

A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 554

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVII | BRASIL — Rio de Janeiro, Setembro de 1960 | N. 554

SUMARIO

ASSUNTOS MILITARES

Págs.

- ✓ I — Como Vencer o Comunismo — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas 3
- ✓ II — Palavras aos Aspirantes — Coronel Gilberto Pennanha 7
- ✓ III — Vitória sem Guerra — Marechal Robert Sandbey 11

EXERCITO

- ✓ I — A Guerra Química em "A Defesa Nacional" — Capitão Diógenes Vieira Silva 17
- ✓ II — Comunicações — Considerações à Margem da Criação da Arma — Capitão José Murilo Beuren Ramalho 21

SEÇÃO DO CANDIDATO A ECEME

- ✓ I — Nossos Propósitos e Ideias 27
- ✓ II — A Campanha de 1951-52, Contra Orlebe e Rosas 30
- ✓ III — Solução de Questões 44
- ✓ IV — Questões de História e Geografia 49
- ✓ V — Conhecimentos Militares 52
- ✓ VI — Prova do Concurso — Geografia 57

MARINHA

- ✓ I — Os Navios-Aeródromos — Capitão-de-Mar-e-Guerra Hello Leôncio Martins 61
- ✓ II — Contato Submarino na Costa Brasileira — Tenente A. Brandão de Freitas 71

AERONAUTICA

- ✓ Reconhecimento Meteorológico — José de Magalhães Rabiço Jr. Maj. Av. 73

ENGENHOS-FOGUETES E SATELITES

- ✓ Primeira Viagem à Lua — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas 79

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

I — Bases Filosóficas

Págs.

I — Aspectos Atuais do Problema Militar — Major Amerlino Raposo Filho	97
---	----

II — Adaptação da Organização Militar Para a Guerra Moderna — General De Latre De Tassigny	103
--	-----

II — Guerra Revolucionária — A Guerra Insurreccional ou Revolucionária — Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos	117
---	-----

GEOGRAFIA

I — Aspectos do Problema Mineiro Boliviano — Tenente-Coronel Danilo Cunha Mello	123
---	-----

II — Problemas da Amazônia — Professor Artur César Ferreira Reis	125
--	-----

HISTÓRIA

I — Querela Célebre — General João Pereira de Oliveira	143
--	-----

II — As Expedições Militares Contra Canudos — General Esteyão Leitão de Carvalho	149
--	-----

ASSUNTOS DIVERSOS

I — Democracia Versus Comunismo	151
---------------------------------------	-----

II — A Agulha Negra e o Comunismo — Trad. Tenente-Coronel C. Evaristo	155
---	-----





ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — COMO VENCER O COMUNISMO

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Não precisamos conhecer todos os segredos da estratégia para concluir que o melhor sistema de defesa é uma ofensiva vigorosa e bem planejada, baseada no completo conhecimento do inimigo.

Portanto, tomemos a ofensiva contra o Comunismo!

Devemos começar atuando sobre a figura central de nosso sistema de governo — o indivíduo, o cidadão, **VOCE**.

Você pode ser ludibriado e tornar-se útil a um conspirador comunista?

Sim, isto pode acontecer desde que você não conheça, sequer, os princípios mais elementares do Comunismo.

Pense por um momento! Você ainda não tomou conhecimento, como milhões de outros cidadãos, da cartilha de táticas comunistas?

Caso responda **SIM** a esta pergunta, você poderá ter por consolo não ser o único desconhecedor. Mas com a leitura do presente artigo e dos demais que vêm sendo publicados em "A Defesa Nacional" você já estará iniciando a aprendizagem para começar a luta contra o Comunismo. Tem que começar com você, pois só quando um cidadão conheça a verdade a respeito do Comunismo poderá tornar-se invulnerável à sua ameaça. A sua luta contra os soviéticos deve ser iniciada com um só soldado — **VOCE**, pois para que ela seja eficiente torna-se necessário que, desde o início, **VOCE** utilize a arma do conhecimento e a couraça da vigilância.

VOCE pode reconhecer a linha do Partido Comunista?

VOCE sabe, como os comunistas, com manobras escusas, conseguem seu auxílio?

VOCE está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no governo, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar **VOCE** elemento de propaganda ou seja, um "inocente útil"?

Devemos tomar a ofensiva contra o Comunismo em todos os seus aspectos. Na educação, no campo da economia, na vida política de nossa

Nação e, mais objetivamente, no campo espiritual, pois não vivemos em um mundo estático. Caso não sejamos capazes de alimentar, com fé dinâmica, a grande força espiritual que nos transformou e nos deu os moldes de uma Nação soberana, seremos obrigados a ceder ante a potência dos falsos profetas.

Devemos sempre avançar, devagar, mas com esforço.

O conhecimento do inimigo nos ajudará na análise dos fatores que que nos são essenciais; devemos agir antes de suas ações, evitando-as antes que o adversário as execute. Assim como um médico deve conhecer os sintomas de uma enfermidade antes de poder diagnosticá-la, o cidadão deve compreender a natureza do Comunismo, antes de iniciar o combate.

A tarefa dos chefes, na atualidade, é tornarem-se, primeiramente, conhecedores da verdadeira natureza do inimigo comunista e, logo depois, revelar a verdade a todo cidadão.

O Comunismo é o inimigo natural do verdadeiro democrata.

É, conseqüentemente, o nosso inimigo. É o inimigo mortal dos cristãos, dos judeus, dos muçulmanos e de todos os que creem na Paternidade de DEUS e na irmandade dos homens. O indivíduo que procura colocar-se em um campo neutro, na atualidade, não é intelectual, nem democrata, nem religioso e não é neutro. Não passa de um joguete nas mãos dos comunistas, tornando-se, em pouco tempo, vítima da força do mal.

É especialmente de suma importância que os educadores se informem de todos os aspectos da conspiração comunista. Só quando tais chefes sabem mais do que a simples definição contida nos dicionários, só quando exploram a realidade do mal, que ineludivelmente brota desta filosofia, podem revelar a seus alunos os males fatais da doutrina exótica.

Devido à falta de conhecimentos da tática comunista, grande número de educadores e instrutores, em nossas instituições educativas, estão, ainda na atualidade, deixando-se enganar e, sem saber, servindo à causa comunista. Muitos são levados a professar o credo comunista; outros, abandonando os ideais que tornaram sua Nação independente e soberana, servem à causa soviética.

A juventude universitária constitui o campo onde os comunistas procuram, sempre, semear suas ideologias, procurando obter colheitas imediatas e fartas. O que é certo é que a verdade a respeito do comunismo jamais lhe será dita por um comunista; ele é o propagandista experimentado que tem por único objetivo ocultar a verdade sobre o credo vermelho.

Um conspirador comunista, que trama, clandestinamente, a destruição de nossa liberdade, parece ser diferente do filósofo universitário que propaga o coletivismo entre mentes ingênuas e impressionáveis. Todavia, em que se diferenciam? A mente que verdadeiramente é democrata deve condenar tudo aquilo que é falso e hipócrita. Seguramente nada pode igualar-se em hipocrisia ao corruptor comunista que se oculta atrás da liberdade acadêmica, com o fim de utilizar suas armas, da maneira mais eficaz, a favor da tirania!

É uma tarefa de grande importância, para os educadores, transmitir a seus alunos o discernimento e o caminho que conduzem a uma filosofia

que mantém sagrada a dignidade do indivíduo. Na atualidade, as forças do materialismo estão concentradas contra a filosofia da liberdade e só o intelectual — a pessoa que pensa — pode preservar nossa liberdade. Para o verdadeira intelectual é bem claro o contraste da vida edificada sob o signo do Cristianismo com aquela da tirania brutal sob o ateísmo obrigatório.

Os homens e mulheres, no campo da religião, devem desempenhar importante papel. O comunismo se opõe, fanaticamente, à religião. Os comunistas repelem a crença em DEUS, os princípios morais derivados da religião e a imortalidade da alma.

Diz a teoria comunista:

"Devemos fazer o máximo possível a favor do movimento anti-religioso, não só na URSS como, também, nos países capitalistas..."

Lenine advogava a ação direta contra a religião, dizendo:

"A luta contra a religião não deve ser limitada nem reduzida à predicação abstrata e ideológica..."

A cruel supressão do culto cristão nos domínios comunistas é do conhecimento de todos, mas só recentemente tomou-se conhecimento da situação dos judeus, na Rússia.

Todo aquele que desejar tomar a ofensiva contra o Comunismo deve saber, primeiramente, que o propósito comunista consiste em fazer-nos, primeiramente, uma Nação sem religião, para depois, então, converter-nos em uma nação comunista. Para evitar isto, devemos promover a expansão dos valores espirituais básicos e atacar, desde logo, os conceitos materialistas.

Na guerra contra o materialismo, tudo deve estar incluído. Devemos exigir de nossos subordinados ou instruendos uma integridade inatacável; nossa imprensa deve acostumar-se aos informes objetivos, e devemos atuar vigorosamente para eliminar a praga da delinquência juvenil e reduzir a atual onda de crimes.

Mas a luta contra o materialismo é só uma primeira fase do combate ao comunismo. O próprio Lenine asseverou:

"Só nos falta uma coisa para conseguir a vitória com mais segurança e firmeza que é a apreciação pensada, feita por todos os comunistas, em todos os países, da necessidade de mostrar a "maior flexibilidade em suas táticas"..."

Temos que tomar conhecimento desta "flexibilidade em suas táticas"!

Temos que colocar o Comunismo na defensiva!

Temos que desmascarar os comunistas para descobrir suas táticas!

Temos que negar-nos a transigir com tudo o que seja Comunismo!

O Comunismo só pode existir na obscuridade e o meio mais eficaz que temos para combatê-lo é expô-lo, onde ele exista. Tragam a conspiração para a luz, revelem os defeitos de sua filosofia, mantenham pressão sobre ela, obrigando-a a retirar-se.

Não inolemos mais sacrifícios sobre a pedra da ignorância deste perigo mortal. Tomemos a ofensiva contra o Comunismo e mantenhamos esta ofensiva...

II — PALAVRAS AOS ASPIRANTES

Coronel GILBERTO PESSANHA,
Ex-Comandante do Corpo de Cadetes da AMAN

As vésperas da declaração dos Aspirantes da turma de 6 de janeiro de 1956, dirigi-lhes as palavras abaixo que, ainda hoje, julgo oportunas.

1. Reúno agora, para uma conversa franca, os camaradas que dentro em pouco irão ingressar no Quadro de Oficiais do Exército.

Duas razões, principalmente, me conduziram, ao determinar esta reunião:

- ter sido Cmt do Corpo de Cadetes no ano letivo ora terminado e tê-los acompanhado nas diversas atividades que vocês exerceram nesta Academia;
- ter sido, também, instrutor e ter, por isso, uma parcela bem grande de responsabilidade na formação dos Aspirantes.

Essas razões conferem-me o direito de dar-lhes alguma orientação sobre os encargos que, amanhã, vocês assumirão.

2. Inicialmente, quero lembrar-lhes as palavras de um grande Chefe Militar, o soldado da mais alta estirpe que se chamou George S. Patton:

"O soldado é o Exército. Nenhum Exército vale mais do que os seus soldados.

O soldado é, também, um cidadão que exerce o mais alto privilégio e dever de cidadania — o de empunhar as armas de defesa da Nação.

Dêsse modo, ser soldado, — um bom soldado — é um privilégio de que nos devemos orgulhar. Não é leal para com a Pátria, nem consigo mesmo, o soldado que se contenta em ser mediocre."

Para muitos de vocês, o Aspirantado é um salto no desconhecido. A maioria, talvez, nem mesmo conheça a vida normal de um Corpo de Tropa, nem avalia o que existe por trás dos muros ou no interior dos quartéis. A vida na Academia, norteada por normas rígidas; o labor diário que lhes tomou tôdas as horas aqui vividas; uma certa incompreensão que lhes fêz permanecer, de algum modo, retraídos na suas manifestações exteriores — em particular quanto às ligações com os oficiais — tudo

isso, por certo, produzirá alguns choques no contato com a realidade que, agora, entrevêem.

Os defeitos e as grandes qualidades que vocês possuem serão encontrados, também, em qualquer parte aonde se dirijam. Habitua-se à riqueza de meios e à imponência das instalações desta Escola, sentir-se-ão desalentados ante as carências de toda sorte de algumas unidades, serão tôdas.

Muitas vezes não disporão de coisas essenciais para execução das suas tarefas ou para ministrar a instrução. Não pasmem, se lhes faltar alguma vez munição para atirar, fio para estender uma linha, gasolina para realizar um pequeno exercício, ou forragem para a cavalaria... Isso poderá suceder, mas não é motivo para desânimo ou para sentir-se vencido. Isso sucede em todos os exércitos do Mundo, e sucederá no nosso, porque pertencemos a uma Nação jovem, potencialmente rica e economicamente pobre que, com enormes sacrifícios, mantém suas Forças Armadas num mínimo capaz de garantir a sua soberania na vastidão do seu território. As dotações para tropa são reduzidas ao indispensável. É necessário, pois, todo empenho, habilidade, entusiasmo e fé na missão que nos compete, para atenuar os efeitos das carências muitas vezes motivadas pela necessidade, em que se vê a Administração, de variar o esforço de apoio de uma para outra Região ou grande unidade. Vou dar-lhes um exemplo que bem caracteriza o que lhes estou afirmando:

— durante a Campanha da Itália, em 1944/1945, a FEB, apesar de apoiada no enorme poderio do Exército Norte-Americano, passou quase três meses sem receber um só pneumático para as suas viaturas... Eles eram mais necessários noutros teatros de operações. E isto sucedeu na guerra...

3. Vocês encontrarão, de modo geral, as unidades com um bom ritmo de trabalho e se esforçando ao máximo para alcançar elevado grau de eficiência.

Talvez encontrem unidades onde o desânimo, em virtude das faltas em material, ou em pessoal, embotou tôdas as energias e toda a iniciativa... É, deveras, cômodo nada fazer e ter uma boa desculpa para isso... Combatam, com tôdas as forças de que dispuserem, um tal estado de coisas! Não há unidade do Exército que não disponha de um mínimo capaz de possibilitar a instrução básica para que possa cumprir a tarefa que lhe incumbe!

Encontrarão camaradas vencidos, prenhes de uma inércia doentia, incapazes de qualquer esforço proveitoso; encontrarão os eternos mal-dizentes, descrentes, destruidores; encontrarão falsos líderes, cuja aparente eficiência e capacidade estão orientadas para um único objetivo — o proveito pessoal... Mas, ao lado desses e, felizmente, em maior número, encontrarão camaradas dedicados à Unidade e ao Exército, prontos, sempre, ao trabalho produtivo, dotados de imaginação e de boa vontade, suprimindo as deficiências com a inteligência, combatendo o desinteresse com o seu sadio entusiasmo, extraindo tudo de onde nada parecia haver.

Cerrem fileiras com estes, pois são homens de ideal alevantado, que não se deixam abater, que se recusam a admitir a derrota, enquanto há um elemento, por mínimo que seja, capaz de evitá-la!

4. Lembrem-se de três coisas:

a. Nós, militares por profissão, **SERVIMOS**, não somos empregados, nem funcionários. **SERVIR**, nos sujeita a não ter horário certo, a não saber quando iniciamos ou quando terminamos uma tarefa. **SERVIR**, nos obriga a cumprir nossas tarefas a despeito de hora, tempo bom ou mau, ou da satisfação das nossas necessidades materiais — é um *compromisso moral*.

b. Conservem a própria personalidade em qualquer situação; não permitam que a falsa camaradagem ou uma visão distorcida dos fatos ou das coisas os conduza a decisões das quais possam se arrepender. Sejam o que sempre foram — honestos, leais, sinceros. Atenuem os rompantes da mocidade, refletindo antes de agir.

c. O compromisso que prestamos ao ingressar no oficialato não deve ser olvidado. Para um homem de caráter, os compromissos de ordem moral têm maior valência que quaisquer outros de ordem material.

5. Na hora conturbada em que estamos vivendo é preciso ter Fé! Não, somente, a fé religiosa, mas, também, a fé na missão que nos cabe como oficiais.

Dêem o exemplo de união, de cordialidade e de sã camaradagem; combatam o divisionismo com todos os meios que puderem. Um exército vale o que valem os seus Quadros, que são a sua espinha dorsal. Um exército dividido é um exército vencido.

Não suportem que um falso espírito de Arma os lance a diminuir ou depreciar o valor das demais Armas. Não existem Armas melhores, nem piores — existem Armas diferentes, com tarefas específicas, dentro da grande organização que é o Exército.

6. No exercício da função de Oficial, vocês terão duas missões de igual importância:

Instruir;

Educar.

Para a primeira, o cabedal adquirido aqui na Academia de muito lhes servirá. O estudo, a prática cotidiana, a vontade de acertar, completarão os elementos necessários ao êxito da missão.

Para a missão de Educar, quero lembrar-lhes, antes de tudo, as ferramentas principais — o Exemplo e a Fé no objetivo determinado e na tarefa a cumprir.

O homem brasileiro, pertencente à massa do interior do país, é, em geral, ignorante, humilde e de aparência pouco apreciável. Todavia, tais características são anuladas pela sua enorme capacidade de adaptação a qualquer meio, pela sua boa índole, pela sua incrível resistência à fadiga, pela sua paciente resignação ao desconforto e à falta das coisas mais

essenciais e pela sua bravura sem alardes ante o perigo ou nas situações difíceis.

Na vastíssima tarefa que cabe ao Exército, de instruir e educar a massa brasileira, sejam colaboradores — nunca espectadores!

Dêem sempre bons exemplos a seus homens. A capacidade de observação, mesmo no nosso homem analfabeto e ignorante, fruto dos seus troncos raciais negro e índio, permite-lhe imitar facilmente os atos bons ou maus e seguir, sem vacilação, aquele que o guia.

Conquistem a confiança dos seus comandados por um tratamento justo, por uma bondade sem blandícia, pelo rigor na execução das tarefas e na observância das ordens e pela lealdade para com eles. Lealdade, sim!

Fala-se muito em lealdade de baixo para cima. A lealdade de cima para baixo é muito mais necessária e muito menos ocorrente. Ela consiste, essencialmente, em nada exigir do subordinado que não seja honesto, correto, regular, legal; bem como, consiste em dizer-lhes francamente, sem brutalidade ou subterfúgios, suas falhas, seus defeitos e, também, as suas qualidades.

O verdadeiro soldado não tem pejo de fazer aquilo que lhe é determinado ou que, em sua consciência, lhe parece certo e honesto e pode dar solução ao problema com que se defronta. Numa situação difícil, quando todos os outros recursos falharam, pode, como o General Patton, dirigir a Deus uma prece pública, solicitando-Lhe bom tempo para poder derrotar o inimigo... no que foi atendido!

Desejo a vocês toda a felicidade de que são dignos na tarefa que vão iniciar e que pensem, vez por outra, nas palavras que o companheiro mais velho, que teve a honra e o privilégio de comandá-los, acaba de dirigir-lhes com franqueza e sinceridade.

Deus os guie!

DIAFERIA & CIA

Representações de firmas estrangeiras de armas em geral, Vidros LOF Cristais, etc. Artigos para caça e pesca. Partes para Tratores de tôdas as marcas. Financiamentos de Importação.

RUA FLORENCIO DE ABREU, 157 — SALA 1003

FONE 32-4225 — Cx POSTAL 4645 — SAO PAULO

III — VITÓRIA SEM GUERRA

Mal ROBERT SAUNDBY

Levando em conta o fato de que uma conflagração mundial jamais será iniciada pelas Potências Ocidentais, ela virá — se vier algum dia — em virtude de uma decisão deliberada dos chefes comunistas que dirigem a União Soviética e a China. De um modo geral, eles têm dois métodos à sua escolha. Podem desfechar um ataque generalizado por meio de armas nucleares de grande alcance, esperando destruir de um só golpe a capacidade de retaliação do Ocidente, ou recorrer à sua grande preponderância em forças convencionais e renunciar ao uso de todas as armas nucleares, apelando ao mesmo tempo para o Ocidente, em nome da humanidade, para que ele faça o mesmo.

O segundo método é, a meu ver, o mais provável dos dois, sendo também o mais difícil de enfrentar. Ele atribuiria aos governos ocidentais a responsabilidade de uma luta nuclear em escala máxima, que poderia destruir a metade do mundo.

Na América, porém, parece haver grande ansiedade em torno do primeiro método. Isto é, provavelmente, um legado do golpe pavoroso vibrado em Pearl Harbor, sem aviso prévio, em dezembro de 1941; um desastre que causou profunda angústia a cada cidadão americano. Mas, seja porque for, existe nos Estados Unidos uma inquietação generalizada acerca da possibilidade de virem a ser desarmados por um ataque de surpresa. Muitos americanos acreditam, como diz Mister George Fielding Eliot, em sua obra "Vitória Sem Guerra, 1959-61", que o que os soviéticos desejam, "é esperar até poderem estar certos de que se acham em condições de destruir toda a nossa força de retaliação de um só golpe".

Mister Eliot encara, como axiomático, que os governantes soviéticos atacariam os Estados Unidos com armas nucleares se acreditassem que poderiam, com um só ataque de surpresa, destruir todas as bases aéreas ou de projéteis, das quais pudesse ser preparado um contra-ataque. Insiste, porém, em que os líderes soviéticos não ousam aceitar qualquer risco de retaliação nuclear contra os centros vitais da União Soviética. Nenhum fator relativo de segurança, baseado em percentagens e probabilidades, seria aceitável para eles, porque "seu poder, sua autoridade, e até suas vidas poderiam perfeitamente ser perdidas pela explosão de apenas um número moderado de armas nucleares inimigas no coração da terra soviética".

Isto é quase certo, e é nessa avaliação que repousa principalmente nossa fé no poder dissuasivo nuclear.

Entretanto, repousa também na hipótese de que não está dentro das possibilidades soviéticas destruir, de um só golpe, a totalidade de nossa capacidade de retaliação.

Mister Eliot impugna essa hipótese. Concorde em que, atualmente, quando o único ataque possível às bases americanas poderia provir de bombardeiros pilotados e de grande raio de ação, haveria tempo suficiente para muitos bombardeiros, senão a maioria, decolarem. As distâncias a percorrer, a velocidade relativamente baixa dos bombardeiros quase sônicos e o alto grau de prontidão das forças ocidentais de bombardeiros estratégicos são fatores que se combinam para tornar mais improvável que os comunistas pudessem destruir, ou mesmo avariar seriamente, nossa força de retaliação.

Mas, quando os bombardeiros pilotados, russos, são substituídos por foguetes balísticos de grande alcance, providos de ogivas nucleares, haverá um período de alarma demasiado curto, e os soviéticos poderiam destruir, prática e simultaneamente, todas as bases aéreas ocidentais. Eles poderiam estar preparados para aceitar o risco, se todo o nosso poderio retaliatório estivesse em aviões pilotados, e alguns bombardeiros apenas pudessem estar armados e voando, no momento do ataque.

Porque eles saberiam exatamente quanto tempo esses aviões sobreviventes consumiriam para atingir os pontos vitais soviéticos, e poderiam concentrar todas as suas defesas contra eles. Ainda que alguns pudessem infiltrar-se e lançar suas bombas, os líderes soviéticos saberiam — e estariam habilitados a garantir a seu povo — que não haveria mais ataques, de vez que não existiriam bases aéreas norte-americanas ou aliadas para reabastecer e remunciar os aviões que pudessem regressar.

Uma vez que parece ser do consenso geral que a Rússia concentrou seus melhores esforços na produção de foguetes nucleares de grande raio de ação, e se acha consideravelmente à frente dos Estados Unidos nesse particular, Mister Eliot prevê que, por volta de 1961, os líderes soviéticos poderiam estar em condições de destruir, mediante um ataque de surpresa, todas as bases aéreas e de mísseis da OTAN nos Estados Unidos, Canadá e Europa, bem como todas as bases norte-americanas no Oriente Próximo e no Extremo Oriente.

A defesa contra tal ataque só pode ser concentrada na mobilidade e no ocultamento. As bases aéreas são imóveis, e nos países democráticos é impossível manter secreta a sua localização. São muito difíceis de ocultar, e em qualquer caso o ocultamento é ineficaz contra um projétil de grande alcance previamente regulado para atingir um ponto geográfico conhecido.

Mister Eliot acredita que a resposta a este problema deverá ser encontrada baseando-se uma parte do contra-ataque em embarcações que se desloquem à superfície do mar ou em profundidades variáveis. Os Estados Unidos possuem hoje porta-aviões capazes de lançar bombardeiros portadores de armas nucleares a 1.500 milhas de distância de seus convéses. Previu ainda que, por volta de 1959, será possível lançar projéteis atmosféricos do tipo "Snark", de velocidade supersônica, de bordo de porta-aviões, submarinos e cruzadores.

Em 1960 está disponível o projétil balístico "Polaris", da Marinha norte-americana. Esta arma, cujo alcance é de 1.500 milhas e é provida de ogiva nuclear, pode ser lançada de bordo de navios de super-

fície ou de submarinos propulsionados a energia atômica. E Mister Eliot calcula que em 1960 já haverá vários desses submarinos, e em 1961, talvez nada menos de 20.

Por isso, se os Estados Unidos se decidissem agora a dar prioridade a esse programa, seria possível possuírem, em 1961, digamos, ano em que se calcula que os russos estariam em condições de destruir tôdas as bases ocidentais aéreas e de projéteis por meio de um ataque de surpresa à base de engenhos de grande alcance, um poder retaliatório baseado no mar e habilitado a atacar os centros vitais da União Soviética.

Mister Eliot diz ainda, em seu livro, que aquelas bases flutuantes no mar, sendo móveis, seriam virtualmente imunes a um ataque de surpresa por meio de projéteis balísticos soviéticos. Por isso, uma vez que os russos não poderiam contar com a possibilidade de destruir a totalidade da força de retaliação das potências ocidentais, não ousariam arriscar-se a tentá-la. Ele acredita que mesmo que 10% do contra-ataque nuclear fôsse pelo mar, teria quase certamente um efeito de dissuasão decisivo, e que se 20% pudesse ser desdobrado em terra, os russos encariariam o risco como inteiramente proibitivo.

O autor frisa a necessidade de se tomar agora uma decisão que consistiria em dar a necessária prioridade à transferência de uma parte do poder de retaliação dos Estados Unidos para bases flutuantes, de sorte que a mesma possa estar pronta a agir no ano perigoso, 1961.

Não há como negar que esse perigo pode surgir dentro dos próximos anos, e que há a possibilidade de que os governantes soviéticos, acreditando terem uma oportunidade, que jamais se repetirá, de destruir o poderio nuclear do Mundo Livre, poderiam ser tentados a empenhar tudo por tudo num ataque de surpresa por meio de projéteis balísticos de grande alcance. Trata-se de um risco que não poderemos desprezar, e o desenvolvimento de um grau substancial de poderio retaliatório flutuante complicaria, sem dúvida, de forma grave, a tarefa dos russos, e poderia, aliás, fazê-los desistir da idéia de uma guerra em escala generalizada.

Por isso, a força nuclear embarcada reforçará o fator dissuasivo, de sorte que valeria a pena construí-lo.

Mister Eliot aduz mais um argumento em favor do poder retaliatório embarcado. Frisa ele, aliás com muita precisão, que a propaganda soviética tem-se preocupado muito em amedrontar os aliados norte-americanos com a ameaça de, em caso de guerra, pulverizar as bases aéreas e de mísseis estabelecidas em seus respectivos territórios. E a ameaça é acompanhada de uma descrição das apavorantes conseqüências de um tal ataque. Os vermelhos esperam agitar entre os homens de coração débil e os imprevidentes, bem como entre os que sentem em vez de raciocinar, uma oposição vigorosa à construção de base de mísseis da OTAN nos países europeus. Eles têm a esperança de que esses povos, combinados com os que por motivos religiosos ou pacifistas se opõem a tôdas as armas nucleares, poderão formar um poderoso núcleo de opinião contrário à organização adequada da defesa moderna do Mundo Livre.

VANTAGEM DA FÔRÇA NUCLEAR EMBARCADA

Nesta política, eles têm tido um grande êxito, e Mister Eliot receia que se possa tornar cada vez mais difícil para os Estados Unidos manter suas bases nos países aliados. Além do mais, esses países podem insistir em reter o poder de veto quanto ao uso das bases em seus territórios, e assim, num momento crítico, ser impossível fazer uso delas. Por outro lado, a capacidade nuclear com base no mar é fisicamente separada das áreas habitadas, e as tentativas visando destruí-las teriam conseqüentemente poucos ou nenhum efeito desastrosos sobre os países aliados.

Isto é verdade, e certamente adiciona algum peso aos argumentos em favor da utilização do mar como base de parte do poder dissuasivo nuclear.

Se Mister Eliot se tivesse contentado em deixar o assunto nesse pé, teria sido difícil discordar de suas conclusões. Porém, ele vai mais longe. Ao mesmo tempo que reduz à expressão mais simples as dificuldades que há em destruir simultaneamente algumas centenas de bases espalhadas sobre metade do mundo, ele procura provar que os aviões e os porta-mísseis que operam sobre a superfície do mar são virtualmente impossíveis de detectar e de afundar. Glosa o principal defeito dos navios na era dos mísseis — sua velocidade extremamente baixa e o atraso conseqüente, que bem pode ser medido em dias, em fazê-los deslocar-se para uma posição da qual possam operar com eficiência.

Ao avaliar o valor dissuasivo dos grandes navios de superfície utilizados como plataformas de lançamento de aviões ou mísseis, devemos recordar que o paradeiro desses navios, em tempo de paz, é geralmente bem conhecido. Em tempo de guerra é difícil, por vezes, manter esses navios no mar, com sua radiotelegrafia silenciosa, em posições desconhecidas dentro do raio de ação dos centros vitais dos soviéticos. Durante a última guerra, dificilmente desconhecíamos a localização dos navios de guerra alemães. Por isso, os russos poderiam estar habilitados a escolher um momento em que a maioria dos porta-aviões ou porta-mísseis, ou mesmo todos eles, estivessem desfavoravelmente colocados para empreender um contra-ataque imediato.

Mesmo que os navios-aeródromos pudessem ser mantidos, em determinado momento, em posições que os russos desconhecessem, e das quais pudessem operar eficazmente, o lançamento de um ataque por meio de aviões revelaria dentro de muito pouco sua posição aproximada. Ainda que não fôssem encontrados antes, os aviões que regressassem podiam ser seguidos e os navios seriam atacados então no momento em que se tornassem imprescindíveis para o pouso de seus aparelhos. Todos os navios no mar são extremamente vulneráveis ao ataque por projéteis ar-superfície lançados de aviões, e os navios-aeródromos são particularmente inflamáveis.

UMA ESTIMATIVA TRÁGICAMENTE OTIMISTA

A despeito de uma série longa de experiências desapontadoras, os apologistas do navio-aeródromo persistem em acreditar que, contrária-

mente ao que se verificou com todos os seus antecessores, a atual geração dêsse navios é praticamente à prova de torpedos, foguetes e bombas. Mister Eliot chega a afirmar que uma arma nuclear que, por pouco deixasse de atingir o alvo, não seria necessariamente fatal, de vez que "a robustez tremenda do casco e da estrutura do porta-aviões oferece grande resistência à explosão". E afirma também que, devido à subdivisão do casco em muitos compartimentos estanques, são necessários uns 12 impactos de torpedo para afundar um navio-aeródromo moderno.

Esta afirmação faz recordar a insistência do Almirantado antes da II Guerra Mundial, no sentido de que seis impactos de torpedo nada mais fariam do que reduzir em três nós horários a velocidade dos nossos encouraçados mais recentes. Esta estimativa demonstrou ser trágicamente otimista. E disseram-nos agora, tal como no-lo disseram antes da última guerra, que dentro de pouco um maravilhoso e novo sistema secreto de armas contra avião proporcionará uma comparativa imunidade ao ataque aéreo.

Temos ouvido isto antes, muitas vezes, e ficou demonstrado que a assertiva era errada. É impossível acreditar nela. O porta-aviões poderia escapar à observação por tempo suficiente para colocar-se em posição e desfechar seu contra-ataque, atualmente por meio de aviões, porém mais tarde, reforçado por mísseis balísticos de alcance médio. E poderia permanecer em posição por tempo suficiente para desfechar vários ataques. Mas, quando encontrado e atacado, é vulnerável, e seria tolice contar com a sua sobrevivência.

Entretanto, não há necessidade de provar que o porta-aviões é insubmergível, a fim de criar um caso. A incerteza de poder encontrá-lo e atacá-lo antes que ele possa desfechar um contra-ataque já concorreria em si para habilitá-lo a emprestar uma contribuição substancial à dissuasão.

A fase seguinte no desenvolvimento, porta-aviões impulsioneados pela energia nuclear e especialmente submarinos capazes de disparar armas balísticas de alcance médio providas de ogivas nucleares, promete proporcionar o dissuasivo com um verdadeiro aumento de poder. O navio de superfície nuclear equipado para lançar os mísseis "Polaris" ou seus sucessores teria vantagens consideráveis sobre o porta-aviões, tal como o conhecemos hoje. Esse navio teria muito mais qualidades para se manter no mar, estaria isento da necessidade de ser reabastecido com frequência e, por isso, o seu paradeiro seria mais fácil de ocultar. Logo que ele tivesse lançado seus mísseis, poderia bater em retirada, em grande velocidade, e não seria possível localizá-lo mediante o acompanhamento dos aviões que regressassem. Seria menos inflamável, uma vez que não teria de transportar grandes quantidades de combustível para suas máquinas e aviões.

A principal desvantagem do porta-aviões, porém, persistiria, pois é improvável que os navios atômicos apresentassem qualquer aumento de velocidade notável, embora pudessem manter toda a sua velocidade de projeto sem uma perda de resistência correspondente. Não obstante,

ainda que essa velocidade pudesse ser elevada a 40 nós, um porta-aviões teria de consumir 24 horas para percorrer 1.000 milhas, ao passo que um bombardeiro quase sônico ou um míssil a foguete não gastaria mais de 1 ½ hora.

O SUBMARINO SOB O CONTROLE DA FORÇA AÉREA

Parece provável, porém, que, quando o míssil a foguete substituir o bombardeiro pilotado como método principal de desfechar um contra-ataque, o submarino atômico substituirá o navio de superfície como base móvel. O submarino do futuro, armado de mísseis a foguete de raio de ação médio que possam ser lançados enquanto está submerso, estarão habilitados a explorar até um grau excepcional seus princípios defensivos de mobilidade e ocultamento. É verdade que sua mobilidade será limitada em tempo por sua velocidade relativamente baixa, mas quase todos os mares e oceanos do mundo estarão abertos para ele. Sua capacidade de ocultamento será muito grande, mesmo se se levar em conta os prováveis progressos do radar e de outros métodos de detecção de embarcações submarinas. Ele transportará combustível suficiente para permitir-lhe cruzar os mares durante um ano ou mais, e não seria difícil, quando se dispusesse de um número suficiente desses submarinos, garantir que certo número deles se encontrasse sempre no mar, dentro de alcance adequado para atacar os objetivos previstos.

Até que tenha sido aperfeiçoado o antimíssil, não será possível qualquer defesa efetiva contra esta forma de contra-ataque nuclear, e seu valor como dissuasivo será grande.

Resta apenas frisar que este desenvolvimento nada tem a ver com o exercício do poder naval, cujo objetivo é — e Mister Eliot concordou — “controlar o mar como meio de transporte, utilizá-lo livremente para seus próprios fins e negá-lo ao inimigo”. A utilização dos submarinos atômicos como bases de lançamento de mísseis a foguete, visando certos vitais do inimigo, constitui uma extensão de nosso sistema de base para a contra-ofensiva nuclear de terra para os mares e oceanos do mundo. Assim fazendo, podemos aumentar sua eficácia e reduzir sua vulnerabilidade, reforçando dessa forma seu valor dissuasivo. Mas o arsenal todo de mísseis balísticos nucleares baseado em terra ou no mar deve ser controlado e dirigido de um órgão central, o que significa na prática que o sistema de armas nuclear baseado no mar deve estar sob o controle operacional da Força Aérea, a qual será responsável pela condução da contra-ofensiva nuclear.

Mister Eliot escreveu um livro vigoroso, convincente, baseado em argumentação forte e persuasiva, que teria sido mais efetivo se não tivesse exagerado o valor da capacidade nuclear baseada no mar. E esse livro teria certamente uma influência considerável sobre a opinião pública norte-americana e dos países integrantes da OTAN. Mas terá um interesse especial para as potências que aspiram a contribuir para um dissuasivo nuclear e possuem tradição naval.



EXÉRCITO

Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — A GUERRA QUÍMICA EM "A DEFESA NACIONAL"

Capitão DIÓGENES VIEIRA SILVA

Quem se dispuser a fazer um estudo de nossa literatura militar no corrente século, sem se valer das coleções de "A Defesa Nacional", não conseguirá levar a termo seu intento, ou, na melhor das hipóteses, apresentará um trabalho incompleto e eivado de falhas. Essa acaciana conclusão se deve ao fato de esta Revista, essencialmente militar em nosso meio, ter se constituído — desde 1913, quando de sua fundação por um grupo de jovens oficiais idealistas, poucos atualmente ainda vivos — em tribuna livre ao debate de tôdas as questões que pudessem interessar aos militares. Desde os assuntos essencialmente técnicos, de emprêgo das armas, destinados aos escalões mais baixos da hierarquia militar, até os assuntos mais elevados — em nossa gíria propriamente chamados de *girafas* — reservados àqueles que, já nos últimos escalões da hierarquia, outros horizontes podiam descortinar, aplicando em outros setores seu trabalho de pesquisa e seus momentos de estudo.

Mas, a razão de ser dêste trabalho, se bem que se prenda, sob certo aspecto ao que acima foi dito, se relaciona mais, pois aí teve sua origem, no ter "A Defesa Nacional", em um dos seus últimos números incluindo, como responsáveis pela especialização de Guerra Química Biológica e Radiológica, dois oficiais, dos quais um deles o autor dêste trabalho. Apesar de a Guerra QBR pouca atenção ter merecido no nosso Exército, não sendo o curso dessa especialidade um dos mais procurados para matrícula, esta Revista não se apresenta, em seus interesse, como amiga de última hora. Essa nova afirmativa, que para alguns pode parecer estranha, se acha documentada na páginas dos números antigos de "A Defesa Nacional".

Escolhendo, dentre os antigos volumes da coleção desta Revista o seu 10º volume, correspondente aos números de 109 a 120 (outubro de 1922 a outubro de 1923), vamos nêle colher os dados demonstrativos do antigo interesse revelado por "A Defesa Nacional", com relação à Guerra Química.

É interessante observar que a época não se acha muito afastada, pois o aparecimento espetacular da guerra química como arma técnica-mente organizada e de rara eficiência em combate, havia ocorrido poucos anos antes. Assim sendo, nesse ano de 1922, apenas quatro anos depois do término da guerra, as últimas experiências e os mais recentes ensinamentos ainda viviam à época da discussão e da troca de idéias, sem princípios definitivamente estabelecidos e assentados. Nos números que compõem esse 10º volume, encontramos uma série de dados informativos a respeito do emprêgo dos então chamados *gases asfixiantes*, no decorrer do primeiro conflito mundial, além de notícias relativas aos cuidados com que os outros exércitos, principalmente o norte-americano, encarava a organização definitiva de um corpo de especialistas, o "*Chemical Warfare Corps*", destinado a colocar em bases definitivamente estabelecidas, o emprêgo dessa então nova forma de guerra, em uma futura conflagração.

Mas, não apenas êsses pequenos tópicos podem ser encontrados no volume que escolhemos como ponto de referência. No n. 113, de 10 de março de 1923, o editorial era destinado ao mesmo problema, alertando nossa autoridades para o fato de, apesar das proibições contidas nas convenções internacionais, tôdas as nações terem passado a encarar com cuidado sua organização química para utilização em futuro conflito. Vamos transcrever as próprias palavras do editorial da época, pelo qual devem ter sido responsáveis os redatores de então, NILO VAL, EURICO DUTRA e F. J. PINTO:

"Do valor que então foi dado à cláusula proibitiva da convenção de Haia, pode-se inferir o valor que terá um dispositivo semelhante contido no Tratado de Versailles, tanto mais que desta vez as principais nações signatárias dêste tratado só enfiaram "meia máscara", pois, antes mesmo de estar bem enxuta a tinta com que o assinaram, trataram de organizar, com fortes dotações de meios, uma aparelhagem químico-militar sob o rótulo de *serviço de proteção contra gases*."

A seguir, alertava o editorial, para o fato previsível de que tôdas as nações, depois de devidamente preparadas para a defesa, procurariam, em consequência da lei humana e natural, organizar um *elemento ofensivo*, capaz de zombar da ação defensiva da própria descoberta. Dentre elas, porém, os Estados Unidos da América do Norte, com o máximo de sinceridade, e sem reboços ou subterfúgios, eriam, não um *serviço de proteção*, e sim, um "*Serviço Químico de Guerra*", podendo nêle enquadrar, sem sofismas, tôdas as finalidades ofensivas que se tornassem desejáveis.

Esse editorial se justifica, conforme declaravam os responsáveis por ele, pelas razões que expunham:

"Estas considerações vêm a propósito da gravíssima falha de que, a este respeito, se ressentia a aparelhagem da nossa defesa militar. É verdade que, sob qualquer aspecto, não há como encobrir a grande deficiência dessa aparelhagem, mas sob o ponto-de-vista químico a ausência é absoluta."

No entanto, apesar de tantos anos já passados, temos de dar a César o que é de César, concedendo todos os méritos pelo alerta e pela chamada de atenção de nossos responsáveis para o problema da defesa contra os agentes químicos, àquele que realmente se dedicava a esse assunto, mérito reconhecido naquele mesmo editorial, pelos redatores da Revista. Tratava-se do Tenente-Coronel Álvaro de Betencourt Carvalho, na época Professor de Física e de Química no Colégio Militar do Ceará.

O citado oficial, por ocasião da realização do 1º Congresso Brasileiro de Química, apresentara uma tese, sob o título "*A química, nova arma de guerra*", a qual fôra unânimemente aprovada pelo mesmo Congresso, merecendo os mais variados encômios por parte de muitas outras organizações, dando como consequência o editorial a que acima nos referimos.

No entanto, "*A Defesa Nacional*" não ficara só no editorial, pois antes já abrira suas páginas para o debate do problema, como continuaria a fazer posteriormente, o que recordaremos a seguir.

Já no seu número 110/111, de novembro e dezembro de 1922, transcrevera, às páginas 500/502, um trecho da citada tese, sob o título "*Organização da Arma Química entre nós*", no qual o autor previa a organização do pessoal da ativa, da reserva, bem como estudava o problema do material, encarando objetivamente a necessidade da existência de material nacional, obtido com nossos próprios recursos.

Não cabe, nas limitadas intenções deste trabalho, entrar em considerações a respeito da tese então apresentada e de como foi estudado o problema da obtenção em fontes nacionais dos elementos indispensáveis à nossa indústria químico-militar. Mas, o estudo foi objetivo, encarando desde a obtenção do cloro, elemento básico dos agentes químicos, até a do cloreto de cianogênio, mostarda, e vários outros agentes químicos, não apenas causadores de baixas, como também inquietantes. O trabalho desse precursor da arma química entre nós, ainda nos tempos atuais, apresenta vários pontos válidos, não perdendo, sob muitos aspectos, sua oportunidade, principalmente no encarar nossas deficiências frente às nossas necessidades.

"*A Defesa Nacional*" não se limitou, porém, apenas à transcrição a que acima nos referimos, tendo passado, desde então, a publicar vários trabalhos a respeito dos problemas oriundos do surgimento da guerra química, trabalhos esses assinados pelo Cel A. B. Carvalho, dentre os quais podemos destacar, nesse décimo volume:

— "*A química, nova arma de guerra*", no n. 114 (10 de abril de 1923), páginas 572/3.

- "A química na guerra moderna — Artilharia e Gases", no n. 117 (10 de julho de 1923), páginas 683/5.
- "A química na guerra moderna — Aviação e Gases", n. 119 (10 de setembro de 1923), páginas 758/760.

Além desses trabalhos, as páginas de "A Defesa Nacional" publicavam vários tópicos relacionados com o desenvolvimento da guerra química nas principais potências mundiais, principalmente a grande importância e ela dada nos Estados Unidos da América do Norte.

Não nos alongaremos mais, desejando apenas, para concluir, repetir o procedimento de "A Defesa Nacional" em seu número 110/111, à página 504, transcrevendo as conclusões a que chegou o Tenente-Coronel Dr. Álvaro Betencourt Carvalho em sua tese, a que já nos referimos.

Ei-las:

I — Devemos organizar, quanto antes, os quadros do nosso serviço químico militar. Os primeiros oficiais da ativa deverão ser recrutados entre os anais das outras armas e serviços, que já se dedicam à química de guerra e que queiram ir se aperfeiçoar no estrangeiro, para, de volta, dirigirem cursos de instrução técnica para os novos oficiais e para graduados. A reserva, estabelecidas as condições para o acesso ao oficialato dos nossos químicos civis, precisa ser sabidamente organizada para um caso de mobilização geral.

II — Devemos aperfeiçoar o ensino químico dos nossos estabelecimentos secundários, criar novos cursos especiais de química e introduzir no programa de nossas escolas militares a cadeira de química aplicada à guerra, com todo o seu desenvolvimento moderno.

III — Devemos levantar com urgência a estatística das nossas matérias-primas e das nossas fábricas de produtos químicos.

IV — Devemos controlar todas as nossas indústrias químicas de paz transformáveis em indústrias químicas de guerra, com as de adubos químicos, as de matérias corantes, as dos derivados da hulha em geral, as dos ácidos minerais, as de celulose e seda artificial, etc.

V — Devemos facilitar por todas as formas o aproveitamento das nossas quedas d'água para fins químico-industriais.

VI — Devemos anular, com prêmios incentivantes, a criação das grandes indústrias químicas de qualquer espécie.

VII — Devemos salvaguardar sempre, em todas as concessões industriais, a empresas estrangeiras, os interesses da defesa nacional.

VIII — Devemos ajudar sempre a conclusão de toda pesquisa química de interesse provável para a Nação.

IX — Devemos adquirir, sem pena de grandes despesas, toda descoberta química que traga real vantagem à defesa militar do Brasil.

X — Não devemos esquecer que a defesa nacional é função direta e imediata dos recursos químicos de que o Brasil possa sempre dispor."

Como vemos, em sua generalidade, as condições da tese daquele precursor da guerra química entre nós, ainda são válidas, cabendo apenas, aos que atualmente se interessam pelo problema, comparar a situação da época e a que vivemos atualmente, respondendo à pergunta que se faz mister: *"Evoluímos na atenção que deveríamos dedicar à guerra química, ou nos mantivemos estacionários?"*

II — COMUNICAÇÕES

CONSIDERAÇÕES À MARGEM DA CRIAÇÃO DA ARMA

Cap JOSE MURILLO BEUREM RAMALHO

I — INTRODUÇÃO

Com a decisão do Congresso criando a Arma de Comunicações em nossas Forças Terrestres, encerrou-se a fase de debates, simpósios, conferências, discussões e teses.

Essa resolução do Congresso resultou de uma iniciativa do poder Executivo, que procurou atender às necessidades e imperativos da própria segurança das forças de Terra.

2 — DESENVOLVIMENTO

Indubitavelmente, a concepção e o emprêgo dos implementos bélicos na atual conjuntura da civilização sofreram novas formas de mutação face à evolução, bem acentuadas e constantes, da ciência e da técnica no conjunto da realidade contemporânea.

Abdicar, menosprezar, desconsiderar tão importante argumentação lógica viria imprimir, de imediato, uma descompassação no ritmo do desenvolvimento do nosso aparelhamento militar e na sua subsequente utilização nacional.

É inevitável a afirmativa de que o objetivo de todo e qualquer emprêgo de um recurso é que o mesmo seja traduzido num passo de eficiência, compensando num tempo que seja o mais curto possível.

Essa conceituação, alicerçada na Administração científica, nada mais constitui do que o prelúdio do ideal de todo rendimento, máximo em uma organização, qualquer que seja esta caracterizada por suas finalidades.

Ora, essa imagem científica, real, é aplicável, igualmente, nas Forças Armadas, e conseqüentemente, pois, no Exército, em que qual-

quer idéia, inclinada para o campo prático, signifique a tradução da eficiência num tempo mínimo.

É ponto pacífico de que o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da gama pessoal e material no Exército, vem se processando numa cadência bem significativa. Para isso, basta atender no desdobramento de nossas fábricas e parques; a confecção de equipamentos; a produção de munição e de armamentos, leve e pesado; a intensificação de toda sorte de pesquisas de ordem técnica e mesmo científica; a crescente racionalização do ensino militar, principalmente no da especialização e aperfeiçoamento; a atualização, contínua, de oficiais e praças, através de cursos, estágios, quer no país quer no estrangeiro; a multiplicidade de cursos e estágios atestando a crescente evolução e complexidade do mecanismo militar; e muitas outras idéias em marcha que nos fazem conjecturar, com respeito, admiração e civismo, na grandiosidade de todo o organismo militar.

Tudo isso é evolução, real, progresso sensível, aceleração de nossas convicções, de nossas preocupações em busca do melhor; do que aí está presente, do que aí o antanho nos legou, do que enfim, ainda necessita ser moldado para redundar em nosso próprio bem-estar individual, por si, e coletivo da família militar e do nosso Exército de modo igual.

Eis um hino à liberdade daqueles que, mais no silêncio de suas ações do que no trovejar de suas realizações, vêm se batendo, lutando, sacrificando, tudo colimado para um ideal que nos é comum: o crescimento e progresso de nossas Forças Armadas.

Não é de hoje a autoperspectiva de criar e emancipar a 5ª Arma, a de Comunicações, e, por outro lado, inúmeros outros, um tanto lutaram por julgar inútil sua independência.

Obviamente, o sentido dos que se opuseram, e se opõem, à sua autonomia prende-se, mais, a fatores de ordem econômica.

Porém, retardar a solução de um problema face à sua complexidade econômica, seria pedir apenas a transferência para o futuro da solução desse mesmo problema acrescido de novas dificuldades, resultantes da própria desenvoltura econômica.

Tratando-se da América do Sul, já alguns exércitos autonomizaram as Comunicações.

Bismark já dizia que, por si só a ninguém seria lícito adquirir enorme gama de conhecimentos e experiências; necessidade havia de concentrarmos também nossas atenções para as experiências e conhecimento dos outros.

Esse conceito realista é aplicável também às grandes massas, à comunidade militar, enfim.

Ora, a evolução da ciência vem se acentuando dia a dia, de maneira notável, trazendo-nos surpresas as mais profundas.

O progresso da ciência e da técnica desde a I Guerra Mundial (1914-1918) e principalmente durante a II (1939-1945) e após, gerou um estado transformativo nos métodos e processos de ensino desse ramo fincou a concepção e surgimento de mais eficientes meios óticos, elétricos, acústicos, etc., que deram um quadro nova na evolução do combate. Assim, a idéia pela qual dois ou mais correspondentes pudessem se comunicar, em proveito comum, o mais rápido possível, adquiriu um caráter importantíssimo para o desenrolar das operações, não só no campo da luta como necessária nos trabalhos de Paz.

A maquinaria e o equipamento foram se desenvolvendo, se ampliando, trazendo para inúmeros deles certo grau de complexidade.

Hoje não é somente o telefonista que tem sobre si a responsabilidade de agir em proveito de uma necessidade a cumprir.

O radiotelegrafista, o fotocinegrafista, os mecânicos de instrumentos, eletricitistas, de projetores, de material telefônico e telegráfico, de teletipo e aparelhos criptográficos, de material cinefotográfico, de rádio, de radar, são, por exemplo, entre outros elementos capitais numa organização moderna, racional e flexível, para atender ao imperativo da constante evolução dos acontecimentos.

E quanto ao seu emprêgo tático, e estratégico? Quando se o objetiva, transcendentais modificações são introduzidas em todos os escalões de combate, para o adequado funcionamento dos diversos órgãos, quer de direção, quer de execução.

Agindo desde o grupo de combate, peça ou seção até Grupos de Exércitos sua ação faz-se notar, beneficiando tôdas as correntes humanas em presença. Quem já estêve em funções de Comando ou tenha exercido a função de Oficial de Comunicações, avalia, ainda mais, o sentido, positivo, da necessidade de montar-se um sistema que, inexistindo, não haveria a mínima probabilidade de sucesso em qualquer operação militar.

Face à má compreensão de alguns, à ignorância e boa fé de outros, muitas vêzes as Comunicações ficaram desamparadas, foram criticadas, foram postas de lado. Reflexos apenas de fases que foram passageiras.

Porém, seu papel principal como assegurar desse estado de equilíbrio emocional, que é o de sentir ou ver a ligação processada entre dois ou mais correspondentes, foi mantido e assegurado.

Possuidora hoje de um campo vastíssimo, com implementos técnicos e científicos que não podem ser manuseados por curiosos, improvisados ou oportunistas, é inegável que somente com sua libertação sua produção terá uma taxa rentável mais considerável e sua zona de crescimento será multiplicada: eis os fundamentos básicos da nova Arma.

"A última guerra, que alcançou regiões não beneficiadas pela civilização, aperfeiçoou, o mais possível, os Serviços de Transmissões. A guerra na África exigiu sacrifícios tremendos e uma organização

capaz de vencer as grandes solidões. Há um momento, após a batalha de El Alamein, em que as forças se sentem em condições extremamente difíceis para a marcha das operações. O Estado-Maior estava no Cairo, enquanto que as Forças do 8º Exército estavam na Tunísia. Havia uma parte do Estado-Maior nesse ponto e o do 3º Corpo, em Delta; O 10º Corpo estava em Trípoli e o Comandante das Operações em Alger. Essa dispersão enorme, em região pouco propícia, exigiu um aprimoramento na técnica da transmissão, não só na construção e instalação dos meios para isso como também na colocação do seu serviço nos corpos de tropa."

O livro da História Militar poderia nos apontar incontáveis exemplos de sua necessidade e de sua presença permanente.

Lord Roseberry diz-nos, muito a propósito, que a Batalha de Waterloo foi ganha pelos ingleses devido a que o serviço de comunicações dos franceses falhou por completo deixando Napoleão a braços com uma rede de ligação e comunicações precária e desmantelada.

O coronel francês Pierre Paquier, analisando a célebre batalha aérea da Grã-Bretanha, conclui que a vitória inglesa se deve, em grande parte, ao sistema de comunicações feita por sucessivas equipes de técnicos previamente preparados, com uma rede armada através de um sistema de rádio detectores, compreendendo uma série de estações em cadeia. Essas estações, quase que instantaneamente, davam o alerta dos aviões inimigos que avançavam em busca de alvos londrinos.

O Marechal do Ar, da R.A.F., Douding, completando, declarou que um "verdadeiro organismo para pôr a Nação em estado de alerta e de identificação na luta" era sintetizada na manutenção de "uma cadeia de veículos em terra e barcos nas costas inglesas que se inter-comunicavam constantemente".

O Dr. Cândido da Mota Filho, emérito professor e estudioso de história relata, dentro de uma conferência que realizou na Escola de Comunicações do Exército: "Modernamente, os EUA previnem-se de um ataque de surpresa, instalando, entre outros, implementos e postos de comunicações, tais como rádio e radar, em zonas do Alaska".

Em conclusão, diríamos que a importância das Comunicações é tão levada a sério nos EUA que o seu Corpo de Sinais constitui uma força considerável, com verdadeiros técnicos e cientistas manipulando-o.

A própria Escola de Comunicações, celeiro de especialistas, no Exército, vem acompanhando, gradativamente, a evolução desse ramo tão vital. Principalmente, com a ida aos EUA de seus oficiais e sargentos, ela vem, dentro de suas possibilidades, se mantendo à altura dos acontecimentos.

Em seus departamentos encontramos oficiais competentes, dedicados e entusiasmados, bem quanto em seu corpo direcional.

O novo R/100 (Regulamento da Escola de Comunicações), do qual tivemos a satisfação de emitir alguns pareceres, em si já é grandioso: no volume de suas páginas, na sua concepção, no seu reflexo no ambiente das comunicações e das restantes Armas em geral. Reflete o citado R/100 a idéia de como as comunicações atingiram sua importância num Exército moderno.

A nova Escola de Defesa Antiaérea poderá, principalmente, no setor de radar, prestar auxílio às Comunicações, face às atividades que vem exercendo na formação de especialistas, oficiais e praças, em radar.

3 — CONCLUSÃO

Cooperando com as demais Armas em proveito comum, as Comunicações estão incluídas a cooperar no aperfeiçoamento do Exército.

O Decreto n. 41.186, de 20 de março de 1957, que trata da organização das Forças Terrestres e dos "Órgãos Territoriais em tempo de Paz" é o primeiro instrumento jurídico, após a Lei que criou a Arma de Comunicações, que trata a 5ª Arma.

Com efeito no Capítulo IV, "Constituição da Tropa das Armas", cita que são Corpos de Tropa na Arma de Comunicações:

- Batalhão de Comunicações;
- Companhia-Escola de Comunicações;
- Companhia de Comunicações;
- Companhia de Comunicações Blindada;
- Companhia de Comunicações Aeroterrestre.

Constitui, assim, o citado Decreto para dar início à efetiva criação da 5ª Arma.

Numa época em que tudo é ciência, tudo é técnica e em que a guerra é feita com grande maioria de especialistas, olvidar a realidade mundial contemporânea seria retroceder.

A criação da Arma de Comunicações no Exército constitui o desejado prelúdio para a conservação do sucesso de todas as operações, quer em combate ou nas ações de Paz, para o asseguramento da Instrução e da administração militares.



Seção

do **CANDIDATO** à

**ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

Coordenador: Major GERMANO SEIDL VIDAL

S U M Á R I O

- I — Nossos propósitos e idéias.
- II — A Campanha de 1851-52, contra Oribe e Rosas — 2ª Parte
— Maj G. S. Vidal.
- III — Solução de questões escolhidas entre as propostas no número anterior — Geografia e História.
- IV — Questões de História e Geografia (cinco de cada).
- V — Conhecimentos Militares — comuns a todas as Armas, Blindados e Serviços — Questões do Concurso de 1959.
- VI — Prova do Concurso — Geografia — uma solução para questão apresentada em 1959.

I — NOSSOS PROPÓSITOS E IDÉIAS

Esta Revista criou a presente Seção para ajudar o candidato à EsCEME. Dirigiu-a proficientemente, durante mais de dois anos, o Major Octávio Tosta, usando do seu profundo cabedal de conhecimentos de Cultura Geral e de sua larga experiência no assunto, adquirida integrando várias Comissões de Concurso.

Substituímos, agora, o Major Tosta, sem prescindir da excelência da contribuição que ele tem dedicado à Seção.

Estamos desejosos de prosseguir com trabalho útil de orientação dos candidatos, recebendo, inclusive, sugestões dos mesmos para a

elaboração dos próximos números. Gostaríamos, também, de merecer de outros camaradas, alunos da EsCEME e oficiais de Estado-Maior, colaborações para esta Seção.

As vésperas da realização do Concurso de 1960 nos permitimos expender algumas considerações, visando auxiliar os candidatos.

A fase crítica da preparação para o Concurso é a que se avizinha nos trinta dias à disposição do EME. É a ocasião de fixar idéias e ganhar confiança.

O estudo metódico conduz a candidato, nessa fase, à recapitulação tranqüila de toda a vasta matéria, baseada em resumos elaborados pelo próprio estudante e em proveitosos debates nos grupos e cursos. Aquêles que ainda não ganharam a prática necessária de "fazer prova", devem intensificar esse treinamento.

É importante lembrar que as "Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à EsCEME para 1960" estabelecem textualmente:

"Cada prova constará de, pelo menos, três questões e abrangerá o maior número possível dos assuntos considerados;

"As questões deverão ser formuladas por forma a exigir do candidato reflexão e conclusões fundamentadas no estudo da matéria, devendo evitar-se, assim, proposições cujo desenvolvimento dependa da memorização."

"Serão apreciadas, em relação à língua portuguesa, o método de exposição dos assuntos, a gramática, o vocabulário e a ortografia oficial."

O grifo é nosso e chama atenção para os aspectos que vamos comentar, no que toca às matérias de Cultura Geral:

a. NÚMERO DE QUESTÕES

O mínimo de três questões, estabelecidas para cada prova, exige do selecionador um estudo inicial para estabelecer a seqüência em que vai abordá-las. Há dois critérios: por dificuldade crescente das proposições ou pela amplidão dos conceitos a emitir. Esta última maneira deixará o candidato selecionar as questões particulares para abordar antes da que trata de assuntos muito amplos, geralmente incluída para a seleção de classificação dos candidatos, tal a quantidade de conceitos corretos incluídos no "gabarito".

b. REFLEXÃO E CONCLUSÕES

Analisaremos as ações decorrentes dos aspectos em epígrafe:

Refletir — é pensar, meditar, ponderar ou estudar;

Concluir — é deduzir ou inferir.

É importante para atender tais ações:

- Esquema da solução bem concatenado;
- Exposição dos fatores do problema, em termos objetivos e precisos;
- Conclusões extraídas dos principais pontos focalizados na exposição, sejam resultantes de análises pessoais, sejam decorrentes de conceitos de autores eruditos.

c. AUSENCIA DE MEMORIZAÇÃO

Torna secundária a citação de nomes e a enumeração de datas, números, efetivos, etc. Isto não quer dizer que tais dados não devam ser cuidados no estudo, mas sim que a precisão dos mesmos não constituirá fator importante para a solução da questão.

d. REDAÇÃO

O método de exposição demonstra a inteligência e o tonus cultural do candidato, tornando ainda a prova ordenada, harmônica e coerente. Não parece haver necessidade de um estilo literário, mas de uma redação escorreita e clara.

A gramática, o vocabulário e a ortografia, se perfeitos, não aprovam o candidato, pois o Concurso não é de Língua Portuguesa e sim de Cultura Geral, porém o podem prejudicar se demonstram imperfeições não condizentes com o nível intelectual desejado.

Ai estão alguns de nossos propósitos e idéias. Voltaremos ao assunto no próximo número.

Remetam sugestões e colaborações para a Seção do Candidato à EsCEME, endereçando-as para: Maj G. S. Vidal — 5ª Seção do Estado-Maior do Exército — Palácio da Guerra — 5º Andar — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

II — A CAMPANHA DE 1851-52, CONTRA ORIBE E ROSAS

2ª PARTE

(Continuação do número anterior)

5. As operações militares contra Oribe

Urquiza, a partir da declaração de Rosas de 1 de maio de 1851, se prepara para a luta. Mobiliza suas forças, concentrando-as no arroio del Colá, afluente do Gualeguay, no centro de Entre-Rios.

O Império somente a 18 de junho nomeou o Comando em Chefe, Caxias, que chega ao teatro da luta em perspectiva a 30 do mesmo mês. Lança êle, então, o Ten-Cel Osório, o futuro ídolo dos soldados imperiais, no Paraguai, para estabelecer ligação com Urquiza. Fica assentado um *plano de operações*: Urquiza passará o Uruguai provavelmente no passo del Hijo e marchando quase paralelamente à fronteira brasileira se reunirá ao grosso das tropas do Império no Negro, próximo à confluência com o Taquarembó. Os movimentos e transposições seriam garantidos pela esquadra brasileira, que evitaria também a ligação de Rosas com Oribe.

Mas Urquiza, como bom caudilho da época, tem mais de uma palavra. Contava com simpatias nas tropas oribistas e não queria usar a tutela do Brasil, a não ser em caso de fracasso. Monta, por isto, sozinho, sua planejada operação, onde se mostra mais "um estrategista e tático político" (2). Coloca o 1º C. Ex., sob o comando de Flores, frente a Paissandu; o 2º C. Ex. de Garzon, frente a Salto e o destacamento Virasoro, no passo del Hijo, na boca do Quarai.

Nesta ocasião, o que acontece a brasileiros e uruguaios?

O Império tem o grosso concentrado em Santana, em preparação com Caxias e uma divisão, como destacamento de flanco, em Jaguarão.

Os oribistas tomam a mais disparatada disposição. Grosso operatório, sob o comando de Oribe, na região de Montevidéu. "Exército de observação", como foi batizado, sob o comando de Inácio Oribe, vigiando o Uruguai, com a seguinte e desastrosa repartição: Grosso — na região

de arroio Malo e povoação de Taquarembó e Vanguarda — sob o comando de Serrando Gomez, com grupamentos em Paissandu, Salto e Passo del Hijo. Além do exército de observação, lança Oribe dois destacamentos para vigiar a concentração brasileira: um a W de Jaguarão e outro menor, frente à Santana.

Urquiza, a 18 de julho, transpõe o Uruguai e acolhe os simpáticos ao seu movimento, inclusive o comandante da vanguarda oribista, Serrando Gomez. É tal o êxito dessa operação que o chefe entre-riano não perde um só homem ou cavalo. Inflete êle, em seguida, para leste, usando como vanguarda as próprias tropas bandeadas do inimigo. Era um teste de manhoso político.

A 2 de agosto, Serrando choca-se com o grosso de Inácio Oribe. Poderia atacá-lo, mas prefere um "ação familiar", deixando-o manobrar em retirada.

Agora, Urquiza deve esperar Caxias, na região do Passo do Oribe. Osório volta a se entender, em nome do Comandante-em-Chefe das forças brasileiras em operações, com Urquiza. Realiza-se o encontro a 11 de agosto naquele Passo. Fica novamente assentado que o exército entre-riano aguardará as tropas imperiais para prosseguir a ofensiva.

Porém, mais uma vez, Urquiza não honra seus compromissos. A 27 de agosto marcha rumo ao Sul. Irá agora regular seu avanço pelo deslocamento de Caxias, interessando-o na campanha, sem deixá-lo interferir nela, e, o que é importante, servindo-se dêle para acolhê-lo em caso de derrota de seus seis mil cavalarianos.

Oribe vai enfrentá-lo nas imediações de Montevideu. Após o primeiro entreencontro, retira-se para Cerrito. Reúne o Conselho de Chefes e propõe a resistência a todo custo. A maioria aconselha-o, todavia, a abertura das negociações. Iniciadas estas, Urquiza aceita o Convênio de Capitulção, sem consulta aos demais aliados.

Caxias, que realizou penosa marcha, de quinhentos quilômetros, com etapa diária de dezessete, avista-se a 14 de outubro com Urquiza, assentando as bases iniciais das futuras operações contra Rosas.

A esquadra brasileira havia cooperado com acentuada importância. O bloqueio produziu os resultados desejados. Oribe não recebeu reforços, nem conseguiu fugir, e Rosas não invadiu Entre-Rios.

Comentários:

Para que se possa alinhar melhor as maquinções de Urquiza e suas ações militares, transcrevemos adiante palavras abalizadas do historiador Marechal J. B. Bormann:

"Convém notar que apenas as forças de cavalaria de Urquiza conseguiram comunicar-se com os bravos defensores da praça, estes saíram das fortificações e formaram em batalha, aguardando ordem de atacar, sob o comando do General Garçon.

Não parece temeridade Urquiza avançar com pouca gente contra Oribe?



As penosas marchas das forças do Conde de Caxias, no Uruguai, aceleraram a derrota de Oribe

Pode parecer à primeira vista; mas, se considerarmos que Oribe também foi ao encontro do adversário com força diminuta para evitar ser percebido pelos defensores da praça, que podiam atacá-lo pela retaguarda e que o Exército brasileiro estava perto e forçava as marchas, pode-se perfeitamente concluir que ciente Urquiza de tudo isso não praticara nenhum ato de temeridade, que às vezes salva uma situação crítica. Calculou tudo perfeitamente; mas, quando o resultado da sua marcha tão rápida lhe tivesse sido desfavorável, isto é, lhe causasse revés, há poucos dias de marcha estavam os brasileiros. Portanto, ele com sua cavalaria, que se achava em bom estado, recuaria para apoiar-se nos 16.000 aliados, que aí vinham.

Mas Urquiza desejava cobrir, não diremos com o seu manto, mas com o seu poncho protetor, o seu amigo e afetuossíssimo D. Manoel Oribe, cometendo uma deslealdade para com o Brasil." (6)

E adiante: "Mas a proteção de Urquiza só recaía na pessoa de Oribe; não se estendia aos argentinos e orientais que serviam sob os estandartes do ditador, e tanto é isso verdade que Urquiza, quando tratou da Capitulação, estava resolvido a praticar negra traição com os sitiados, julgando poder contar com a cumplicidade de Greenfell, chefe das forças navais brasileiras. Consistia, a traição em conceder aos oficiais e soldados de Oribe permissão de voltarem a Buenos Aires nos navios brasileiros, mas uma vez a bordo seriam considerados prisioneiros de guerra!

Sendo semelhante proposta feita ao chefe das forças navais brasileiras, ele declarou a Urquiza "que as forças brasileiras não se manchariam com uma traição. Assim se o general enviasse as tropas que capitulassem para bordo com a promessa de serem transportados para Buenos Aires, não ficaria um só soldado que não chegasse a tal destino." (6)

Quanto às conjecturas sobre possíveis ações de Oribe, face a intervenção dos aliados, e da demora da participação dos exércitos imperiais, lemos em Bormann mais alguns interessantes trechos:

"Disse um escritor que Oribe apenas soube que Urquiza se aproximava, deveria marchar ao seu encontro e batê-lo, feito o que cumpria ir ao encontro do Conde e fazer o mesmo, evitando a junção. Isto é bonito; é um plano à Bonaparte, empregado muitas vezes na clássica campanha da Itália por este glorioso capitão; mas, Oribe estava reduzido a 8.500 homens, ansiosos de ver o término da luta. É possível, pois, que batesse Urquiza, que aí vinha com pouca gente e toda de cavalaria; e, com efeito ele tentou batê-lo..." (6)

Mas, bater o Conde, não. O Conde era um general de verdade; empunhava uma espada gloriosa e não uma faca de sicário. Ele tinha sob suas ordens 16.000 homens, mais que suficientes para bater Oribe, Rosas e Urquiza, se este não abandonasse seu sistema de agir dúbio, cheio de perplexidade, filho do receio que lhe inspirava o ditador Rosas, contra o qual, depois de abrir luta, parecia querer recuar e faltar assim aos compromissos contraídos com o Brasil e os outros aliados." (6)

E, quanto às ações de Caxias:

"O Conde sabendo que não podia contar com recursos no Estado Oriental, devastado pelas lutas constantes dos partidos, teve de conduzir consigo todos os recursos.

Dezenove carretilhas e oitenta carretas conduziam munições e víveres. Os animais de tração, devido ao trabalho, mau tempo, e o frio intenso nos meses de julho, agosto e setembro, estavam de uma magreza extrema e grande parte deles morreu. Alguns batalhões do norte, não aclimatados, sofreram muito por causa da estação invernal; na tropa alemã deram-se até casos de suicídio." (6)

"O Exército foi, por assim dizer, improvisado, pois foi reunido, organizado, fardado e armado no espaço de 60 dias." (6)

Eis, a largos traços, a cooperação brasileira na derrota de Oribe e os antecedentes militares da campanha seguinte, agora contra o tirano de Buenos Aires, vistos à luz de competente historiador.

6. *O Tratado de 21 de novembro de 1851. Desfecho da luta contra Rosas.*

Relembramos que desde 30 de agosto de 1851 as relações entre o Império e Rosas estavam rötas.



Caxias era General de verdade, enquanto Urquiza, um aventureiro, era manhoso caudilho

O Ditador em nota à chancelaria britânica, que se oferecera como mediadora para conclusão do Tratado de 1823, avisara que era inevitável apelar para as armas. Era a declaração de guerra. Diante desse fato, os aliados têm liberdade para a ação política e militar contra a tirania rosista.

Em 20 de setembro de 1851, a Sala dos Representantes da Província de Buenos Aires declarou-se em guerra com Urquiza.

Portanto, a 14 de outubro, durante o encontro do Conde de Caxias com Urquiza, após a derrota de Oribe, já existia o estado de guerra entre Rosas e a Aliança.

Em 21 de novembro é definitivamente negociado o Tratado entre os aliados para firmar as bases da guerra contra Rosas. É um novo convênio híbrido, militar e político, que apesar de negociado entre militares e diplomatas aliados padecia do mesmo erro do anterior: Não havia especificação de comando único, indispensável à boa conduta da guerra.

Militarmente estipulava o Tratado: Urquiza comandaria o Exército de invasão (cedendo o Império o seu comando a um argentino para não prejudicar a política de intervenção do Brasil); Caxias permaneceria no Estado Oriental no comando de suas tropas, cerca de 12.000 homens, atendendo às requisições de Urquiza ou tomando parte ativa nas operações, por sua iniciativa, se a situação o exigisse; o Império e o Estado Oriental colocariam à disposição do Chefe entre-riano 4.000 e

2.000 homens, respectivamente, integrantes da melhor parte de seus Exércitos; a Esquadra sob o comando de Greenfell e a juízo d'ele collocar-se-ia nos pontos mais convenientes para a melhor cooperação possível com Urquiza.

Politicamente, o Tratado era mais hábil. Não guerreava a Argentina e sim Rosas; o comando das forças invasoras dado a Urquiza apoiava a idéia política de apelar o Ditador e não criava antipatias na Confederação ou de âmbito internacional; exigia que as partes não negociassem a paz em separado, necessitando para tal fim da aprovação dos governos aliados ou seus representantes; e, por fim, assegurava a liberdade da Argentina.

O Paraguai, apesar de não fazer parte da aliança, tirou dela duas vantagens capitais: O reconhecimento de sua independência pela Confederação e a obtenção da livre navegação do Prata.

7. *As operações militares contra Rosas.*

a) *Os planos de operações*

Plano dos aliados

Segundo Bormann: "...Consistia em marchar o exército brasileiro para Colônia do Sacramento e aí permanecer enquanto o exército de Urquiza, seguindo o rio da Prata, iria passar o Paraná na ponta do Diamante, donde marcharia costeando o rio, até os Santos Logares, onde estava acampado o exército de Rosas; sendo coadjuvado nessa operação por uma divisão brasileira de 4.000 homens das três armas; devendo o Conde de Caxias logo que visse o fogo engajado entre aquêles dois exércitos, passar o rio da Prata com o grosso do seu exército, e operar um desembarque em Quilmes, ao sul de Buenos Aires, apoderando-se dessa cidade ou atacando o exército de Rosas pela retaguarda, se a batalha não estivesse ainda decidida." (6)

Comentários:

Diz Genserico de Vasconcellos, o meticoloso historiador patricio que mais detidamente explorou a parte militar dessa campanha:

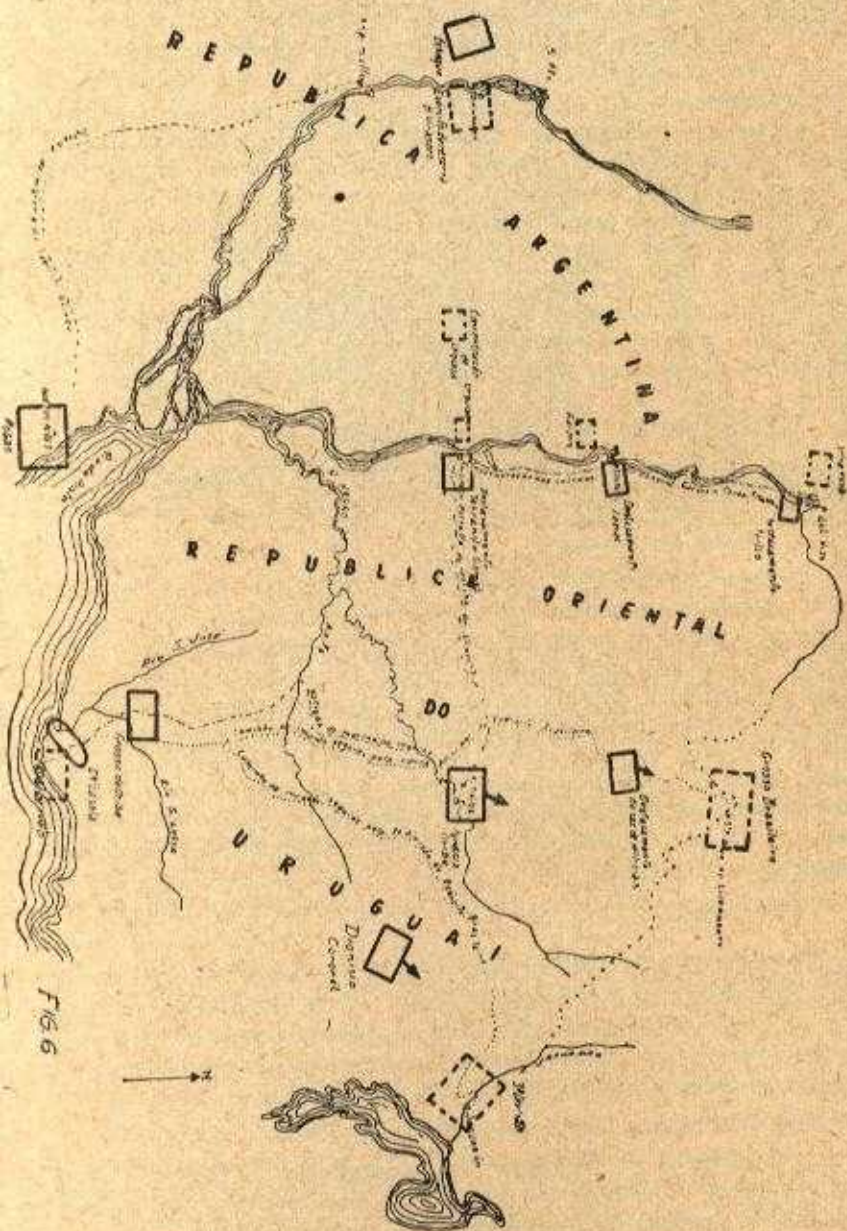
"O plano de operações dos aliados apresentava dois inconvenientes ao meu ver: Não se terem reunido tôdas as forças disponíveis para as operações decisivas; a falta de um comando único.

Em compensação, não se pode deixar de elogiar:

a) A escolha de Diamante para concentração de todo o Exército sob o comando de Urquiza, por ser o ponto mais favorável para a passagem, sob a proteção do Paraná, dominado pela esquadra;

b) A passagem do Paraná por todo o Exército em um só ponto e sua reunião imediata em uma só massa na margem direita;

c) A adoção da ofensiva a fundo;



Esquema da Campanha contra Oribe, em 1851; segundo Genserico de Vasconcellos

d) A excelente preparação política, tendo em vista provocar, nas fileiras de Rosas, deserções e defeições." (1)

Plano dos rosistas:

Enquanto se agravava a situação militar dos bueno-aireses, sob o tação de Rosas, este dava provas de sua inépcia. Planos não lhe faltavam, havia necessidade era do chefe.

Teve Rosas, à sua disposição, três planos diferentes apresentados pelos seus mais destacados chefes militares.

Plano Chilavert — Antes da queda de Oribe: As forças de Oribe, abandonando o cerco de Montevideu, deviam passar o rio Uruguai e agir ofensivamente contra o rebelde Urquiza. Uma parte dessas forças cobriam a ação face aos brasileiros. Os exércitos bueno-aireses cooperariam na ofensiva contra Entre-Rios, transpondo o rio Paraná. As forças existentes em Santa Fé atrairiam desde logo a atenção de Urquiza. Em última fase, todas as forças rosistas invadiriam a Banda Oriental e o Brasil.

Plano Marsilla-Lagos — Após a concentração aliada em Entre-Rios e a evacuação de Santa Fé pelos rosistas: Todo o Exército seria concentrado na linha do Arroio del Médio e aproveitando a profundidade do dispositivo de marcha dos aliados, atacaria a vanguarda aliada separada do grosso.

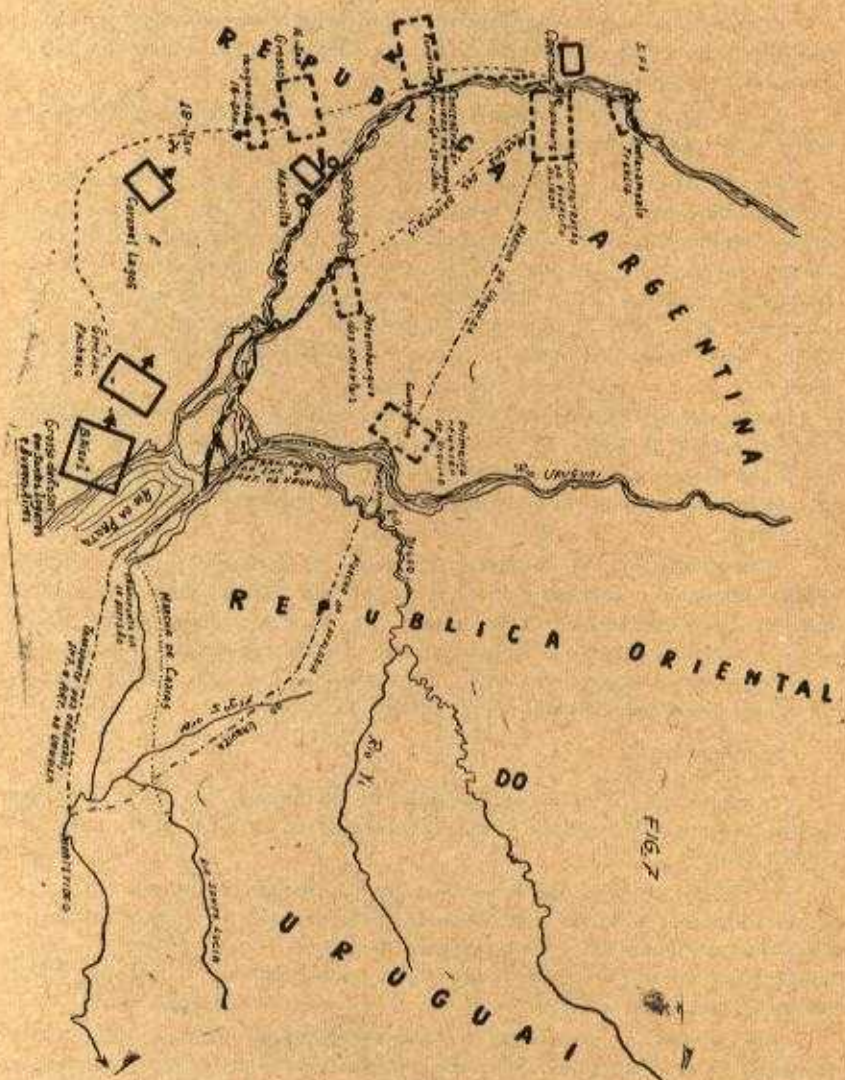
Plano Pacheco — O adotado finalmente: O general Pacheco, a quem Rosas entregou o comando de suas forças, manteve-se numa "defensiva passiva, quer estratégica, quer tática." (1) Era seu plano: Permanecer com o grosso próximo a Buenos Aires, em Santos Logares, onde pretendia travar a batalha decisiva. Um corpo de cavalaria obstaría lentamente a progressão aliada, até reunir-se ao grosso.

Comentários:

O plano que visou a participação de Oribe não previu o seu desprestígio político e militar, face a arrancada de Urquiza. Era, portanto, mirabolante.

A defesa ofensiva de Mansilla e Lagos baseou-se em corretos princípios militares e traria ação psicológica favorável. As calhas sucessivas dos rios, afluentes do Paraná, apesar de serem fracos obstáculos, serviriam para linhas de defesa sucessivas, possibilitando agressivas ações sobre a vanguarda ou grosso aliado, se tal fôsse a idéia de Rosas.

Finalmente, a concepção estática, estacionária, passiva, quase indiferente, de Pacheco, demonstrando total ausência de espírito combativo e energia, é bem própria de generais derrotados. Beverina encontra nesse plano razões justificáveis, tendo em vista a decisão errada do chefe supremo, o condutor político da guerra, Rosas, de bater-se nos arredores de Buenos Aires. "A conduta do general Pacheco é nesse caso muito lógica e muito adequada à situação." (8) Por este motivo, ordenou ele a ausência da resistência e a concentração de todas as forças para



Esquema da Campanha contra Rosas, em 1852; segundo Genserico de Vasconcellos

combate decisivo. Não comprova tal asserção o dispositivo tomado pelas tropas rosistas.

b) *A concentração dos aliados:*

Ao ser assinado o Convênio de 21 de novembro as forças imperiais, com Caxias, estavam em Colônia e os argentinos e orientais, com Urquiza, em Montevidéu.

Escolhido Diamante, no Rio Paraná, para local da primeira concentração e ponto de transposição do Paraná, foi planejado e executado o transporte das tropas para aquele local.

Argentinos — A cavalaria, por seus próprios recursos atingiria Gualaquichu, à margem do Rio Uruguai. A esquadra brasileira transportaria para esse ponto a sua infantaria e artilharia. Reunidas aí as forças de Urquiza, elas passariam o Uruguai e marchariam por terra até Diamante.

Orientais — Embarcados em Montevidéu, em navios da esquadra de Greenfell, seriam transportados Paraná acima e desembarcados no Potrero de Perez, no Paraná — Pavão — braço do rio Paraná. Daí marchariam para o local da concentração.

Brasileiros:

Designada a 1ª Divisão, do Brigadeiro Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, para operar nas forças aliadas invasoras, foi ela embarcada em Colônia nos navios de guerra brasileiros que deviam transportá-la até Diamante.

Para cumprir tal missão mister se fazia forçar a passagem artilhada de Toneleros, defendida por Mansilla. A ação naval brasileira foi coroada de êxito e os defensores, em face da ineficiência da ação pretendida, retiraram-se.

Comentários:

O perfeito planejamento da operação proporcionou o pleno êxito da execução. A passagem de Toneleros e as marchas largas e difíceis caracterizaram essa importante fase.

Em meados de dezembro, os entre-rianos encontravam-se em Diamante, a 20 chegam os brasileiros e, finalmente, a 30, os últimos elementos orientais, após penosa marcha.

A concentração se consumara com absoluto êxito tal a fraquíssima oposição dos inimigos que se limitam a assistir ao desenvolvimento das operações de reunião dos aliados à beira do largo obstáculo do Paraná.

c) *As marchas e os primeiros combates:*

Vimos, então, que no final do ano de 51 estão concentradas em Diamante as forças aliadas sob o comando de Urquiza. Com as tropas naquele local, cobertas pelo obstáculo considerável do rio Paraná, o chefe entre-riano toma medidas para a transposição da caudal. Prepara navios, lanchas, canoas e balsas e embarcadouros à margem do rio. Precipitado,

como sempre, Urquiza lança-se à passagem do Paraná a 23 de dezembro, antes mesmo da chegada de todas as suas tropas à concentração. No dia seguinte, uma divisão de cavalaria recebe autorização para cruzar o rio a nado. A gauchada exulta e o fato se generaliza, com grande prejuízo para a boa realização da manobra. São cavalos e homens afogados ou perdidos nas margens do rio ou nas ilhotas fluviais. Gastam os aliados vários dias para consumir a transposição do obstáculo, sem nenhuma ação inimiga que o dificultasse.

As tropas rosistas mais próximas estavam então na Província de Santa Fé, em Coronda, cujo governador, Echague, é o responsável pela sua defesa. Ele e os seus mil homens de Coronda acabam fugindo sem esboçar reação.

Enquanto isto a cidade do Paraná é sacudida por movimentos anti-rosistas e o Destacamento Francia, dos aliados, vai ocupá-la.

Os argentinos defensores do tirano estão agora a uma centena de quilômetros dos invasores, em Rosário e San Lorenzo, com Serrano e Santa Colona. Porém, à medida que Urquiza avança Rosário é também abalada pela revolta, encabeçada por dez cidadãos. Echague e Santa Colona tentam dominar a rebelião, mas só vêem aumentar as deserções de suas tropas. Segue-se a sublevação de S. Nicolau. A voragem da rebelião arrasta maior número de simpatizantes, à proporção que o avanço aliado aumenta.

Debelada a luta nas cidades revoltadas, Urquiza melhora sua situação, enquanto as tropas do Ditador, com Echague e Santa Colona, retraindo-se praticamente sem luta, vão ocupar posições defensivas no Arroio del Medio, na fronteira da Província buenoiense.

A 23 de dezembro, o chefe aliado resolve concentrar novamente suas forças, agora na margem direita do Paraná, em Espinillo. Última essa tarefa a 8 de janeiro, usando inclusive dos meios fluviais para o transporte das tropas.

Na noite de 10 de janeiro o exército aliado sofre rude, pesado e desmoralizante golpe. A Divisão Aquino, que lutara ao lado de Oribe no Uruguai, subleva-se, mata seu Comandante e bandeia-se traçoeiramente para Rosas.

× A partir de Espinillo, Urquiza tenta um dispositivo de marcha. Um arremêdo de ordem de deslocamento. Desloca-se o Comandante-em-Chefe, com a vanguarda: 4 divisões de cavalaria (Galarza, Lamadrid, Medina e Lopez) e 2 batalhões de infantaria (do contingente correntino). Segue-lhe o grosso, com um intervalo de um a dois dias de marcha, deslocando-se em primeiro escalão as três divisões de infantaria (Marquês de Souza, Diaz e Galán) e as restantes de cavalaria (Abalos e Urdinarrain), ocupando uma frente de sete quilômetros. Depois avançava a artilharia, os trens e as bagagens.

Dentro de seu plano inábil age Pacheco. Retira-se, à medida que o adversário progride. O Coronel Lagos, impetuoso chefe rosista, tenta

a resistência no Arroio del Medio, porém, recebe ordem de retirar-se para Salto e daí para Santos Logares.

A 18 de janeiro, o General Pablo Lopez, bivacando no Arroio Dulce, sabe da existência de tropas cavalarianas de Rosas nas proximidades. Ataca-as de surpresa, desbaratando os cavaleiros rosistas e apreendendo material e cavalos. Depois d'êste entrevêro, os rosistas refluem, ficando a defesa na guarda de Lujan, com Pacheco.

Prossegue, todavia, a marcha vitoriosa dos aliados, tal a inexpressiva e apática resistência dos adversários. Pacheco acaba abandonando Lujan; passa, então, o rio das Conchas, deixando na margem oposta o Coronel Lagos com alguma cavalaria. A aproximação da vanguarda aliada, Lagos pede instruções a Rosas. O Ditador quer agora resistir, ordena o ataque, enquanto Pacheco defenderá a ponte do Marquês, sobre o rio das Conchas. A 31 de dezembro, fere-se o encarniçado combate dos Campos do Alvarez, entre tropas de cavalaria. Os rosistas são derrotados com pesadas baixas.

"A vanguarda estacionou nos Campos do Alvarez. Do outro lado da ponte do Marquês, que o inimigo não tentou destruir, sobre o lombo da Coxilha de Caseros, postava-se o exército de Rosas. O combate infeliz de 31 produziu-lhe deprimente efeito moral." (1)

No dia seguinte chega a êsse local, sob o comando de Virasolo, o grosso aliado. Urquiza tem agora em suas mãos tôda a massa de tropas invasoras e, não obstante ter ciência de que Rosas concentrara suas forças em Santos Logares, permanece inerte todo o dia, sem explorações à cata de informes. Sômente a 2 de fevereiro, vai, então, marchar para o combate decisivo.

Enquanto isso que fazia o Exército de Observação de Caxias? O Conde ficara sem ligação com a coluna invasora, sem notícias da longa e audaciosa marcha dos aliados e da sua indecisa sorte. Preparou-se para uma possível ação. A 17 de janeiro, embarca na capitania de Greenfell e efetua um reconhecimento no pôrto de Buenos Aires. Ai é saudado por todos os navios de guerra estrangeiros surtos no pôrto e alvo da curiosidade da multidão de argentinos que observam suas manobras da praia. Caxias reconhece em Quilmes, ao Sul de Buenos Aires, local para desembarque e parte de volta. A minguada esquadra rosista assiste impassível às ações dos brasileiros.

Comentários:

No plano de operações, descrito por Bormann, Urquiza deveria marchar ao longo do Paraná, apoiado pela esquadra, até a concentração rosista. Todavia, êle não o fêz. Optou pelo itinerário do interior, talvez pelos motivos seguintes: Melhores condições de pasto para a cavalaria; desbordamento dos obstáculos formados pelas calhas dos rios, sempre mais caudalosas na foz (junto ao Paraná); esperança de adesão de simpatizantes da sua "cruzada" e impossibilidade de Rosas fugir para o in-

terior e atuar contra Entre-Rios e Corrientes, dificultando a solução militar da campanha.

Anteriormente tivemos oportunidade de enunciar, de relance, planos que foram apresentados a Rosas. Chilavert fôra o primeiro. Mas chegara tarde sua concepção, pois os aliados, logo após, destruíam o poder de Oribe. Incansável, no desejo da resistência, êle mesmo, Chilavert, reforma seu plano inicial e convida Rosas a concentrar tôdas as forças em Santa Fé, organizar-se defensivamente à margem direita do Paraná e pela intensa vigilância identificar o ponto de transposição dos aliados e atacá-los então de inopinado. Mas Rosas era a inação militar personificada. Nada resolve.

Vêm depois os planos de Mansilla e Lagos na defesa do Arroio del Medio e o ataque à vanguarda aliada, separada do grosso. Também inócuo para o apalermado de Palermo.

Urquiza também não é dos mais brilhantes generais. Sobre-lhe ousadia e ação, falta-lhe preparo e capacidade de chefe, de comando supremo, de planejador. Lança-se êle como Comandante da Vanguarda e se distancia do seu Exército de várias bandeiras. E, no seio de tão grande e desuniforme massa de soldados está a Divisão Brasileira.

Domingos Sarmiento, futuro estadista da Argentina, era na ocasião integrante do Estado-Maior de Virasoro, com absoluta isenção de ânimo, escreve sobre os brasileiros nesse transe difícil:

"Eu me aproximei do Marechal (o Brigaderio Marques de Souza havia então sido promovido àquele pôsto) que a pouco e pouco se espraçou comigo, e expôs em termos mais sentidos a situação de seu Corpo de Exército, na parte que não dependia de seus próprios recursos. Para nós, me dizia, esta guerra tinha um fim mais elevado que o derubar Rosas. Uma das calamidades de que somos vítimas, argentinos e brasileiros, são os ódios recíprocos destas duas nações fronteiriças, e cujos interesses são comuns nos rios e na política americana. Solicitamos fazer parte do exército expedicionário, para que o contato diário, a mancomunação de perigos e fadigas, dissipasse estas fatais preocupações; queríamos ser estimados pelos argentinos, como nós os estimamos. Este grande objetivo da política do Império tem ficado malogrado na prática. Nós formamos aqui um grupo à parte; não nos comunicamos com ninguém; ninguém se aproxima de nós e poderíamos dizer que vamos no meio de inimigos. Somos desprezados, e minhas reclamações, do mais urgente, são desatendidas." (10) (Tradução de Bormann).

Contrastava com a massa informe do Exército aliado, com autênticos bandos armados e chefes improvisados, as tropas brasileiras — cuja organização (apesar de deficiente na época), disciplina, instrução e conduta militar eram apreciadas e cujos chefes, profissionais regulares, de carreira, com experiência e tirocínio contribuíam para aumentar as diferenças entre as forças em operações.

Apreciamos, linhas atrás, o desenrolar das marchas e combates até as portas de Cañeros. E o que concluímos? Não ter havido resistência de

Rosas. Por falta de recursos bélicos? Parece que não. O Ditador chegou a dispor de 46.000 homens contra os 28.000 improvisados dos invasores. Vejamos onde estavam as tropas rosistas. De início, Pacheco possuía:

- Em Coronda, 1.000 cavalarianos com Echague;
- Em San Lorenzo, 1.400 cavalarianos com Santa Colona;
- Em Rosário, 1.600 homens com Serrano.

Depois, cerrando o dispositivo para a defesa de Buenos Aires:

- Em Santos Logares, 6.200 homens;
- Em Lujan, 5.800 homens;
- Na cidade e arredores, 17.800 homens.

Essas tropas estavam demasiadamente esparsas para qualquer ação de vulto e Pacheco, que sonhava barrar os acessos a Buenos Aires, viu recalcados facilmente todos os seus minguados contingentes.

Mas, Rosas contava ainda com uma força ao Sul, de considerável número de homens, também dispersos para atender às mil eventualidades que o ameaçam, espalhada ao redor da cidade e somando cerca de trinta mil homens.

"Todos esses elementos somados atingem cerca de 46.000 homens, dos quais 7.500 são de cavalaria. É um efetivo que podia enfrentar os aliados, sem susto; que podia detê-los sobre o Paraná; que melhor articulado e melhor comandado, faria face (manobrando em linhas interiores) a ameaça Urquiza vinda do norte e a ameaça Caxias vindo pelo leste." (2)

O binômio da ignorância, da crassa incapacidade militar, Rosas-Pacheco, é o maior fator de êxito de Urquiza. Não há resistências sérias. "E durante a marcha que vai de Espinillo a esse famoso Moron, Pacheco nada faz. O adversário movimenta-se quando quer, pelo eixo que quer e para onde quer. E ele vai dando ordens esporádicas, sem conexão, fora de qualquer plano." (2)

A tentativa da defesa do Arroio del Medio pelo Coronel Lagos recebe o veto de Pacheco. Mas logo depois vem contra-ordem e Lagos nada pode fazer. Urquiza passa, então, o arroio da forma mais original e inconcebível: Primeiro (a 18 de janeiro) passa os veículos e, depois, no dia seguinte, a tropa!

Finalmente, em Alvarez, o desejo incontido de Lagos de resistir encontra eco. Ei-lo enfrentando a vanguarda aliada. A impetuosidade de Urquiza aniquila o inimigo, não havendo perseguição.

Passada esta última resistência, os aliados vêm-se diante do rio das Conchas. Entre eles e o adversário está a ponte do Marquês, a "terra de ninguém", o arroio Moron e, por fim, a coxilha de Caseros, com os rosistas encarapitados passivamente nela.

(Continua no próximo número).

III — SOLUÇÃO DE QUESTÕES

Escolhidas entre as propostas no número anterior

A — HISTÓRIA

QUESTAO

Consequências políticas, sociais e econômicas da Abolição, distinguindo a repercussão nas regiões do Brasil onde essas consequências tiveram características diversas.

UMA SOLUÇÃO

A necessidade do braço para as lides da terra fez com que os portugueses se utilizassem do negro como escravo. A prática deste princípio era, na época, utilizada em todo o mundo. Cedo, porém, começaram as lutas contra esta vil maneira de tratar nossos semelhantes africanos.

Portugal não ficou à margem desses acontecimentos. No Século XVIII, Pombal dá liberdade a negros e mestiços em Portugal. Surge uma aliança de Portugal com a Inglaterra na repressão ao tráfico. Navios ingleses infestavam os mares dando caça aos negreiros, ora devolvendo à origem suas presas, ora afundando os navios traficantes. Desta caça surgiram mal-estar entre nações. No Brasil, este mal-estar chegou até a constituir estremecimentos entre os dois governos.

Em 1831, o Padre Feijó extingue o tráfico. A lei estava decretada. Sua execução era difícil. Os Senhores de Engenho e Donos de Terras não podiam prescindir do braço escravo.

Em 1850, Eusébio de Queiroz pôs em prática a citada lei atacando o transporte e a introdução de escravos no país.

Já neste tempo era o Brasil o único país da América do Sul onde havia escravidão. Com a necessidade do Brasil declarar guerra ao Paraguai, o preto escravo foi lutar ombro a ombro com o branco em defesa da pátria comum. Terminada a guerra, o clamor anti-escravagista estava arregimentando as massas. Os únicos intransigentes eram os Donos das Terras e os Senhores de Engenho.

Em 1871, a Princesa Isabel decretava a Lei do Ventre Livre.

Em 1855, a Lei Cotegipe dava alforria ao Sexagenário.

D. Pedro II, que a tudo isto assistia, sabia muito bem que a Abolição iria cobrar muito caro e seu preço era o Império.

O Partido Republicano sabia, também, que não poderia abraçar a causa abolicionista sem que esta lhe fôsse o preço da derrota.

A Princesa Isabel, orientada por José do Patrocínio, "O Abolicionista", decreta a Abolição em 1888.

Consequências políticas:

- Descontentamento dos Senhores de Engenho e Donos de Terras com o Império, tornando-se Republicanos;
- Maior prestígio do Partido Republicano;
- Término das tensões entre o Brasil e a Inglaterra;
- Elevação do Brasil no conceito internacional;
- Necessidade do Império incrementar a imigração;
- República.

Consequências sociais:

- Reação ao preto, como um seu igual, pelo branco;
- Modificação dos costumes domésticos;
- Separação do preto e do branco pela cultura e instrução;
- Diferença do nível de vida entre o preto e o branco;
- No Sul, onde o número de imigrantes europeus era maior, houve maior reação.

Consequências econômicas:

- Queda da produção dos Engenhos e da lavoura, decorrendo daí uma das causas do subdesenvolvimento atual do Nordeste;
- Maior surto de imigrante europeu;
- A derrocada do café no vale do Paraíba;
- A divisão das terras aos imigrantes;
- A queda dos grandes latifúndios;
- A perda de grandes fortunas, representada pelo valor monetário do preto escravo.

Regiões do Brasil onde repercutiram de maneira diferente estas consequências:

NORDESTE:

Apesar do impacto econômico-financeiro aos Engenhos, foi ao norte do paralelo do São Francisco em que com maiores proporções se evidenciaram as tendências anti-escravagistas.

Notamos, mesmo, a liberdade aos escravos antes da Abolição nos Estados do Ceará, Amazonas, Maranhão e outros.

LESTE:

No leste, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e Minas, os impactos econômicos foram enormes; porém, como nêle estava enca-

vada a Capital Federal grupos políticos se digladiaram em tórno do assunto. Uma das razões da emigração da cultura do café no Vale do Paraíba foi a Abolição com sua consequência econômica e financeira.

SUL:

Foi, porém, na região sul que mais se caracterizou a reação social contra o abolicionismo. Isto teve sua causa principal no grande número de imigrantes europeus que se fixou naquela área. Foi, também, ela que recebeu com maiores vantagens os resultados da Abolição, principalmente, quando nos referimos à mão-de-obra especializada que para lá afluíu, tanto na indústria como no trato da terra. Como exemplo temos os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O primeiro recebendo o impulso advindo do café e o segundo com o seu desenvolvimento no plantio de elementos de subsistência e na indústria.

Observação — Questão resolvida pelo Major Boscardin, em uma hora e meia, sem consulta e aviso prévio. Valiosa contribuição para os demais companheiros, candidatos como o solucionador.

B — GEOGRAFIA

Uma raça cósmica em processo de formação no Brasil:

A originalidade dessa questão, sugerida entre outros, a nosso pedido, pelo Major Tosta, fez com que a submetêssemos a vários candidatos, nos moldes da Concurso. As soluções dadas vieram provar a utilidade do exercício mental a que se submeteram, voluntariamente, aqueles companheiros.

Essa questão, que assusta mais pelo termo "cósmica" (Veja o dicionário, se quiser), é daquelas cuja vastidão de conceitos corretos permite várias soluções, mas evidentemente exige coerência no estudo analítico para dizer se teremos ou não a raça cósmica.

Julgamos, por isso, mais útil publicar alguns esquemas de solução, ao invés de uma solução.

Ei-los, a seguir.

Major G. VIDAL — Coordenador

ESQUEMA A

1. Etnia brasileira
2. Ausência de preconceitos
3. Caldeamento
4. Imigrações
5. Migrações internas

6. Influência do ambiente geográfico
7. Movimento do NE para o Sul ("paus de arara") e do Sul para o Norte ("Catarinas")
8. Conclusões

ESQUEMA B

1. Conceito de raça cósmica
2. 1ª Fase (1500 a 1888)
 - Contribuição do colonizador
 - Situação do indígena
 - Escravo africano
 - Fatores de miscigenação
3. 2ª Fase (1888 até nossos dias)
 - Abolição da escravatura
 - Mão-de-obra européia e asiática
 - Quistos raciais
4. Conclusões
 - Fatores favoráveis
 - Habitabilidade de todo o território
 - Inexistência de preconceitos raciais
 - Permanentes migrações internas
 - Fatores adversos
 - Grande extensão territorial
 - Diversidade de climas regionais
 - Grupos raciais de difícil assimilação

ESQUEMA C

1. Ambiente geográfico
 - Superfície — População — Geologia
 - Clima — vegetação
2. Elemento humano
 - Antes do Descobrimento
 - Durante a colonização
 - Época contemporânea
3. Fatores econômicos
 - Progressos e atuais — Migrações internas e migração dirigida

4. Conclusões

ESQUEMA D

1. Tipo étnico em formação
2. Razões históricas
 - População aborígine
 - Abolição da escravidão
 - Migrações internas
3. Razões econômicas
 - Atividade agrícola (cana de açúcar x braço escravo)
 - Política de emigração
 - Ciclos de desenvolvimento
4. Razões geográficas
 - Diversidade de clima
 - Permeabilidade do território
5. Conclusões
 - Ausência de preconceitos raciais
 - Raça cósmica em formação

ESQUEMA E

Evolução da nação brasileira

Passado — Presente e Futuro

Fenômenos de miscigenação

Triade: Branco x Índios x Preto

Contribuição européia inicial

(Holandeses — franceses e ingleses)

Emigração européia e asiática

Migrações internas

Condições favoráveis

Geográficas

Econômicas

Fatores psico-sociais

Históricos — mameluco

Contemporâneos

Nordestino

Gaúcho

Amazônico

Conclusões.

IV – QUESTÕES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Continuamos na apresentação de cinco questões, de cada uma das matérias acima, para exercício mental dos candidatos. No próximo número, publicaremos considerações a respeito da Solução das que suscitarem maior interesse.

A — HISTÓRIA

1ª Questão — No quadro da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai:

- a. Apresentar as principais causas e conseqüências da simultaneidade das ações ofensivas paraguaias sobre Mato Grosso e visando ao Rio Grande do Sul.
- b. Destacar a significação do cerco de Uruguaiana.
- c. Ressaltar as repercussões da invasão da região sul de Mato Grosso, no panorama brasileiro.
- d. Configurar as causas e as conseqüências do fracasso de Curupaiti.
- e. Comparar a queda de Uruguaiana e o fracasso de Curupaiti, relativamente à conduta da guerra pela Tríplice Aliança.

2ª Questão — Considerando o Comando Supremo da Tríplice Aliança por Caxias:

- a. Justificar, sucintamente, a reorganização das forças aliadas.
- b. Caracterizar as operações conduzidas sobre Humaitá e Piquiciri, destacando seus principais ensinamentos.
- c. Fixar a contribuição das duas batalhas de Tuiuti à continuação da Guerra.
- d. Analisar a personalidade de Caxias como Cmt-Chefe Aliado.

3ª Questão — Da atuação de Caxias no Cenário Nacional:

- a. Mostrar, resumidamente, como concorreu ele para a preservação da Ordem Interna.

- b. Fixar o sentido de sua vitoriosa campanha contra os farrapos.
- c. Concluir sobre sua contribuição à Unidade Nacional.

4ª Questão — Tendo em vista o período envolvido pelas Invasões Holandesas no Brasil Colonial:

- a. Configurar as diferentes fases da dominação batava no nordeste brasileiro.
- b. Caracterizar os reflexos na estruturação político-administrativa do país.
- c. Assinalar as principais conseqüências, com relação ao expansionismo bandeirante no sentido do S e do SW.

5ª Questão — No processo de formação histórica dos atuais Estados Hispano-Sul-Americanos:

- a. Caracterizar o papel desempenhado pelas regiões Assunção-Montevideú e Chuquisaca-Guayaquil.
- b. Fixar o papel decisivo de Buenos Aires e dos Andes, tendo em vista a luta pela emancipação do jugo espanhol.
- c. Configurar o significado das conferências de Guayaquil e seu imediato reflexo no Prata e nos Andes.
- d. Isolar as figuras de Bolívar e San Martín durante o primeiro quartel do século XIX.
- e. Citar as principais conseqüências político-militares da emancipação desses estados?

- ainda no 1º quartel do século XIX;
- durante o segundo quartel do século XIX;
- a partir do segundo quartel do século XIX;
- ainda hoje existente.

- f. Apreciar a posição relativa do Equador, da Bolívia e do Uruguai em meio à Comunidade Sul-Americana.
- g. Justificar a posse de certas áreas territoriais, pelo Brasil e pela Argentina, após a emancipação definitiva dos diversos Estados Sul-Americanos.

(Organizadas pelo Maj Amerino Raposo Filho, Instrutor do Curso de História da ESCEME.)

B — GEOGRAFIA

1ª Questão — Partindo de uma apreciação geral das atuais condições da região nordestina brasileira, mostrar:

- a. as razões determinantes do seu atual subdesenvolvimento econômico;
- b. a importância dessa região no quadro nacional;
- c. as possíveis consequências econômicas para a região, decorrentes da atual transferência do centro político do Brasil para o Planalto Central.

2ª Questão — Estudar a influência do gaúcho e do colono no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

3ª Questão — Fatores diversos têm contribuído para um irregular desenvolvimento econômico do trecho brasileiro da bacia do Paraná. Enquanto, em determinadas áreas dessa bacia hidrográfica se processa acentuado desenvolvimento econômico, algumas regiões da mesma, estão no mais completo desenvolvimento.

Após uma apreciação sucinta das condições atuais das diversas regiões geo-econômicas dessa bacia, na qual ficam caracterizados os fatores condicionantes dessas regiões, mostrar:

- a. as principais obras que estão sendo processadas pelo Governo para impulsionar o desenvolvimento econômico dessa grande área;
- b. a importância que essas obras terão para o desenvolvimento econômico e segurança nacional;
- c. as possibilidades que determinados trechos da bacia apresentam para a ampliação das vinculações do Brasil com alguns países vizinhos.

4ª Questão — O problema da exportação do ferro e do manganês no Brasil.

5ª Questão — Mostrar as principais vinculações terrestres do Brasil com os demais países sul-americanos, caracterizando a importância econômica dessas vinculações.

V — CONHECIMENTOS MILITARES

COMUNS A TODAS AS ARMAS, BLINDADOS E SERVIÇOS — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1959

TEMPO DISPONÍVEL : 4 (quatro) horas.

1. Confira a documentação recebida, de acôrdo com a seguinte relação:
 - Carta de SÃO PAULO, fôlhas de ORLANDIA (N e S), já coladas, escala de 1/50.000;
 - UMA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO;
 - UM ENVELOPE PARDO PARA A FICHA DE IDENTIFICAÇÃO;
 - UMA FÔLHA DE MATA-BORRÃO;
 - Doc. n. 1 — 1ª Parte — Ofensiva (fôlhas 1 e 2);
 - Doc. n. 2 — Trabalho Pedido n. 1 (fôlhas 1, 2 e 3);
 - Doc. n. 3 — 2ª Parte — Defensiva (uma fôlha);
 - Doc. n. 4 — Trabalho Pedido n. 2 (fôlhas 1, 2, 3 e 4);
 - Esbôço n. 1;
 - Calcos ns. 1, 2, 3 e 4;
 - DUAS FÔLHAS DE PAPEL PARA RASCUNHO;
 - UMA FÔLHA DE PAPEL CARBONO;
 - UMA FÔLHA DE PAPEL ALMAÇO PARA RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES.
2. Preencha a ficha de identificação e coloque-a no envelope correspondente.
3. NÃO ASSINE A PROVA NEM ESCREVA SEU NOME EM NENHUM DOCUMENTO DA MESMA.
4. Concluída a prova:
 - devolva, a um membro da CRFC, tôda a documentação recebida;
 - assista ao fechamento do envelope que contém a ficha de identificação e a fixação do mesmo à documentação restante.

Doc. n. 1

1ª Parte — OFENSIVA

1 — SITUAÇÃO GERAL — Anexo: Esbôço n. 1:

- a. O 2º C Ex (2ª e 4ª DI) que atua ofensivamente na direção JARDINÓPOLIS — S. JOAQUIM para conquistar a região de S. JOAQUIM e cerrar sôbre o RIO SAPUCAÍ, chocou-se com uma posição inimiga no corte do RIB DO AGUDO.

2 — TERRENO E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS.

Crt — SÃO PAULO — Esc 1/50.000.

Fls — ORLANDIA (N S).

- a. As estradas assinaladas como de Rodagem e de Automóvel são de dupla circulação e as demais são de circulação simples e solo natural.
- b. O solo é firme permitindo o movimento de veículos através do campo.
- c. O Rib do AGUDO é obstáculo antipessoal e anticarro, à jusante de Faz do AGUDO (8 km W de ORLANDIA). A montante desse ponto não constitui obstáculo.
- d. Tempo bom e seco.
- e. Amanhece — 0600.
Anoitece — 1800.

3 — 1ª SITUAÇÃO PARTICULAR — Anexo: Calcos ns. 1 e 2:

As 15,30 do dia D, a situação é a do calco n. 1.

- a. O Comandante da 2ª DI, considerando:
 - que o inimigo defende fortemente a região de ORLANDIA;
 - que a 4ª DI vai atacar a D + 1;
 - que o seu GT vanguarda está com dois BI detidos, decidiu centralizar a operação e atacar para retomar o movimento.

- b. As 16,30 do dia D, o Comandante da 2ª DI reuniu os seus comandantes subordinados e deu sua decisão e as seguintes informações:

(1) Inimigo — Calco n. 1.

(2) Decisão do Comandante da 2ª DI — Calco n. 2.

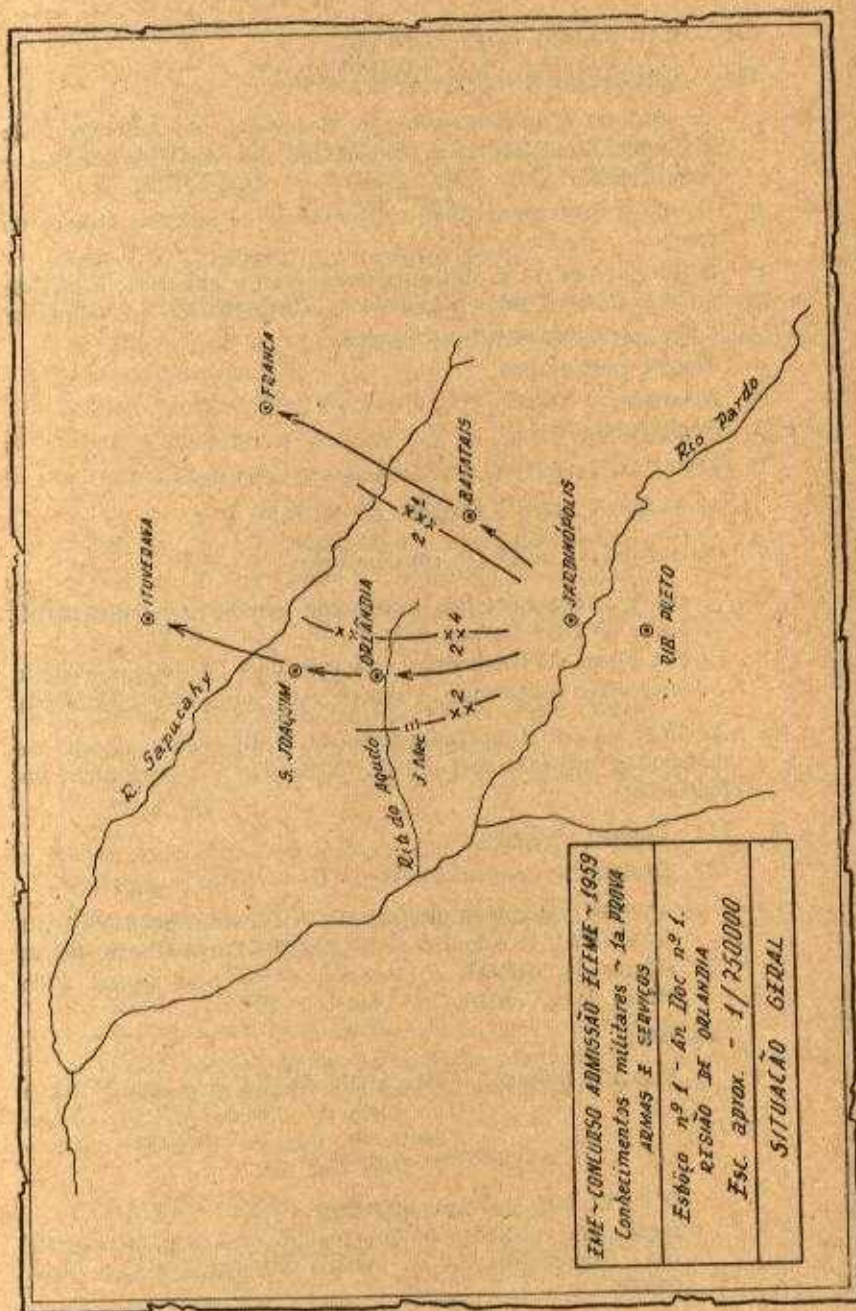
A 2ª DI atacará às 09,00 de D + 1 na direção LAMBARI — SIGNAL (5,5 km N de ORLANDIA) para conquistar as alturas de SIGNAL (01) com o 6º RI e as alturas S do Morro do CAVADO (02) com o 5º RI (—).

Para isso:

Fixará o inimigo — face a ORLANDIA com o 3º/5º RI, e
— no corte do Rib do AGUDO (à jusante de Faz do AGUDO) com o 2º Esqd Rec Mec.

O 6º RI fará o ataque principal.

Ficará em condições de prosseguir sobre SÃO JOAQUIM (03) particularmente na direção SIGNAL — SÃO JOAQUIM.



TRABALHO PEDIDO N. 1

1 — O 5º RI (—) executa um ataque de penetração:

- a. Quais os outros tipos de ataque que conhece?
- b. Quais as vantagens e desvantagens do ataque de penetração?

2 — Considerando que o Comandante do 6º RI estabeleceu o seu dispositivo de ataque:

Escalão de ataque — 2 BI.

Reserva — 1 BI.

- a. Que razões poderiam ter levado o seu comandante a tomar essa decisão?
- b. Que região escolheria para zona de reunião da reserva?
- c. Quais as direcções de ataque para os BI do escalão de ataque?
- d. Em qual das direcções seria feito o esforço?
- e. Como o comandante do 6º RI poderia caracterizar o ataque principal?
- f. No decorrer do ataque, um RI atingiu o objetivo fixado, o outro teve sua progressão retardada pelo inimigo. Pergunta-se: Como poderia o comandante do regimento intervir na conduta das operações para acelerar a conquista do seu objetivo do RI retardado?
- g. Quais as missões que poderiam ser atribuídas à reserva do 6º RI?
- h. O 6º GO devendo apoiar o ataque do 6º RI, que missão tática deveria ter recebido na O Op da 2ª DI?
- i. Como o 6º GO distribuiria os seus oficiais de ligação?
- j. Em princípio, onde o comandante do 6º GO procuraria instalar o PC do Gp?
- l. Quem melhor poderá dar informações sobre alvos tendo em vista o apoio ao ataque do 6º RI?
- m. Normalmente o ataque é precedido por fogos de artilharia. Que nome se dá a estes fogos? Qual é a sua finalidade?

3 — Considerando que, para o ataque à posição do Rib AGUDO, a 2ª DI foi reforçada com o 204º BCC e a 1ª/502 BE Cmb, responda às perguntas que se seguem:

- a. Qual o dispositivo e forma de apoio da ED/2? (complete abaixo):

6 RI + 1ª/204º BCC _____

5º RI (—) _____

3º/5º RI _____

2º Esqd Rec Mec

- b. Quais os elementos da ED/2 que ficarão em apoio ao conjunto? (Responda na linha abaixo):

- c. Qual o elemento do Ap ao conjunto particularmente indicado para apoiar o 204º BCC (—) quando empregado? (Responda na linha abaixo):

- d. Qual o elemento de engenharia indicado para integrar o GT 4 levando em conta que no planejamento da DI está previsto o seu lançamento reforçado pelo 204º BCC (—) sobre o S JOAQUIM, mesmo antes da conquista de SIGNAL? (Assinale com um x a resposta certa):

() 1ª Cia E Cmb + 4ª Cia E Cmb (—);

() 2º BE Cmb (—);

() 1ª Cia E Cmb + 1ª (—)/502 BE Cmb;

() 4ª Cia E Cmb + 2ª Cia Cmb (—).

- 4 — No ataque às instalações dos serviços são desdobradas mais à frente que na defesa. Por quê? (Responda nas linhas abaixo):

- 5 — A 2ª DI estuda o prosseguimento das operações sobre S. JOAQUIM e, para o 2º Esqd Rec Mec, estão sendo examinadas duas previsões de emprêgo:

- a. Na direção ORLANDIA — S. JOAQUIM reconhecer a região de S. JOAQUIM e as passagens sobre o Rio SAPUCAÍ.
- b. Mesmo antes da conquista de 01, apossar-se da região de MAS-SOROCA em condições de:

— cobrir o flanco NW da DI nessa região;

— ser lançado para o N a fim de reconhecer S. JOAQUIM e as passagens sobre o Rio SAPUCAÍ.

Qual das duas preferiria? Cite duas razões que levaram o Senhor a essa conclusão. (Responda nas linhas abaixo):

VI — PROVA DO CONCURSO — GEOGRAFIA

UMA SOLUÇÃO PARA QUESTÕES APRESENTADAS EM 1959

1ª QUESTÃO

Apreciando o quadro geral da Agropecuária na América do Sul, analisar sucintamente:

- as causas geográficas que determinaram o seu maior ou menor desenvolvimento;
- as consequências econômicas decorrentes.

Solução esquemática

Na sua solução o candidato apreciará, inicialmente, o quadro geral do problema proposto na América do Sul, comportando:

- O valor da agropecuária na economia dos países sul-americanos;
- Os elementos fisiográficos essenciais que determinam a aptidão de uma região à agropecuária (clima, solo e água);
- As variações desses elementos, que determinaram a existência, no continente, de regiões:
 - altamente favoráveis, tanto à agricultura como à pecuária;
 - razoavelmente favoráveis;
 - de difícil utilização, porém possíveis com a conveniente correção do (ou dos) elementos deficientes;
- nulas.

Em consequência:

- Identificação e localização dessas regiões no continente, e os seus valores relativos:
 - O SE Sul-americano;
 - A região central;
 - A região andina;
 - As zonas litorâneas;
 - A hiléa amazônica.

— CAUSAS

- Dependência do desenvolvimento agropecuário ao equilíbrio dos elementos fisiográficos.
- Outras causas que ampliaram ou diminuíram a capacidade de cada país nesse setor:
 - O modo de aproveitamento do solo;
 - o empirismo;

- a falta de técnica apropriada;
- o empobrecimento das terras;
- a erosão;
- a monocultura;
- os países de exceção.
- A situação demográfica.
 - O fraco índice demográfico determinado:
 - a concentração em áreas relativamente restritas;
 - o abandono de grandes áreas potencialmente utilizáveis.
 - A composição das populações:
 - as fortes correntes imigratórias de origem européia no SE sul-americano, determinando o melhor aproveitamento do solo;
 - a influência negativa do indígena sul-americano nas economias nacionais:
 - seu empirismo;
 - seu isolamento econômico e cultural.
 - A situação da agropecuária em relação a outros setores econômicos:
 - o caso geral;
 - a Venezuela e sua política econômica;
 - o Chile;
 - as Guianas.
 - A deficiência dos recursos econômicos empregados no setor agropecuário.
 - A dependência política, no caso particular das Guianas.
- CONSEQUÊNCIAS

Os países sul-americanos economicamente mais desenvolvidos são justamente, aqueles que obtiveram maior desenvolvimento no setor agropecuário.

Em conseqüências nêles nota-se:

- maior desenvolvimento industrial;
- melhor base econômica para a ampliação das indústrias a outros setores econômicos;
- maior estabilidade econômica;
- mais efetiva ocupação do território;
- melhor estado alimentar do povo;
- mínima dependência do exterior, em alimentos.
- Os aspectos particulares do problema:
 - a Venezuela;
 - o Chile;
 - a Bolívia;
 - a Colômbia.

— CONCLUSÃO

As possibilidades de desenvolvimento industrial, nível potencial mundial, dos países sul-americanos, como consequência da sua situação no setor agropecuário. O caso particular do Uruguai.

2ª QUESTÃO

Considerando o desenvolvimento industrial do Brasil, analisar o problema da "Energia Elétrica", apreciando, principalmente, os recursos potenciais existentes para a produção de eletricidade: hidráulicos e térmicos (carvão, petróleo, nuclear).

Indicar aqueles cujo aproveitamento, em bases econômicas, deva ser realizado para atender aos principais centros industriais do país.

Solução esquemática

Na solução da questão proposta, o candidato, inicialmente, deverá indicar qual o problema existente, mencionando as causas determinantes e a ação governamental.

Comportará:

- O panorama geral da deficiência na produção de eletricidade face ao ritmo intensivo de industrialização do país.
- As causas principais:
 - a liberalidade e a falta de coordenação com que se implantaram no Brasil os serviços de eletricidade;
 - o advento do Código de Águas e Legislação complementar acarretando o desinteresse da iniciativa privada, coincidentemente com o desenvolvimento de uma das maiores crises financeiras;
 - os efeitos da 2ª Grande Guerra na industrialização do país.
- A ação do Governo:
 - o planejamento dos Estados procurando a solução regional do problema;
 - a criação de Órgãos e Comissões Federais — CNAEE — Comissões Especiais;
 - a instituição do Fundo Federal de Eletificação como solução financeira;
 - os projetos enviados ao Congresso: Plano Nacional de Eletificação e Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás);
 - caracterização da solução governamental:
 - incentivo às iniciativas Estaduais, Municipais e privadas;
 - construção das grandes Centrais Elétricas como fator econômico;
 - as Sociedades de Economia Mista;
 - interligação e coordenação dos sistemas elétricos;
 - expansão da indústria de equipamentos elétricos.

Prosseguimento, o candidato deverá fazer uma apreciação dos recursos potenciais disponíveis para a produção da eletricidade, citando:

— Potencial hidráulico:

- a expressão dos recursos hidráulicos brasileiros referidas, em princípio, as zonas de interesse:

NORTE, NORDESTE, LESTE, CENTRO, CENTRO-SUL e SUL;

- apreciação dos recursos com vistas a solução governamental.

— Recursos carboníferos:

- reservas existentes e sua localização;
- expressão econômica dessas reservas para produção de eletricidade termelétrica adicional, considerando:
 - as regiões deficitárias e seus sistemas elétricos;
 - o transporte, seja do carvão, seja da eletricidade, como fator de encarecimento.

— Petróleo:

Apreciação sumária:

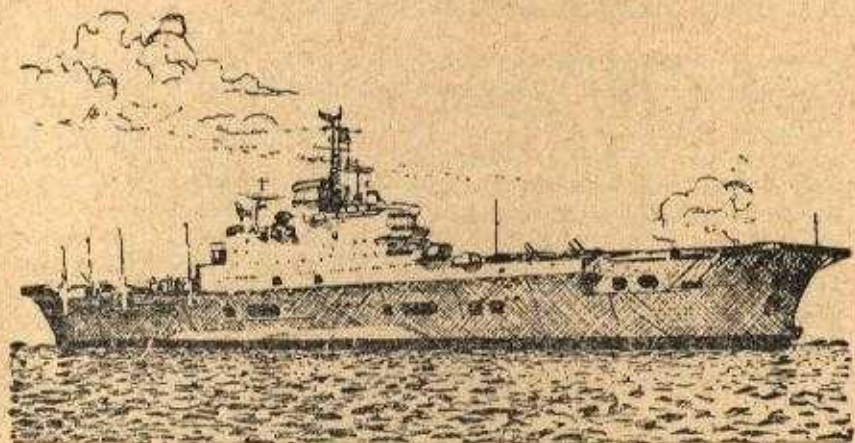
- do quadro petrolífero brasileiro, considerando:
 - as reservas conhecidas;
 - as disponibilidades cambiais para importação de óleo combustível;
 - as condições econômicas de produção de eletricidade na complementação dos sistemas hidrelétricos.

— Minerais Físseis:

- reservas existentes confirmadas de Urânio, Tório, Lítio, Boro e Grafita;
- o estágio atual da ciência atômica no Brasil:
 - o CNEN;
 - a pesquisa científica e tecnológica;
 - possibilidades atuais no campo da energia nuclear;
- a influência do fator econômico, na conjuntura atual, para a instalação e operação das usinas átomo-termelétricas.

Como conclusão do estudo, o candidato deverá indicar:

- os principais centros industriais do Brasil e suas necessidades de eletricidade adicional para permitir a continuidade da expansão industrial;
- os recursos passíveis de aproveitamento, considerando:
 - a base econômica dos empreendimentos, julgada a natureza dos recursos a serem aproveitados;
 - o fator econômico caracterizado na solução governamental.



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDÃO DE FREITAS

I — OS NAVIOS-AERÓDROMOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra HELIO LEONCIO MARTINS

1 — PARA QUE SERVEM

O papel dos aviões na Missão das Esquadras — Enquanto o mar fôr a via de comunicações mais importante para as relações comerciais e logísticas das nações, a Missão básica da Marinha permanecerá sempre a mesma: manter o domínio das comunicações marítimas de forma que elas possam ser usadas por nós e negadas ao inimigo.

Tal missão não depende dos meios empregados para seu cumprimento, prende-se tão-somente ao propósito a ser alcançado. Foi executada no passado por trirremes e naus de guerra, como o é atualmente por aviões e submarinos. Ou, em outras palavras, é ela da responsabilidade do Poder Naval, qualquer que seja a constituição que este apresente.

No entanto, tratando-se do problema de guerra no mar, não basta considerarmos isoladamente o Poder Naval, o elemento Força. O Homem é um ser eminentemente terrestre. Em terra exclusivamente subsiste. Da terra tira os recursos com os quais constrói sua economia e, em consequência, seu bem-estar e sua defesa. Quando age em meios estranhos — como o ar, o mar — o faz empregando elementos artificiais, mecânicos, que não podem cortar os cordões umbilicais da manutenção e do suprimento que o ligam à terra.

Assim a Potência Marítima é constituída por um binômio inseparável — o Poder e a Posição — cujos termos, isoladamente, não têm valia.

Se se pretende, contudo, destruir a Potência Marítima inimiga, a prioridade deve ser dada ao Poder como objetivo principal, pois, abatido este, a Posição conserva somente suas características geográficas, perdendo inteiramente a importância militar.

Com o advento do avião no cenário da guerra, juízos ligeiros, impressionados naturalmente por suas tremendas possibilidades de emprego, quiseram atribuir-lhe tôdas as virtudes de panacéia universal. E classificaram-no como o coveiro do Poder Naval.

Mas esqueceram-se de uma limitação, que afetaria consideravelmente sua independência: a prisão à terra das aeronaves ser bem maior do que a dos navios. Sendo o avião um instrumento de guerra de extrema mobilidade tática, é estrategicamente lento, pois deverá arrastar consigo, para aumento de seu raio de ação, a imensa "parafernália" que é uma Base Aérea.

Tal problema em terra não é de difícil solução (dependendo, é claro, do aspecto geográfico da região), mas no mar tudo se complica. Para o estabelecimento das Bases Aéreas, de onde os aviões possam operar sobre o oceano, somente a linha da costa é disponível ou, então, ilhas estrategicamente situadas. Para operações desenvolvendo-se ao largo, as primeiras não oferecem a flexibilidade necessária nem a disponibilidade permanente imprescindível e, relativamente às segundas, seu próprio abastecimento exige a presença de um Poder Naval que o garanta.

E o avião apresenta qualidades excepcionais para a guerra no mar. A rapidez com que se desloca, o aumento de visibilidade que faculta aos navios, sua capacidade de destruição quando usa torpedos, foguetes ou bombas e a subitaneidade de seus ataques partidos de grandes distâncias, são preciosas características. Para incorporá-lo como efficientíssimo a insubstituível elemento do Poder Naval, só seria necessário que seu problema de posição, de base de apoio, fôsse superado. Isso foi exatamente o que se conseguiu com a instituição da *Fôrça Tarefa de Navios-Aeródromos*.

Até o advento do avião, a arma destruidora por excelência na guerra, no mar, era o canhão. Mesmo o torpedo tinha que ser lançado de tão perto que seu portador poderia ser neutralizado antes de efetuar o tiro.

Dai, como sucedâneo das naus de guerra na formação da espinha dorsal das esquadras, aparecer o Encouraçado. Apresenta este uma enorme resistência aos golpes do inimigo — o que é obtido pela couraça e pela compartimentagem estanque — e sua grande tonelagem permite o transporte de numerosos canhões de grosso calibre. Assim, uma formatura de encouraçados — ou a Linha de Batalha — é uma bateria móvel e flexível que lança sobre o inimigo, a 30.000 metros de distância, cada minuto, algumas toneladas de alto explosivo envolvidas em carcaças

de aço. Os restantes navios — cruzadores e contratorpedeiros — defendem, direta ou indiretamente, esta linha de batalha, impedindo os avanços das forças ligeiras inimigas ou atacando, com torpedos, a linha de batalha adversária.

O avião, incorporado ao Poder Naval, ao invés de substituí-lo, apareceu como uma artilharia de alcance bem mais longo (além de múltiplas tarefas outras que desempenha nos teatros de operações navais). A "área tática" aumentou sua extensão de 20 para 300 milhas. E com isto o encouraçado cedeu seu lugar de navio capital ao Navio-Aeródromo, passando a protegê-lo com sua enorme potência de fogo, só sendo chamado a atuar quando haja oponentes de superfície ou vítimas dos ataques aéreos que necessitam do golpe de misericórdia.

A Força-Tarefa de Navios-Aeródromos — O paradigma do Poder Ofensivo Naval é, atualmente, uma força balanceada, tendo como núcleo navios-aeródromos e incorporando também encouraçados, cruzadores e contratorpedeiros. No Pacífico, durante a II Guerra Mundial, a força-tarefa americana típica dispunha de mais de um milhar de aviões de caça e de ataque (bombardeiros e torpedeiros) em seus 14 ou 15 navios-aeródromos, podendo também, quando a situação assim o exigia, formar uma linha de batalha de oito encouraçados.

Cabia-lhe, principalmente, localizar e destruir as forças organizadas. Mas também foi empregada no preparo e no apoio de operações anfíbias e, igualmente, em bombardeios estratégicos, tendo como objetivos instalações militares e industriais.

Caracterizam a Força-Tarefa de Navios-Aeródromos:

- a) a *concentração* tremenda do poder que pode ser aplicado, graças à sua mobilidade, onde quer que se deseje, com o que se obtém, facilmente, *superioridade e surpresa*;
- b) a *liberdade de ação* que sua auto-suficiência e capacidade de defesa lhe permitem.

Em relação aos aviões, é como se a Posição tivesse a mesma mobilidade estratégica e tática do Poder, colocando-se rapidamente onde mais favorável fôr e levando consigo todos os meios de segurança necessários.

A artilharia de superfície e antiaérea que defende os navios-aeródromos nos dispositivos circulares normalmente empregados é enorme. Além disso, os aviões de caça permanecem no ar ou em alerta no convés (constituindo o que se chama a Patrulha Aérea de Combate ou PAC), prontos a interceptar qualquer ataque inimigo que seja detectado pelos radares dos navios do dispositivo ou de contratorpedeiros colocados em postos avançados em relação à Força — os denominados "Piquê Radar". Outros contratorpedeiros se estendem, formando uma cobertura anti-submarino e, nessas posições, se mantêm atentos procurando escutar, com seus sonares, possíveis atacantes vindos de sob as águas.

Relativamente ao abastecimento, a organização dos "Grupos de Serviço", incorporando navios-tanques, transportes de munição e de mantimentos, devidamente protegidos, que vão ao encontro da Fôrça-Tarefa de Navios-Aeródromos no mar para supri-la de todo o necessário, inclusive providenciando o reabastecimento de aviões perdidos ou avariados, faz quase indeterminada a duração de sua capacidade operativa. De uma vez feita, uma fôrça americana operou 120 dias seguidos no Pacífico sem ter contato com terra.

I — O advento dos projetis autopropulsados e da propulsão nuclear não parece que irá afetar substancialmente esta estrutura. Tanto quando se pode prever, os aviões navais manejados "pelo homem" serão mantidos — e com eles os Navios-Aeródromos. Na escolta, contudo, sentir-se-ão as transformações mais radicais, principalmente no tamanho das unidades que a constituem. Como dispondo-se de projetis autopropulsados, não se necessita da grande resistência estrutural indicada para suportar os canhões, os encouraçados e cruzadores de porte desaparecerão, sendo substituídos por um tipo de navio de aproximadamente 4.000 toneladas de deslocamento, o qual, com maior potência de fogo, será de menor custo e apresentará uma manobrabilidade que os antigos mastodontes não tinham. Além destes haverá os navios anti-submarinos também de reduzidas proporções. A questão do raio de ação, obtido pelos Grupos de Serviço, será solucionada pela propulsão nuclear que, praticamente, dispensará o reabastecimento.

O Grupo de Caça e Destruição — Não é, no entanto, a Fôrça-Tarefa de Navios-Aeródromos, nos moldes e com as tarefas acima indicadas, única a operar como instrumento de estratégia naval. Na luta contra os submarinos, um outro tipo de organização, ainda tendo como núcleo o navio-aeródromo é também empregado.

Inicialmente, para fornecer a cobertura aérea "anti-submarino" dos comboios, incorporou-se à defesa destes um navio aeródromo, classificado como "de Escolta", normalmente um navio mercante transformado, podendo conduzir de dezoito a vinte aviões. Com o decorrer da guerra concluiu-se que mais útil seria uma ação ofensiva localizada nas áreas de passagem obrigatória dos submarinos, quando saíssem ou chegassem às suas bases, ou em tórno das rotas dos comboios visados.

Em tais áreas passaram a operar os Grupos de Caça e Destruição constituídos por um navio-aeródromo ligeiro escoltado por 5 a 8 contratorpedeiros. Este conjunto aeronaval é capaz de, depois de localizado um submarino por unidades de superfície ou pelos reconhecimentos aéreos, manter-se por longo tempo na área, em constantes pesquisas até que o inimigo seja destruído.

Esta é a combinação mais potente de que se dispõe contra os submarinos, concentrando todos os meios de busca e todas as armas ofensivas.

O futuro dos Navios-Aeródromos — Longe de ser uma arma da guerra passada, os navios-aeródromos têm-se adaptado ao progresso vertiginoso dos armamentos destas "entreguerras". Com os aviões a jato, mais pesados, e os foguetes, as Forças de Navios-Aeródromos, além de garantirem o domínio do mar contra um inimigo potencial que até agora só parece ser ameaçador por seus submarinos, constituem também um sistema de base ideal para lançar ataques de longo alcance contra a Potência Terrestre, complementando o trabalho dos bombardeiros estratégicos, cujas bases dependem de arranjos políticos que podem se mostrar frágeis e pouco dignos de confiança. Também serão capazes de fornecer a esses bombardeiros, vindos de bases distantes, a escolta de caças imprescindível às suas incursões, a qual não poderia partir de campos terrestres, por falta de raio de ação.

E, mais do que tudo, as Forças-Tarefas de Navios-Aeródromos multiplicarão os eixos ofensivos, permitindo que seja *superior no lugar mais conveniente e no momento oportuno*.

Como disse o Almirante Barjot, ex-comandante das Forças Aeronavais francesas, a "era dos navios-aeródromos não somente não terminou, como apenas está começando".

2 — O QUE SÃO

O Navio-Aeródromo — Técnica e equipamento — O navio-aeródromo é, em essência, uma Base flutuante com propulsão própria. Mas é necessário que se frise que esta comparação serve exclusivamente para que bem se compreenda sua organização interna. Fora disso, cessa a analogia. A base terrestre é passiva. Tem valor logístico e, quando muito, estratégico, sendo, sob este último aspecto, lenta em acompanhar as mudanças rápidas de situação de determinada campanha. Muitos vêzes tem que ser abandonada e substituída por outra cuja construção exige tempo e grandes recursos econômicos, quando não uma operação custosa como eram os assaltos às ilhas do Pacífico na última guerra.

Já o navio-aeródromo é uma base com personalidade não só estratégica (mas de grande mobilidade) com tática. Em uma ação age conjuntamente com os aviões que lança, controlando-os no ar, colocando-se onde melhor os possa lançar e recolher e, mesmo, defende-los se atacado. Seu papel em absoluto não é passivo. É um navio de guerra, da mesma forma que um encouraçado ou um contratorpedeiro; somente suas armas são diferentes.

As características materiais principais de um navio-aeródromo são o "convés de vôo", de onde os aviões decolam e onde pousam, e o "hangar" destinado a abrigar os aparelhos de reserva e facultar-lhes manutenção de 1º e 2º escalões. O transporte entre o "hangar e o convés de vôo" (fica este sobre aquele) e vice-versa, é feito por meio de elevadores.

Dominando a pista, num dos bordos (a boreste por razões convencionais) ergue-se uma superestrutura denominada "ilha". Aí se encontra o passadiço de manobra, os órgãos de direção do navio e a "tôrre de controle de vôo", de onde é dirigido todo o movimento de aviões no convés.

No último tipo de navio-aeródromo, atualmente em construção nos Estados Unidos, esta "ilha" será escamoteável, subindo ou descendo sobre um colossal elevador. A posição alta será utilizada somente para manobra e navegação.

Quando operando aviões, o convés estará inteiramente livre de obstáculos criadores de corrente de ar perturbadoras, sendo o controle das decolagens e pousos feito pela televisão.

Para lançar e recolher aviões, o navio-aeródromo aproa de forma a que sobre através da pista, da proa para a popa, um vento relativo (isto é, a soma do vento devido ao deslocamento do navio e do vento real) de, pelo menos, trinta milhas marítimas por hora. Com esta resistência e todo o motor, os aviões de hélice conseguem levantar vôo na curta dimensão de que dispõem, na razão de um cada trinta segundo. Os pousos se fazem com a mesma frequência.

Os navios-aeródromos contam com duas ou mais catapultas que lançam os aviões no ar aos pares, sem que a rapidez da operação seja afetada. Aliás, os modernos aviões a jato, cuja aceleração é menor do que a dos aviões a hélice, somente podem decolar sendo catapultados.

Para o pouso, os aviões são dirigidos por um "oficial de sinalização" que, do navio por meio de bandeirolas, assinala aos pilotos tudo o que devem fazer. Logo depois de cortado o motor, um gancho existente na cauda do avião prende-se em um dos nove cabos de aço que, de tantos em tantos metros, cruzam o convés de vôo, tendo suas extremidades ligadas a amortecedores. Estes cabos, cedendo vagarosamente, para não haver choques bruscos, terminam por deter o avião.

Caso o gancho não se engate em nenhum dos prendedores — o que muito raramente ocorre — três barreiras de cabos de aço se erguem no fim da pista, isolando os outros aviões estacionados nessa orla, ainda que avariando o desastrado.

Ultimamente, para atender aos aviões a jato que atingem o convés com velocidades bem maiores, as pistas estão sendo adaptadas todas de forma a que fiquem inclinadas em relação ao eixo longitudinal do navio. O avião que escape dos prendedores torna a decolar ou se precipita no mar. Uma vez o avião no convés, é ele rodeado por uma chusma de homens que o colocam no devido local de estacionamento, revêem seu equipamento, rearmam-no e reabastecem-no. Estes homens, para facilidade de controle, usam camisetas de cores diferentes, conforme sua função (por exemplo, verde — remunciação; vermelho — reabastecimento e combate a incêndios), etc.

Em situação de alerta, os pilotos dos esquadrões de prontidão se mantêm numa sala especial com saída para a pista (o "ready room").

onde, constantemente, recebem informações que lhes facilitam, ao som do alarma, correrem imediatamente para seus aviões, que já são encontrados armados, abastecidos e com os motores funcionando, e decolarem, sem perda de tempo com instruções complementares.

Durante toda a operação, os aviões são controlados de bordo através a radiofonia, recebendo rumos que os levem a interceptar atacantes (se se tratar de caças de defesa) ou aos objetivos a serem bombardeados ou torpedeados. Para regressar, como, provavelmente, os combates travados desnoortearam sua navegação, sinais rádio os reconduzem até encontrarem a Força e, mesmo, até pousarem se a visibilidade não permitir o pouso visual.

c) *Navios-Aeródromos Ligeiros A/S* — São navios de 15 a 19.000 atualmente classificam os Navios-Aeródromos em:

a) *Navios-Aeródromos de Ataque* — Os maiores: da classe "Forrestal", dos quais dois já foram incorporados: *Forrestal* e *Saratoga*, e 8 outros planejados, alguns com sistema de propulsão utilizando energia atômica; são navios colossais de 80.000 toneladas, de "ilha escamoteável", transportando quase duas centenas de aviões. Os da classe *Midway*, *Franklin D. Roosevelt* e *Coral Sea*, de 60.000 toneladas, transportando 137 aviões. E os da classe *Oriskany*", de 33 a 40.000 toneladas, transportando de 90 a 100 aviões.

b) *Navios-Aeródromos de apoio* — Os da classe *Essex*, semelhantes aos *Oriskany* sem certos aperfeiçoamentos, que foram os heróis da Segunda Guerra Mundial. Ao todo, *Oriskany* e *Essex*, os norte-americanos possuem 24 desses navios.

c) *Navios-Aeródromos Ligeiros A/S* — São navios de 15 a 19.000 toneladas transportando de 35 a 40 aviões, que atualmente são empregados em tarefas anti-submarinas, com os Grupos de Caça e Destruição.

d) *Navios-Aeródromos de Escolta* — Estes são unidades lentas e de muito pequena disponibilidade de transporte. Enquanto os outros navios desenvolvem velocidade de 30 a 33 nós, não precisando, assim, de vento real para obter um vento relativo de 30 milhas hora no convés de voo, nos navios-aeródromos de escolta somente são capazes de desenvolver de 14 a 18 nós, necessitando de um vento de 12 milhas horas para poderem operar aviões. Atualmente os 66 que os Estados Unidos possuem estão sendo utilizados somente para transporte.

Os ingleses classificam os navios-aeródromos de uma forma que parece-nos mais simples. Chamam-nos de:

- a) *Navios-Aeródromos Pesados;*
- b) *Navios-Aeródromos Ligeiros;*
- c) *Navios-Aeródromos de Escolta* — Conforme seu porte.

Fraquezas do Navio-Aeródromo — Os adversários do navio-aeródromo apontam nêles três grandes fraquezas:

- a) Ser frágil, importando a sua destruição na perda de todos os aviões nêles "baseados";
- b) Ser uma Base Aérea caríssima, tanto no que respeita ao preço de custo como ao de manutenção;
- c) Serem as performances dos aviões inferiores às dos aviões "baseados" em terra.

Relativamente à primeira acusação, a fragilidade dos navios-aeródromos não é tão assim: grande com a tremenda potência de fogo — dirigido certamente pela eletrônica — que o rodeia; os caças que interceptam os atacantes; seu convés encouraçado (como têm os mais modernos) e perfeita compartimentagem estanque, não é fácil afundá-los.

Em Okinawa, vinte navios-aeródromos americanos sofreram durante 87 dias, ataques incessantes de 3.039 aviões japoneses, vindos de bases terrestres, dos quais 1.900 suicidas. Dezesseis foram atingidos, mas nenhum foi afundado e as perdas do inimigo foram de 2.000 aviões destruídos.

Os maiores adversários dos navios-aeródromos são os submarinos que, aliás, o são também de todos os navios. A grande luta que se desenrola, no momento, nos laboratórios e nos campos de experiências versa exatamente sobre submarinos e os meios de os combater.

O preço de um navio-aeródromo não pode ser discutido, desde que êle cumpra missões de guerra necessárias à execução do Plano Estratégico e que não podem ser levadas a termo por outros elementos.

O advento dos aviões a jato diminui, cada vez mais, o espaço que separa as performances dos aviões dos navios-aeródromos das dos "baseados" em terra. Além disso, o emprêgo oportuno de uma arma inferior, torna-a bem mais útil que outra, embora ótima, mas que não pode ser aplicada.

3 — DEVE A MARINHA BRASILEIRA POSSUÍ-LOS ?

A existência de determinado tipo de navio nos efetivos de uma Marinha é comandada, exclusivamente, pela resposta que se der à seguinte pergunta:

"Para que se quer esta Marinha?"

E tal resposta tem que ser dada à base da Política Naval a ser seguida e dos propósitos militares a serem colimados, de acôrdo com o que serão fixados os meios materiais necessários.

Essas conclusões sofrem posterior reajustamento que as enquadra dentro da capacidade econômica do país, pois, uma absorção exagerada

dos recursos nacionais para fins militares afeta o investimento e a produção e, assim, paradoxalmente, o próprio poderio bélico.

O estudo indicado acima é extensíssimo e faz parte integrante do exame de situação nacional, tendo aspecto permanente, pois deve ir sendo constantemente atualizado.

Obviamente, num pequeno artigo não se pode debater a solução de tal problema no caso específico brasileiro, não só devido às limitações especiais como também pelo confidencialismo que envolvem os detalhes dessas questões.

Mas é publico e notório que as responsabilidades que assumimos em todos os documentos de caráter pan-americanistas que assinamos, referentes à defesa do Continente, podem nos levar, numa III Conflagração Mundial (que é de se desejar vivamente, que não se concretize), a nos empenharmos em campanha anti-submarino de proteção às nossas linhas de comunicações marítimas, da mesma forma que o fizemos na guerra passada.

Ora, além da escolta de comboios — aspecto passivo da luta que foi nossa principal tarefa de 1942/1945 — o maior inimigo dos submarinos é o chamado Grupo de Caça e Destruição, que é uma pequena Força Nuclear em torno de um Navio-Aeródromo Ligeiro defendido e auxiliado por cinco a oito contratorpedeiros, que pesquisa, acuradamente uma área ameaçada, por meio de esclarecimentos aéreos e da escuta sonar dos navios. Descoberto um submarino, todos os elementos aéreos e de superfície — encarniçam-se sobre ele o tempo que fôr necessário até destruí-lo. É este organismo que realmente aniquila os submarinos, aquele que tem esta única finalidade, sem que outras obrigações interfiram com sua agressividade, ao contrário do que acontece com as escoltas dos comboios, as quais devem, antes de mais nada, trazer seguramente os mercantes sob sua proteção, ao devido destino, satisfazendo-as o fato dos submarinos serem repelidos, ainda que sobrevivendo para persistir como perigo potencial em relação a outros objetivos.

Nada substitui a ação desses Grupos de Caça e Destruição. Os aviões baseados em terra, úteis para o patrulhamento de áreas focais e, mesmo, para constituírem a escolta aérea dos comboios costeiros (se bem que os helicópteros estejam se colocando para superar, com vantagem, todos os outros tipos de aeronaves nesta espécie de tarefa), não têm aquela continuidade de ação, aquela disponibilidade imediata (embora dentro de seu raio de ação) e a ligação direta com os navios, que possuem os aviões baseados no navio-aeródromo do Grupo de Caça e Destruição.

Na área de nossa responsabilidade deveremos operar um ou mais desses Grupos, na eventualidade não desejada de uma nova guerra mundial, e não nos limitarmos, exclusivamente, à defesa passiva dos comboios, deixando aos nossos aliados as tarefas ofensivas. Precisamos nos impor como aliados úteis, com os quais se possa contar para mais alguma coisa além de serviços auxiliares. Possuímos uma Marinha com cento e cin-

qüenta anos de tradição e já herdeira das glórias e da organização da Armada Lusitana — e não nos podemos contentar com papéis secundários. É mister que os Grupos de Caça e Destruição operando na área do Brasil ostentem a bandeira verde e amarela em seus mastros de combate.

Além de se preparar para enfrentar esta ameaça definida, é função precípua da Marinha estar pronta para apoiar, nas suas manifestações navais, qualquer orientação de nossa política e revidar ou neutralizar as agressões que possam com ela interferir. Não se sabendo nem de onde nem como aparecerá este perigo potencial desconhecido — e havendo as restrições econômicas dos tempos de paz que impedem que a Marinha cresça desproporcionalmente — deve fixar um mínimo que possa atender a todos os casos previstos.

A solução é fazer a Marinha funcionar como um grande Centro de Pesquisas, Instrução e Adestramento relativamente aos diferentes aspectos da guerra naval, sendo composta, para isto, de pequenos núcleos que incluam, embora em escala reduzida, tôdas as atividades de uma grande marinha. Assim estará pronta a se desenvolver num determinado sentido impôsto por uma crise advinda na política nacional, usando os maiores recursos que, na previsão de emergência, lhe serão distribuídos.

Dêsses núcleos, o mais importante será uma pequena Fôrça de Alto-Mar. É este o elemento que realmente representa o *Poder Naval*, que, concentrado, tem capacidade para destruir o Poder Naval inimigo, que é o primeiro passo a ser dado para se obter o *Domínio do Mar*. Sem que ele exista, nenhuma marinha pode se considerar como real, não passando de um ajuntamento de navios para serviços diversos e não uma *Fôrça*.

Nesta Fôrça de Alto-Mar, hoje em dia, o navio capital é o Navio-Aeródromo. O apoio de artilharia será dado por cruzadores. A não existência de, pelo menos, um navio-aeródromo com seus aviões de caça e de ataque, mutila completamente a Fôrça de Alto-Mar, mesmo para fins de instrução e adestramento.

A Marinha não se poderá considerar realmente eficiente, inclusive para desempenhar as tarefas anti-submarinas que lhe poderão caber no futuro, enquanto não der este passo avante fundamental — dispor de navios-aeródromos. Dentro da modéstia de nossa situação econômica — e também porque não convém que ataquemos inicialmente o problema em grandes proporções — podemos limitar nossas aspirações à posse de um único navio-aeródromo ligeiro. Mas isto é um imperativo essencial. Podemos mesmo afirmar que de tal providência depende a existência da Marinha do Brasil.



II — CONTATO SUBMARINO NA COSTA BRASILEIRA

Ten A. BRANDÃO DE FREITAS

A Fôrça-Tarefa encontrava-se ao norte do Arquipélago de Abrolhos, em exercícios anti-submarinos, quando o CT *Amazonas* comunicou contato visual com um objeto que parecia ser periscópio de submarino. Cêrca de uma hora depois o SE *Riachuelo* comunicou também contato visual em situação idêntica. Estas duas unidades operavam na mesma área, donde surgiu a confiança nas observações, sendo de notar-se que o contato visual feito pelo SE *Riachuelo* partiu de seu Imediato oficial submarinista. Procurou o Contra-Almirante Comandante da Fôrça-Tarefa, iniciar uma patrulha na área, já com a Fôrça em dispositivo anti-submarino. Iniciada a patrulha cêrca de 11 horas da manhã, sômente às 14,20 horas foi obtido um contato sonar pelo CTE *Bauru*, sendo então destacada uma unidade de Ação de Superfície constituída do CTE *Bauru* e CTE *Babitonga* que mantiveram o alvo submarino sob contato cêrca de meia hora, quando, então, foi perdido êste contato não sendo mais retomado, apesar das tentativas realizadas. Tendo em vista que a área patrulhada estava cêrca de 60 milhas da costa e portanto fora das águas territoriais, a Fôrça-Tarefa, na tarde dêste mesmo dia, dirigiu-se para o Sul a fim de prosseguir nos exercícios programados. Posteriormente, de acôrdo com as ordens recebidas das altas autoridades navais, foi destacado o Grupo de Caça e Destruição número 2, que regressou à área do contato inicial, a fim de procurar localizar e identificar o alvo submarino, detectado pelas unidades da Fôrça-Tarefa 12 na manhã do dia 30. Realmente, as observações e os contatos sonoros obtidos indicavam que se tratava de um submarino não identificado.

Deve-se ressaltar que as águas adjacentes ao Arquipélago de Abrolhos são de capital importância operativa para ações submarinas, ponto obrigatório que é da passagem de nosso tráfego marítimo, e não seriam nações amigas que estariam pesquisando aquela área.

Dispuséssemos já de um Navio Aeródromo, unidade principal dos grupos de Caça e Destruição, e bem diferente teria sido a situação.

O aparecimento de um submarino desconhecido nas proximidades da costa brasileira, em ponto estrategicamente importante, causou gran-

de sensação popular, ocupando lugar de destaque, durante vários dias, nos noticiários da imprensa. Muitas hipóteses já foram aventadas para justificar o interesse do submarino não identificado em navegar em águas do Atlântico Sul e aproximar-se de nossa costa sem aviso prévio ao Governo brasileiro, fato esse que leva à natural conclusão de pertencer ele a alguma potência com a qual o Brasil não mantenha relações diplomáticas — no presente caso, a Rússia ou algum país satélite. Entre as hipóteses apresentadas, algumas delas possuem fundamento como sejam:

O submarino estaria realizando pesquisas oceanográficas e experiências com o equipamento sonar. É possível, uma vez que a utilização do equipamento de detecção sonora sofre a influência do meio propagador das ondas, no caso a água do mar. O submarino estaria realizando experiências com seus aparelhos de comunicações, hipótese perfeitamente aceitável, uma vez que a Marinha russa não tem tido oportunidade de estabelecer procedimentos devidamente experimentados para as vitais comunicações navais no Atlântico Sul. Também pode ser aceita a versão que o daria como empregado em pesquisas meteorológicas, essenciais para qualquer planejamento militar, com reflexos nas condições de propagação de ondas radiotelegráficas, na direção de mísseis e no próprio lançamento de mísseis balísticos ou teleguiados.

Outras hipóteses bastante apreciadas: o submarino estaria, apenas realizando uma viagem de adestramento; poderia estar ocupando posição previamente estabelecida para que no início de hostilidades já se encontrassem no mar, devidamente colocados, elementos da frota submarina russa, caso em que deveria haver também outros submarinos em outros locais; o submarino estaria fazendo um reconhecimento de pontos de nossa costa; estaria procurando entrar em contato com elementos de terra; e assim por diante, várias versões aceitáveis poderiam ser dadas. A propósito, o "Washington Post" publicou no artigo de John Norris no qual era declarado: "Um submarino russo, lançador de mísseis, foi avistado e fotografado na última semana, no Atlântico Norte, por um submarino americano e um avião de patrulha que na ocasião realizavam exercícios anti-submarinos". A marinha americana confirmou o fato, sem declarar a nacionalidade do submarino. Em seu artigo, Norris prossegue dizendo que havia centenas de comunicados relativos a haver fotografias excelentes do submarino avistado, tão boas que era possível verificar que estava equipado com plataformas para o lançamento de mísseis. Quanto ao fato de ser ou não um submarino atômico, opinião predominante é a de que essas unidades submarinas russas ainda não estavam desenvolvidas a ponto de serem consideradas operativamente prontas.

Como se vê, o contato visual e o sonar obtidos pela Força-Tarefa 12, juntar-se-ão aos muitos comunicados existentes que, brasileiroamente, nos permitem concluir: "onde há fumaça, há fogo."



AERONÁUTICA

RECONHECIMENTO METEOROLÓGICO

JOSE DE MAGALHAES RABICÓ JR — Maj AV

O 1º Esquadrão de Reconhecimento Fotográfico e Meteorológico, do 10º Grupo de Aviação, sediado na Base Aérea de São Paulo, comemorou, dia 24 de junho do corrente, o "Dia da Aviação de Reconhecimento".

Esta unidade de elite da nossa Força Aérea defende o lema de que a "FAB nasceu com a Aviação de Reconhecimento, na Guerra do Paraguai", pelo que ostenta em seu escudo o Brasão D'Armas do Duque de Caxias, um balão cativo e a data de 1867, ano em que os primeiros reconhecimentos aéreos foram feitos nos Campos de Tuiuti.

Aproveitando a oportunidade, discorreremos sobre uma das facetas das muitas atividades desempenhadas pela FAB em proveito de nossa Pátria.

O Reconhecimento foi o primeiro emprego da aeronáutica militar; e, em nossa Pátria, vamos encontrar a pré-história da FAB nas Missões de Reconhecimento realizadas, em 1867, pelos aeróstatos das forças brasileiras, sob o comando de Caxias.

Cumprindo esta predestinação de "prioridade", vemos a Aviação de Reconhecimento, ainda hoje, fiel à característica de "Primeira e última sobre o Campo de Batalha".

As operações militares modernas, envolvendo grande número de homens e material, exige, em consequência, uma alta dose de planejamento.

Planejamento não é adivinhação. Baseia-se em dados concretos sobre o inimigo e o território por ele ocupado. Na evolução da arte da guerra, fomos vendo aumentar, cada vez mais, a profundidade do campo de batalha.

A "Linha" de contato passou a ser uma "Área", e esta, com o surgir da aviação, tornou-se quase ilimitada.

Aquêle Reconhecimento feito dos Postos de Observação, instalados em pontos elevados do terreno ou em torretas, pelas patrulhas a pé ou a cavalo, tornou-se ineficiente. Só a Aviação de Reconhecimento pode obter informes precisos, concretos e rápidos sobre o inimigo e o terreno ocupado.

A Aviação de Reconhecimento executa missões de Reconhecimento Visual, Fotográfico, Eletrônico e Meteorológico.

Nos reconhecimentos visual e fotográfico, busca informes sobre as posições ocupadas pelo inimigo, suas forças, seu dispositivo, seus meios de transporte, bem como sobre danos causados pela artilharia e aviação. Permite ainda confeccionar gráficos ou cartas, que possibilitem as missões da Aviação de Bombardeio.

O reconhecimento eletrônico visa à determinação de alcance, potência, frequência, horários de funcionamento e demais características das instalações radioeletrônicas do adversário, tais como radares, auxílios à navegação aérea, sistemas de alerta, sistemas de comunicações e mais a confecção de "fotografias" obtidas da tela do radar de bordo, de áreas do território inimigo, encobertas pela escuridão ou pelas nuvens.

Chegamos, finalmente, ao reconhecimento meteorológico, que é o que focalizaremos neste artigo.

Tôdas as vêzes que os chefes militares desprezaram os fatores meteorológicos nos seus planejamentos, vimos a derrota como o alto preço pago por tal falta.

Assim, durante o último conflito, para não tocarmos nas operações terrestres, vimos, a par do excepcional serviço meteorológico dos alemães, a importância dada pelos ingleses à previsão meteorológica das áreas a serem sobrevoadas pelos seus aviões, em missões no território continental.

A velocidade dos ventos e a sua direção determinariam maior ou menor quantidade de combustível e conseqüente variação na carga de bombas, bem como maior ou menor facilidade na navegação.

As condições de visibilidade na rota implicariam em problemas de voo por instrumentos, maior dispersão dos aviões, maior tempo perdido nas travessias das áreas encobertas, etc.

A existência de áreas de mau tempo poderiam mesmo fazer fracassar as missões, e inúmeros foram os aviões perdidos, em virtude de forte turbulência e formação de gelo. Voavam, quase sempre, com enorme peso de combustível e bombas, e assim não resistiam à turbulência

mais forte nem ao acréscimo de peso provocado pela formação de gelo nas asas e na fuselagem.

Na impossibilidade de manterem, em território ocupado pelo inimigo, postos terrestres de observação meteorológica, faziam, os ingleses, preceder suas formações de bombardeiros por um avião de reconhecimento que ia "clareando" a rota a ser percorrida pelos aviões de bombardeio, transmitindo-lhes informações sobre o tempo encontrado e indicando os desvios que deveriam ser feitos na rota prevista.

A frente dos bombardeiros, ia, assim, um avião de reconhecimento, sem escolta de caças, sem armamento algum, fiel ao lema de ser o "primeiro e último sobre o campo de batalha".

Com a descoberta das "correntes de jato", surgiu um novo emprêgo para o reconhecimento meteorológico: sua localização, determinação de sua velocidade, direção e regime, enfim, o estudo minucioso de um problema novo, de grande valor para a navegação aérea.

O estudo dos tufões foi e tem sido outro aspecto épico do trabalho da Aviação de Reconhecimento.

O vôo dentro dos "tornados", a permanência no seu interior — o "olho do tufão" — têm sido facetas desta especialização aeronáutica, focalizadas sobejamente pela imprensa e pelo cinema, que as têm mostrado no que possuem de mais belo e mesmo heróico.

E inúmeras foram aquelas tripulações que não regressaram do "olho de tufão" desintegradas, com seus aviões, pelas enormes pressões e depressões encontradas; mas, inúmeros também têm sido os ensinamentos colhidos sobre os tufões, sua origem, seus itinerários, seus efeitos, permitindo salvar um número muito maior de vidas.

Vejamos, agora, o que se tem feito no Brasil, com referência ao reconhecimento meteorológico.

Acima dissemos da impossibilidade, como é óbvio, de instalarmos postos de observação meteorológica em território inimigo, e este não transmite as observações de seus postos ou, se o faz, é em código, em tempo de guerra.

Na paz, há o intercâmbio, no interesse de todos, das observações meteorológicas realizadas de hora em hora, em uma infinidade de pontos da superfície do globo terrestre, o que permite aos previsores meteorológicos estabelecer as tendências do tempo, para determinadas áreas, dentro de um período de tempo tão grande quanto possível.

Uma previsão será tanto mais precisa quanto maior fôr o número de postos de observação, sua proximidade recíproca, bem como localização no setor de aproximação, mais comum, das frentes, para determinada área.

A localização da América do Sul e de nosso país, quase totalmente abaixo do Equador e de forma triangular, com um vértice para o sul, determinando áreas terrestres cada vez menores à medida que nos aproximamos do pólo, não permite o estabelecimento de grande número de postos de observação terrestres, dispersos no sentido dos meridianos.

Isto vem causar menor precisão nos dados manipulados pelos previsores, determinando, mesmo, falhas graves, quando as "frentes" se aproximam, como é comum, vindas do sul, através do mar.

Um meio de sanar tal dificuldade seria, e é o empregado por países com maiores recursos navais que o nosso, o de estacionamento de "navios meteorológicos" em pontos determinados do oceano.

Outro processo, que é o usado em nosso país, é a utilização de Avião de Reconhecimento Meteorológico, que executam vôos de rotina sobre setores predeterminados do mar ou missões, a pedido dos órgãos previsores, em áreas e horários estabelecidos, sempre que há suspeita de aproximação de "frentes".

Este meio, ao lado de algumas desvantagens, apresenta sobre os navios meteorológicos aspectos positivos que aprovam o seu uso.

Os navios meteorológicos permitem a "continuidade" das observações durante "muito tempo num mesmo local".

Se um avião tivesse que atender a este requisito, seu emprêgo seria dispendioso por demais, superando mesmo o custo da operação por navio.

No entanto, o avião permite um "maior número" de observações em "altitude e profundidade", num "mínimo de tempo", coisa que um navio não poderia fazer.

Um avião pode ser deslocado, "rapidamente", durante as missões para pontos fora da rota, cujas condições indiquem interesses na observação.

Normalmente, as observações são feitas de 60 em 60 milhas marítimas; o que por um avião é coberto em, aproximadamente, 20 minutos, um navio levaria, em média, 3 a 4 horas.

Um avião do tipo RB-25, por nós usado, pode efetuar o reconhecimento num raio de 420 milhas marítimas, considerando-se a necessidade de regresso ao ponto de partida, o que equivale à observação dupla, em horas diferentes, de 7 pontos sobre o mar, estando o mais distante a 420 milhas marítimas da costa.

Um navio para executar tal missão necessitaria, para ir até o limite, fazendo uma única observação por ponto, de aproximadamente 21 horas.

Ora, considerando-se uma velocidade de deslocamento da "frente de mau tempo" 20 nós (por excesso), as observações feitas por avião permitiriam a previsão com uma antecedência de 21 horas, com a "frente" encontrada no limite e a hora-base aquela da transmissão da mensagem do avião à estação previsora.

Considerando os setores normais de aproximação das frentes originadas no sul e sudeste da área Rio-São Paulo, o Centro Meteorológico do Rio de Janeiro estabeleceu três setores marítimos de reconhecimento meteorológico, a ser executado, a pedido, pelo 1º Esquadrão do 10º Grupo (1º/10º G Av), identificados como: "Missões "Oceano 1", "Oceano 2" e "Oceano 3".

O "1º de Reconhecimento, como orgulhosamente o batizaram suas tripulações, opera com aviões "RB-25", da sua 2ª Esquadrilha, especialmente equipados para reconhecimento meteorológico.

Suas tripulações, para estas missões, constam de dois oficiais-aviadores nas funções de pilotos, dois sargentos como radiotelegrafistas e mecânico, e um oficial-aviador ou fotógrafo como observador meteorológico no "nariz" de plástico transparente do avião, onde se encontra instalado o instrumental de observação meteorológica.

Cada 20 minutos, equivalentes a distâncias de 60 milhas marítimas, é feita uma observação meteorológica pelo "Observador", que a codifica, segundo o código conhecido internacionalmente pelo nome RECCO, e a entrega ao radioperador para transmiti-la.

Este, imediatamente, transmite-a à estação receptora do Centro Meteorológico Previsor do Rio de Janeiro.

Num mínimo de tempo, as informações decodificadas são interpretadas e lançadas num Mapa Sinótico.

Estes dados reunidos, e assim que apresentem para o previsor uma tendência clara do tempo, são transmitidos a todos os interessados, que podem ser, além dos aeronavegantes civis e militares, os Ministérios da Marinha e da Agricultura e outros elementos, para os quais saber as condições do tempo, com antecipação de horas, é ponto de máxima importância.

Sem dúvida alguma, para as tripulações de Reconhecimento, o voar em avião terrestre, mar adentro, onde sabem que um navio de salvamento levaria, em caso de pouso forçado do avião no mar, trinta horas para resgatá-los, e, mais ainda, ao encontro daquilo que todos os demais pilotos evitam — o mau tempo — não é das missões mais agradáveis.

São "quatro horas fora" que já foram assim descontar:

"— Sob a chuva pesada sem ver o mar, que ele sabe estar a seus pés, como imenso deserto, o piloto, olhos fixos nos instrumentos, medindo a "turbulência" pelos saltos do velocímetro, as descendentes pelas quedas do altímetro; o segundo-piloto aquecendo o carburador e, entre uma olhada e outra para o termômetro do ar e asas, "torcendo" para que nelas não se forme o gelo; o mecânico procurando firmar-se entre as cadeiras dos pilotos, compenetrado de sua função de "terceiro-piloto"; o observador, sôto no nariz, entre computadores e tabelas, medindo pressões, velocidades, turbulências, temperaturas, umidade; ou toda a tripulação, olhando a imensidão do oceano, que rebrilha ao sol embaixo do avião, sem uma embarcação sequer para quebrar a monotonia da água espelhada e a sensação de isolamento, calculando mentalmente o tempo que o Serviço de Busca e Salvamento levaria para encontrá-la e depois para um navio chegar

até ela, de ouvidos aguçados, atentos a qualquer variação da música dos motores, ouve o DI-DI-DÁ da transmissão do RECCO, orgulha-se da missão que cumpre."

Aquêle sinal representa para outras tripulações uma sensação de segurança, que elles já por tantas vêzes sentiram ao receber, quando mais necessitavam, um Boletim Meteorológico, de confiança, indicando-lhes a rota mais segura para conduzir seus aviões.

Vai levar aos companheiros da Marinha a mensagem de segurança da Fôrça Aérea, que, também lá dentro do mar, coopera com eficiência.

Anônimamente, vai dar ao agricultor, com a antecedência necessária, o aviso para proteger suas culturas contra os efeitos do vento, granizo ou chuva.

O DI-DI-DÁ, do RECCO, dissipa o sentimento de solidão, fazendo a equipagem sentir-se ligada aos que lá estão na superfície, como se estivesse gozando da segurança da mesa do previsor, compartilhando o calor da convivência com os companheiros do mar, na Ponte "Barroso", ou até mesmo pisando o chão úmido e fôfo, porém firme da horta do "Seu" Manoel.

**DO OIAPOQUE AO XUI
TODOS USAM FÓSFOROS
"ARGOS" E "GUARANY"**

**CLORATO DE POTASSIO
"PIONEIRO"**

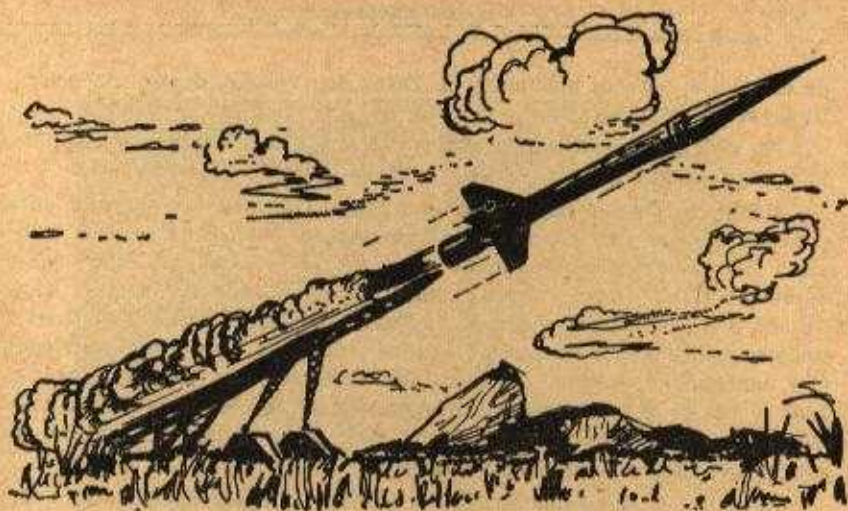


**INDÚSTRIAS ANDRADE
LATORRE S. A.**

R. São Bento, 41. Caixa Postal

Telefones 5293 e 5294

JUNDIAÍ — EST. SÃO PAULO



Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

PRIMEIRA VIAGEM À LUA

Estamos assistindo a uma verdadeira corrida astronáutica entre o Oriente e o Ocidente. O que, tempos atrás, era considerado como sonho de Júlio Verne ou de Wells, vai se tornando em realidade: os astronautas já colocaram em órbita diversos apetrechos e já mandaram um projétil à Lua.

O Dr. Wernher Von Braun, diretor técnico do Departamento de Projéteis Balísticos do Exército dos EUA, escreveu interessante artigo, dando uma idéia aproximada do que será a viagem à Lua.

Condensamos o trabalho do Dr. Von Braun e o publicamos em nossa revista, para conhecimento de nossos leitores.

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS — Coronel

Quando o alto-falante anunciou que faltavam, somente, cinco minutos para o lançamento, John Masson inclinou-se sobre o encosto da cadeira do piloto e seus olhos percorreram o tabuleiro de instrumentos, colocado sobre sua cabeça. Agulhas e lâmpadas indicavam que tudo estava pronto para a partida do grande foguete de cinco etapas. Mais além, do labirinto de indicadores através do pára-brisas e sobre as mansas águas do Pacífico, onde a nave espacial estava montada, podia-se observar miríades

de estrélas e, para os habitantes da Terra, seu veículo, dentro em pouco, tornar-se-ia um novo astro.

Na cadeira, colocada logo abaixo da sua, estava sentado o co-pilôto Larry Carter, que seria o auxiliar de John, durante a viagem.

Naquele momento nada havia que pudesse atrair a atenção dos dois tripulantes, para entabularem uma conversação. Na cabina reinava completo silêncio e o pensamento de John estava voltado para sua espôsa e seus dois filhos que, naquela manhã, haviam ficado na base da ilha, situada a uns 15 km daquele local. Tanto sua espôsa como a de Larry tinham conhecimento do local de destino daqueles dois entes queridos, pois, uma semana atrás, John havia dito a Wanda que, se tudo corresse bem, a partida deveria ser realizada naquela noite. Há mais de um ano que os dois pilotos estavam em preparativos para a grande aventura — a primeira viagem à superfície lunar...

Durante a fase de planificação já se havia chegado à conclusão que, para o eficiente cumprimento daquela missão, deviam ser enviados dois homens, pois eram muitas as coisas a fazer e a serem observadas e, também, muitas coisas que não podiam ser mal feitas. Um único homem não seria capaz de desempenhar tôdas as tarefas. O vôo de 239.000 milhas deveria durar cêrca de 60 horas, tanto na viagem de ida como na de volta, isto é, dois dias e meio de duração, o que, para um só homem seria prejudicial, pois todo o tempo deveria ser passado sem dormir e em atenção constante.

Os dois pilotos haviam satisfeito a todos os testes que lhe foram apresentados. Estavam em ótimas condições físicas e seu trabalho em conjunto era o mais exato possível, estando um completamente sincronizado com o outro. Tôdas as provas haviam sido realizadas em uma réplica exata da cabina do foguete, montada no extremo de um braço giratório de uma gigantesca "centrifuga". Fixos em suas cadeiras oscilantes deveriam suportar várias *g* (aceleração da gravidade), causadas pela força centrífuga, simulando, assim, a aceleração do lançamento. Na sala de experiência, um técnico, sentado diante de enorme tabuleiro, reproduzia tôda a sorte de "emergências". As "centrifugas" foram especialmente desenhadas para descobrir as reações dos pilotos e treiná-los de forma a responder, imediatamente, à mais leve irregularidade do complexo mecanismo da aeronave espacial.

Por exemplo, as oscilações de um ponteiro na cabina do pilôto, acompanhadas de um ruído produzido em determinado alto-falante, indicaria que um dos motores, impulsor da primeira etapa, estava funcionando com defeito.

Durante a primeira semana o treinamento foi muito cansativo, mas, gradualmente, John e Larry foram se acostumando.

John estava particularmente interessado pelo *planetarium*, aparelho que auxiliava o navegador espacial a determinar a posição do foguete, por meio da posição da Terra, da Lua e de determinadas estrélas. Medições regulares permitiriam introduzir correções de impulsão e efetuar



Dr. WERNHER VON BRAUN apresentando um modelo de um veículo espacial as manobras necessárias para manter o foguete espacial exatamente na rota preestabelecida.

Efetuarão, também, treinamento de "descida e subida na Lua" até ficarem acostumados com todos os pormenores de tais operações. Depois levaram diversas semanas familiarizando-se com todos os detalhes técnicos da aeronave, com sua equipagem hidráulica, com a aparelhagem de acionamento e regeneração do ar e até com os pormenores dos refrigeradores, onde deviam ser armazenados os alimentos.

Muito antes da construção do foguete estar terminada os dois pilotos já estavam em condições de reparar pequenos defeitos que surgissem durante o trajeto. No meio ambiente hostil do espaço exterior, qualquer desarranjo, por pequeno que fôsse, poderia provocar o desastre fatal, desde que os pilotos não estivessem em condições de, imediatamente, identificá-lo, localizá-lo e removê-lo.

Os dois homens escolhidos para realizar tão importante empresa já eram velhos conhecedores do espaço e graças à experiência que possuíam no manejo de outros foguetes é que foram selecionados para o primeiro voo à Lua. John estava em condições de manejar o intrincado sistema que existia no colossal tabuleiro que fôra colocado no teto da cabina, bem sobre sua cabeça e podia fazê-lo com a mesma facilidade com que um piloto de avião comercial maneja seu modesto painel de instrumentos. Larry foi co-piloto de John em tôdas as provas realizadas anteriormente, quando os dois tripulavam pequenas aeronaves que percorriam a órbita mínima dos satélites da Terra.

O estado físico dos dois homens era excelente, pois, durante várias semanas, os dois pilotos estiveram trancados no interior de uma estação espacial orbital, onde foram submetidos a inspeções médicas periódicas.

O PONTO CRÍTICO

O que mais concorreu para a escolha destes homens para integrar a "tripulação lunar" foi a grande experiência que tinham os dois no controle da última etapa em sua fase final, a mais crítica de qualquer voo no espaço exterior, ou seja, a reentrada na atmosfera terrestre. John sempre considerou esta etapa com certo temor. Voando no espaço obtém-se uma sensação de tranqüilidade e solidão, quando já se está acostumado ao maravilhoso espetáculo que nos dá o firmamento coberto de estrelas de um fulgor extraordinário e a inconstante forma da esfera terrestre que sob nós gira, constantemente. Mas esta tranqüilidade se interrompe quando a astronave entra, novamente, na atmosfera terrestre.

A uma velocidade de 29.000 km/h a proa da aeronave e as pontas da asa ficam incandescentes. Foi necessário que os dois pilotos estudassem, com carinho, um meio de conseguir uma "trajetória de planagem" para completar a operação, sem permitir que a astronave e seus tripulantes desaparecessem, consumindo-se como um meteoro.

No voo que estava para ser iniciado, John não pensava tanto nos riscos de pouso que podia encontrar sobre a superfície lunar. Toda sua atenção estava voltada para a última fase do retorno à superfície terrestre, pois aí residia o ponto crítico de todo aquele voo.

John e Larry conheciam a superfície da Lua como poucos. Estavam familiarizados com todos os recantos, elevações, grutas e fendas da superfície lunar e tinham, quase na memória, as colossais fotografias da Lua, existentes nos laboratórios da base de lançamentos. Conheciam, também, o "lado negro da Lua", ou seja aquele que está sempre oculto de nós, pois, em um de seus primeiros voos, circunavogaram a Lua e toma-

ram diversas fotografias daquela região lunar sem, todavia, descerem no satélite.

John sabia que esta operação de descer na Lua seria tarefa arriscada, embora os pilotos fossem dotados de toda equipagem especialmente desenhada para tal fim; todavia, tinham certeza de realizar a operação a contento. A questão do combustível era o problema capital para aquela operação. Para descer na Lua, seria necessário consumir grande quantidade de combustível e a posterior saída do satélite necessitaria maior quantidade, ainda.

Neste momento, uma voz mágica fez vibrar os painéis de controle da cabina, anunciando:

“— X menos 60 segundos.”

A voz foi retransmitida por todos os alto-falantes colocados na ilha e John sabia que aquela transmissão estava, também, sendo ouvida por todas as estações espalhadas pelo mundo e que deviam verificar a trajetória da nave espacial e receber suas mensagens telemétricas. Supôs, também, que a referida voz tivesse sido retransmitida através dos milhões de rádio e televisões de todo o mundo. A humanidade acompanhava, com toda atenção, aquela primeira viagem à Lua.

O LANÇAMENTO

As luzes da cabina foram se apagando lentamente e John encolheu-se entre as almofadas de sua cadeira para amortecer o impacto da primeira explosão. A partir daquele momento, o lançamento passou a ser controlado por um regulador automático que só podia ser interrompido pela tripulação do foguete espacial ou pelos técnicos localizados no fôso de controle.

Naquele momento, na cabina do foguete o silêncio era completo e John podia ouvir as batidas, ligeiramente aceleradas de seu coração, o zumbido dos giroscópios e inversores e o som quase imperceptível dos compressores do sistema de refrigeração do ar da cabina.

Quando a contagem chegou a zero, desencadeou-se, na região do lançamento, um verdadeiro furacão. O rugido tremendo dos motores-foguetes encheu a pequena cabina de tal maneira que pareceu infiltrar-se nos corpos dos dois tripulantes.

O acelerômetro indicou “1,5 g” e John começou a recordar os momentos passados na cabina simulada da “centrifuga”, desenhada para criar forças de vários “g”.

Um “g”, na linguagem dos pilotos espaciais, é o efeito exercido sobre o Homem, igual a seu próprio peso ($P = mg$). Uma vez que o peso de John era 81,6 kg sobre uma aceleração de 8 g seu corpo iria pressionar sobre a almofada da cadeira com uma força de 652,8 kg.

Muito antes de exercitar-se para esse voo John havia suportado estes esforços nos diferentes treinamentos que ele e Larry haviam efetuado, no espaço exterior. O importante era manter-se capaz de reagir sob a

tortura física pois o piloto precisava estar em condições de raciocinar para comandar os movimentos de suas mãos quando o "dial" indicasse a necessidade de correção.

AS PRIMEIRAS ETAPAS

A medida que os potentes motores da primeira etapa da aeronave espacial consumiam toneladas e mais toneladas de combustível, a agulha do "painel" subia gradativamente até que, após 120 segundos de funcionamento, indicou 8 g.

Do local em que se encontrava, John podia ver as mãos de Larry comprimindo, firmemente, os extremos dos braços da cadeira do co-piloto, onde existiam botões de comandos para diversos mecanismos. Os dedos de Larry moviam-se alternadamente, em função das correções de desvios marcadas nos instrumentos do "painel" do co-piloto ou pela necessidade de acionar um novo contato.

John verificou, então, que instintivamente estava repetindo os mesmos movimentos de seu companheiro de aventura. A pressão de 8 g impelia fortemente seu corpo sobre a cadeira mas sua atenção havia-se fixado no "painel" de instrumentos e instintivamente seus dedos iam-se movendo, para fazer as alterações da mesma maneira como procedia Larry. O alto grau de treinamento tinha tornado os dois pilotos operadores em semi-autômatos.

Deslocando-se a astronave com aceleração constante, a pressão sobre os pilotos cada vez se tornava maior e quando eles já sentiam os efeitos sobre seus pulmões e que quase os impossibilitava de respirar, a astronave foi perdendo, gradativamente, a velocidade.

Houve ligeira descompressão que durou só um momento, pois, alguns segundos depois e em proporções mais elevadas, os motores da segunda etapa entraram em funcionamento e outro período de múltiplos "g" foi iniciado. Começou com uma leve pressão de 2 g mas depois de 160 segundos a aceleração subiu para 9 g. Esta enorme força só podia ser suportada por quem, em outras oportunidades, houvesse se submetido a pressões semelhantes e John já havia suportado até 14 g, durante alguns segundos.

Ao término da segunda etapa, novamente a pressão começou a baixar para logo depois ascender com o efeito da terceira etapa, indo, desta vez, a 8 g. Felizmente os aparelhos de alta precisão quase não requeriam a atenção dos pilotos e o mecanismo do foguete funcionava com perfeição quase absoluta.

Quando a agulha do velocímetro se aproximou do valor predeterminado para o "corte dos motores", ou seja 40.230 km/h, John preparou-se para enfrentar um dos momentos mais perigosos de toda a viagem. Com aquela velocidade e naquela distância, a transição entre a alta velocidade e a "gravidade zero" estava próxima e esta era a parte perigosa em que a nave dava o "salto para o espaço" e John sabia, por

experiência, que iria sentir um desespero próximo da loucura, para logo passar a momentos de alegria da *gravidade zero*.

Especialistas em medicina espacial, embora já tenham realizado diversos estudos sobre este período de transição, ainda não puderam entendê-lo totalmente. A literatura profissional foi enriquecida por grande quantidade de palavras gregas, procurando explicar o fenômeno mas as tripulações espaciais continuavam a sentir o mesmo horror pelo momento da passagem.

Todavia, logo após haver acontecido o tal momento, o homem sente como se tivesse iniciado uma nova vida.

O período de tensão foi curto e quando o acelerômetro voltou à marca zero, John sentiu como se o assento de sua cadeira o empurrasse para cima, no mesmo instante que uma alegria repentina dele se apossou, como para compensar a depressão sofrida nos últimos segundos.

Seu peso havia desaparecido!

Seu corpo descrevia, rumo à Lua, uma trajetória idêntica à da aeronave que o alojava. Já não havia nenhuma força diferencial entre as paredes da cabina e o corpo do piloto. Desprende o cinto de segurança e sentiu-se flutuando levemente, mas, logo a seguir, voltou à sua cadeira e passou a estudar os instrumentos.

— Está bem, Larry? — perguntou, pronunciando as primeiras palavras desde o momento que deixara a plataforma de lançamento.

— Muito bem! Por aqui vai "tudo azul" — respondeu Larry.

— Envie, então, o informe, enquanto observo o "painel" — disse John. — Parece que estamos na rota, mas solicite uma confirmação à Terra.

Segundos depois, as estações de acompanhamento transmitiam a informação solicitada pela aeronave espacial.

Pelas marcações obtidas, existia um pequeno desvio na trajetória prevista.

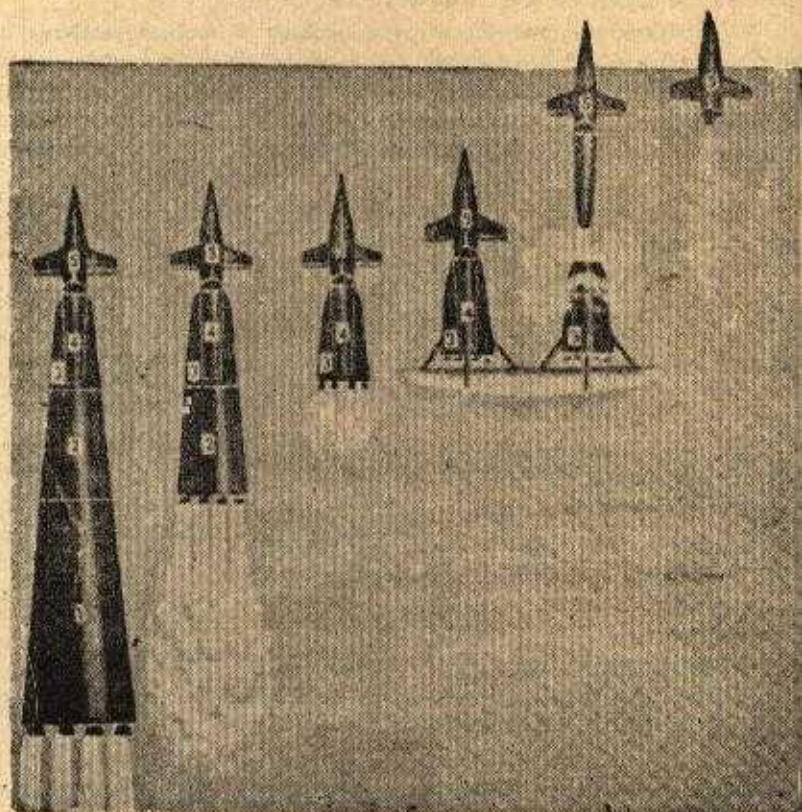
— A diferença é pequena, para que nos preocupemos agora — disse John; — depois de 24 horas efetuarei nova comprovação que nos dará uma informação mais precisa para a manobra de correção. Precisamos, agora, observar um pouco a Terra.

Comprimiu um botão fazendo a aeronave girar lentamente sobre seu próprio eixo. As estrelas descreveram um arco de círculo e os pilotos ficaram de frente para uma espécie de cortina negra, impenetrável.

— Não vemos a Terra, ainda — comentou Larry.

É que haviam partido durante a noite e a aeronave estava, ainda, dentro do cone de sombra projetado pela Terra, ou seja, na obscuridade.

— De qualquer modo, é confortável saber que a Terra está dentro desta escuridão — disse John. — Vou ver se consigo dormir um pouco, enquanto espero a chegada do Sol.



Fases da astronave à Lua, segundo o relato de VON BRAUN

Não chegou a fechar os olhos, pois naquele momento os primeiros reflexos do crepúsculo matutino começaram a estender-se sobre a Terra. A medida que a veloz aeronave continuava rumo à Lua, os reflexos foram aumentando e logo depois o Sol brilhava em toda sua plenitude.

Através da penumbra que envolvia a Terra John conseguiu vislumbrar o litoral equatorial, logo a seguir a massa andina com seus colossais vulcões e, pouco depois, o tapete verde da floresta amazônica com o traço inconfundível do "Grande Rio", abrindo sua larga boca sobre o Atlântico.

A astronave continuava a afastar-se rapidamente da Terra e, a julgar pelo tamanho aparente do globo terráqueo, já parecia ser a distância maior que o raio terrestre (6.430 km), embora só houvesse decorrido 25 minutos de viagem.

Este vôo não era como os outros de rotina, onde os pilotos podiam acertar seus relógios pelas continuas voltas da esfera que girava mais abaixo. Tratava-se, agora, de uma aventura no "oceano do espaço profundo", ou, como diziam na base, "um trabalho em água salgada".

Duas horas mais tarde, John estava observando o mesmo mar azul do Atlântico Sul. A altura, naquele momento, devia ser de, aproximadamente, 32.000 km, ou sejam cerca de cinco raios terrestres. Lá em baixo surgia a zona dos ventos alísios, onde as naus portuguesas e espanholas, anos atrás, haviam desbravado o "Mar Tenebroso". Repentinamente, John verificou que a costa sul-americana, que havia desaparecido por Oeste, voltara a aparecer ante seus olhos. É que a astronave havia alcançado tal altura que, embora houvesse sido lançada para Leste, havia perdido muito de sua velocidade inicial naquela direção, de modo que a Terra "regressava", novamente, à posição anterior.

A observação que estava sendo feita por John foi bruscamente interrompida, quando a voz de Larry quebrou a serena quietude da cabina.

— John — chamou — nosso gerador não está carregando. Estamos consumindo a carga das baterias.

John Masson percorreu com a vista o tabuleiro que estava à sua frente e por sua mente passaram, uma a uma, tôdas as causas que poderiam ter provocado a falha do gerador.

Uma falha no sistema alimentador de energia elétrica era um dos desastres mais sérios que podia ocorrer com a astronave, solta na imensa solidão do espaço exterior. Ali estava o coração de todo o complexo mecanismo de controle remoto que dava informações ininterruptas das partes vitais da astronave; fornecia potência aos mecanismos de direção e controle, sem os quais seria praticamente impossível tentar qualquer manobra. Necessitavam de energia para as comunicações radielétricas por teletipo com a Terra; mas o que muito preocupava a John, por sua importância imediata, era que a corrente elétrica acionava as bombas e os compressores do sistema de ar condicionado com todos os comandos necessários à purificação, temperatura, quantidade de oxigênio e umidade. O gerador acionava uma pequena turbina a vapor de alta velocidade, que obtinha energia de um pequeno reator nuclear, adaptado à proa da astronave. Caso não conseguisse pô-lo novamente em andamento, ficariam ante o dilema tragicômico de um motorista de um automóvel cuja bateria estivesse completamente descarregada antes do motor ser acionado. Mas no caso de John, nada havia de engraçado, pois o incidente só podia resultar em verdadeira tragédia. Mais algumas horas e a descarga total das baterias deixaria de vivificar o ar ambiente e os pilotos teriam, assim, terminado sua missão.

— Onde se produziu a falha? — perguntou John.

— Atrás, no amperímetro principal — respondeu Larry que no momento flutuava sobre a cabeça do piloto.

— Nenhuma das luzes de advertência emitiu sinais?

— Estão paradas — contestou Larry — e o indicador de voltagem também não assinala descarga.

— Verifique novamente — determinou John.

Larry flutuou outra vez no espaço, rumo ao "painel" de instrumentos e respondeu:

— Nenhuma gota de líquido passa para as baterias. O amperímetro marca zero-zero!

— Tem certeza de que não é só o medidor — perguntou John. — Quando nos comunicamos pela última vez com a Terra?

— Faz uma meia hora. Queriam saber se tudo estava bem a bordo, como indicavam os instrumentos terrestres. Respondi que sim, mas isto foi antes de verificar o amperímetro.

John procurava, por todos os meios, encontrar uma solução para o caso e para isso recorria a todos os conhecimentos que tinha da astronave. Raciocinou, então, que, continuamente, eram transmitidas à Terra tôdas as indicações existentes na astronave, independentemente das indicações feitas pelos pilotos e, independentemente, também dos instrumentos da cabina. Caso alguma coisa estivesse errada os instrumentos terrestres registrariam tão rapidamente como o "dial" da astronave e, todavia, nada lhe havia comunicado.

Para manter contato ininterrupto com o aparelho, estações receptoras foram distribuídas ao longo da linha do equador, com grupos de observadores que constantemente controlavam as indicações transmitidas pelo instrumental de bordo. Como tripulante espacial, John aprendera a sentir-se superior à "escória terrestre", como os pilotos do espaço denominavam o pessoal técnico, embora apreciassem as indicações feitas por tal "escória".

— Chama a Terra, Larry. Comunica a tôdas as estações que necessitamos informações se têm indicação de que nosso gerador não funciona.

Dizendo isto, desprendeuse da cadeira, flutuou no interior da cabina e dirigiu-se para a estante, procurando o grosso volume intitulado "Procedimento de Emergência".

ADEUS LUA

Com dedos nervosos folheou o livro, procurando o trecho que lhe interessava e encontrou, em linguagem técnica, o que procuramos traduzir em linguagem corrente:

"Quando uma falha ocorrer no gerador de potência elétrica, durante a primeira parte da viagem, tôda a esperança de descer sobre a superfície da Lua deve ser abandonada. Desligue todos

os circuitos e ligue, somente, os elementos consumidores de potência captada do Sol. Isto produzirá, aproximadamente, 10% da carga produzida pelo gerador nuclear. Use todo o excesso de corrente não utilizada, proveniente das células solares, para recarregar as baterias químicas.

Siga para o apogeu de sua elipse, situado além da Lua e depois deixe que a astronave caia rumo à Terra. Procure não fazer manobras de correções que impliquem em consumo de energia. Use toda a carga elétrica armazenada durante os próximos dez dias de voo, sem potência motriz impulsora, para controlar a manobra de retardo nas proximidades da Terra e reentrada na atmosfera..."

— Adeus, velha Lua — pensou John. — Um ano de treinamento intenso, para nada. Seria mais interessante ter dedicado minhas horas de trabalho em dirigir um submarino que uma astronave! Dez dias numa pestilenta cabina, mal ventilada. Interrompendo os controles de temperatura haverá na cabina um frio polar ou um calor senegalesco. E a Terra nada comunica. Terei que navegar sem o auxílio da "escória" e depois fazer a manobra de retorno em condições as mais desfavoráveis. Deve haver meio mais fácil de se ganhar a vida. Não nasci nem para trocador de ônibus e fui meter-me a piloto espacial.

Neste preciso momento a mão de Larry posou sobre o ombro do piloto e disse:

— O alarma é falso, disse. Três estações terrestres afirmaram que recebemos todo o "suco" necessário ao gerador e à base de lançamentos informa que não devemos ligar importância às marcações do amperímetro, pois lá em baixo ele já estava meio desregulado...

— E não nos avisaram! — disse John. Quando regressar à Terra vou louco atrás do nariz do encarregado da verificação, para amassá-lo com o murro mais potente que já dei em toda minha vida...

NÍVEL VITAL

Não podendo ficar parado, depois de tanta emoção, John resolveu inspecionar toda a aparelhagem da cabina, deslocando-se de um a outro "painel". Verificou primeiro o sistema de ar condicionado, pois o mesmo era vital para a tripulação. A cabina, com pressão interna, tinha uma atmosfera diferente da terrestre. Sabemos que a pressão terrestre, ao nível do mar, é de 6,57 kg/cm² com 21% de oxigênio, 78% de azoto e 1% de outros gases. Para economizar em peso a pressão na cabina espacial, foi reduzida a 3,60 kg/cm² e, compensando tal redução, foi elevada a percentagem de oxigênio para 40% e o azoto substituído por hélio que, além de pesar menos, reduzia os riscos de embolia nos pilotos, caso houvesse queda de pressão.

A temperatura, umidade e pressão na cabina eram controlados automaticamente e o oxigênio consumido era renovado na mesma proporção que o anidrido carbônico exalado.

John passou a verificar a temperatura dos diversos recipientes, enquanto Larry observava o "painel" de instrumentos. Manter as temperaturas em graus adequados, era coisa vital. O propulsante não devia congelar-se nem chegar a uma pressão que o levasse à evaporação. Para que os motores operassem eficientemente a temperatura do propulsante, deveria ser mantida entre limites preestabelecidos e isto era conseguido com auxílio de nersianas controladas por termostatos que faziam variar a temperatura, segundo a quantidade de irradiação solar absorvida pela superfície da aeronave.

Eram 2100 horas de Greenwich, quando John regressou a seu posto e anofou os resultados da inspeção no "Diário" da aeronave. Já estavam em rota cerca de nove horas e Larry comunicou-se com uma estação terrestre, situada sobre a linha do equador, para transmitir seu informe regular, tarefa realizada cada 60 minutos. A Terra comunicou, então, que alguns sinais estavam sendo mal recebidos, mas a "escória terrestre" acreditava que a falha era devida, unicamente, a defeitos de transmissão em cadeia. Uma vez mais John levantou-se e efetuou minuciosa inspeção do transmissor.

Dez horas depois da partida, a aeronave mostrava-se apta para o voo espacial...

NA LINHA NEUTRAL

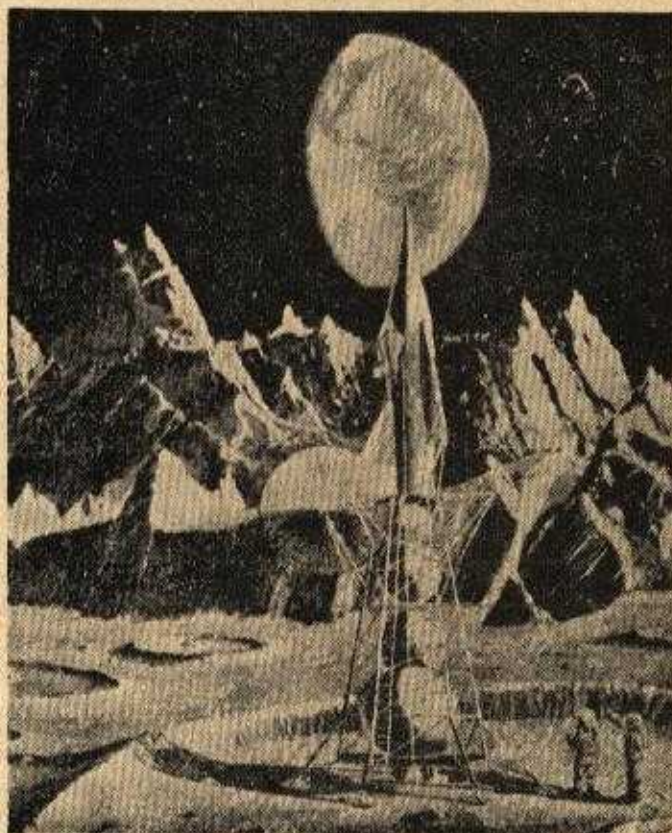
As horas seguintes foram passando entre verificações e descansos.

Após 24 horas de voo, John flutuou até o astródromo, para comparar dados astronômicos e verificar a posição da aeronave, com relação às estrélas, concluindo que o ligeiro desvio de rota, que as estações eletrônicas terrestres haviam anunciado, ainda existia.

Julgou que o momento de efetuar a manobra de correção havia chegado. Transmitiu os elementos de desvio em direção a um pequeno computador eletrônico e imediatamente a aeronave tomou nova direção, girando em torno de seu eixo longitudinal. Seis horas mais tarde, John fez nova correção e, logo depois, certificou-se que a trajetória da aeronave era quase idêntica à prevista em Terra. Outras correções não seriam mais necessárias.

Quase exatamente após 50 horas do lançamento, os indicadores de posição assinalaram que o veículo passara a "linha neutral" dos campos de gravitação da Terra e Lua. Em seu voo para o espaço exterior do campo de gravitação terrestre, a aeronave foi perdendo, paulatinamente, a velocidade.

Nesta "linha neutral", situada aproximadamente a 9/10 da distância total entre a Terra e a Lua, a aeronave deslocava-se com uma velocidade



Após passar cinco dias na Lua, os tripulantes estão prontos para regressar igual a de um avião a jato comum, ou seja 1.600 km/h. A partir daquele momento, começava a "queda" para a Lua, situada ainda a 39.000 km de distância.

Os dois pilotos experimentaram certa felicidade.

Ao cruzarem a linha divisória, não sentiram mais sensação que a de um passageiro que, no Atlântico, cruzasse a linha do equador, mas quando os instrumentos acusaram a posição do outro lado da linha, John começou a sentir certa tensão de altura e observou que Larry a sentira.

O grande momento ia começar e, durante aquelas dez horas que faltavam, não haveria um só momento de descanso. Sem atmosfera para amortecer a queda, a aeronave se destroçaria contra a superfície lunar a uma velocidade superior a 9.600 km/h, se a queda não fôsse controlada pela ação do foguete de retardo. Larry transmitia a posição à Terra. O transmissor operava com poucos "watts" de potência e a conversação

que Larry mantinha com os radioperadores das estações de observação era muito semelhante a uma conversação telefônica por ondas curtas. Todavia, existia uma grande diferença. É que na conversação através das ondas curtas, quando um operador termina de falar, a resposta do outro é ouvida imediatamente, já que as ondas de rádio se propagam quase à velocidade da luz (299.270 km/seg), mas com a aeronave a uma distância de 322.000 km, as perguntas de Larry levavam mais de um segundo para chegarem à Terra e outro segundo decorria para receber a resposta. Os dois segundos de silêncio que separavam as frases eram suficientes para mostrar a Larry o quanto estava longe de seu lar e de seus entes queridos...

DESCIDA NA LUA

Trabalhando juntos, os dois pilotos fizeram girar a astronave em torno de seu eixo transversal, de modo que a pôpa ficasse dirigida para a Lua. O primeiro contato tinha que ser feito de pôpa, já preparando o retorno da aeronave. Dada a ausência de ar no espaço exterior, tal rotação não podia efetuar-se com a ajuda de superfícies de controle aerodinâmicas, como nas aeronaves convencionais. Os movimentos deviam ser efetuados com o auxílio de três pequenos foguetes que, postos em funcionamento, imprimiriam à aeronave um movimento lento de rotação.

A Lua agora ia crescendo ante os olhos dos pilotos. Larry experimentou o mecanismo hidráulico do trem de "aterriagem" e John pôs em funcionamento o distribuidor de pressão para os tanques de propulsante. Ainda estavam há vários quilômetros de distância da superfície lunar, quando um altímetro de radar pôs em funcionamento os motores dos foguetes que começaram a "frear" a queda. John observou os dados sobre a tela do radar. Pequenos sinais foram transmitidos para a Lua e reflexados por ela. O radar não só dava a altitude da aeronave como, também, a velocidade de queda. Com tais informações, John podia controlar a impulsão dos motores de tal modo que a altitude e a velocidade de queda chegassem, simultaneamente, a zero. Assim, dependendo da perícia do piloto, a aeronave desceria sobre a superfície lunar tão suavemente como se fôsse um helicóptero.

Os pilotos não podiam ver a Lua diretamente. Só com o auxílio de um espelho retrovisor, instalado no teto da cabina, podiam ver o satélite, mas bastaria acionar um pequeno botão para observar, na tela, as crateras da paisagem lunar cada vez mais próximas.

O lugar de destino, para a descida, devia ser uma cratera pouco profunda, próxima ao Pólo Norte lunar, onde a temperatura seria pouco elevada, devido à pouca elevação solar.

Desceriam sobre a Lua, pouco depois da saída do Sol.

Quando faltavam alguns quilômetros John fez um sinal a Larry e logo quatro pernas de aço, semelhantes às pernas de uma aranha colossal, deslocaram-se hidráulicamente, seguidas de uma quinta perna, cen-

tral, que se estendeu através do "escape". Esta seria a primeira parte do aparelho a estabelecer contato com a superfície lunar e consistia em um forte cilindro de aço de 4,50 m de comprimento, com amortecedores na extremidade. O espigão possuía diversos discos de metal que cresciam gradativamente a partir da extremidade livre, pois os cientistas foram incapazes de prever, com exatidão, a consistência da superfície lunar, no lugar em que a aeronave devia chegar. Acreditavam que poderia ser encontrado desde uma grossa capa de cinzas vulcânicas até uma superfície dura de pedra-pome.

Tudo o que John podia fazer naqueles últimos segundos era rogar para que não ocorresse um desastre, pois a tela estava completamente escura pelo pó que o jato do foguete provocou ao chocar-se contra a superfície da Lua.

O impacto da descida fez-se sentir logo depois; a aeronave balançou perigosamente para um e outro lado até que Larry conseguiu equilibrá-la, fazendo movimentar as "pernas de aranha". O zumbido dos inversores e dos giroscópios diminuiu e, durante um momento, os dois pilotos sentiram a sensação de serem os primeiros seres humanos a chegar à Lua. Logo procuraram transmissão para a Terra e quando a chamada foi respondida ouviu-se a voz de John:

"— Sobre a Lua, às 2358 horas de Greenwich. Tudo OK. Prontos para começar a exploração de superfície..."

ABRE-SE A CÂMARA

John levantou-se e apertou a mão de Larry, sem proferir uma só palavra. Sobre os uniformes que usavam vestiram os trajes espaciais e colocaram os capacetes protetores. Ao deslocarem-se para a câmara hermética notaram que estavam, novamente, sujeitos à ação da gravidade, uma gravidade um pouco fraca, mas, enfim, uma gravidade.

Um forte assobio indicou que a câmara ia perdendo pressão. A comporta exterior foi-se abrindo lentamente e ambos os terrestres, absortos, contemplaram o magnífico espetáculo lunar.

Era um quadro espetacular, embora desolado.

Um Sol brilhante mantinha-se próximo ao horizonte, envolto em um céu negro e aveludado, salpicado por miríades de estrelas. Os picos das elevações projetavam grandes sombras negras sobre a planície e, mais adiante, além da linha do horizonte, aparecia um disco multicolor — a esfera terrestre.

Uma vaga sensação de solidão invadiu a alma de John Masson que, segurando o braço de Larry, falou através do fone:

"— Vamos embora. Para a frente! Dentro de cinco dias começaremos o regresso..."

Enquanto descia da aeronave, a escada oscilava sob seu peso...



Ano II — N. 7
(Set 60)

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO
Instrutor da ECEME

SUMARIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1. ASPECTOS ATUAIS DO PROBLEMA MILITAR

Major Amerino Raposo Filho.

2. ADAPTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR PARA A GUERRA MODERNA

Gen De Lattre de Tassigny, do Ex Francês

Traduzido da "Revue de Defense Nationale".

II — GUERRA REVOLUCIONARIA

A GUERRA INSURRECIONAL OU REVOLUCIONARIA

Ten-Cel Carlos de Meira Mattos.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenómeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenómeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

1. ASPECTOS ATUAIS DO PROBLEMA MILITAR

Major AMERINO RAPOSO FILHO

As idéias aqui resumidas decorrem essencialmente da excelente conferência pronunciada há mais de um decênio, precisamente em janeiro de 1947, na Escola Superior de Guerra da França, pelo eminente Chefe Militar General De Lattre, expressões das mais autênticas do pensamento militar francês. Soldado cuja fôlha de serviços, sobretudo durante a 2ª Guerra Mundial — quando lhe foi cometida a missão de organizar e comandar o famoso I Exército francês, do Sul da França ao interior da ALEMANHA, desenvolvendo uma Estratégia Operacional de extraordinário sentido estilístico, à base de flexibilidade, iniciativa e permanente solicitação à manobra e à Surpresa — não se confirmou unicamente ao Campo de Batalha a considerável soma de serviços prestados à França eterna. Continuou cooperando, e de modo definitivo, para a Segurança Nacional, em fase das mais difíceis para sua pátria, que emergia do caos e sofria duramente os efeitos da devastação nazista.

E da meditação dos conceitos emitidos pelo ilustre chefe militar e homem do pensamento, decorrência da que aí se contém, que resolvemos desenvolver um pouco mais a apresentação da conferência do General De Lattre, fixando a atenção de nossos camaradas para aspectos correlacionados com o Problema Militar Brasileiro, que sugere sério e profundo reexame e reformulação principalmente do ponto de vista das Forças Terrestres — fenômeno, aliás, que se vem observando em todos os principais Exércitos desde o final da Guerra de 39/45 — dados os condicionamentos de toda ordem apresentados pela Conjuntura Nacional, em face da Guerra Moderna em sua multiforme caracterização.

Atentem os leitores para o fato de que, de 1947 a esta parte, sofreu o Exército francês profunda reestruturação, hoje se apresentando completamente renovado, em bases modernas e flexíveis, com as forças organizadas, equipadas e adestradas em padrões inteiramente revolucionários. Estruturas leves, flexíveis, possuidoras de elevada mobilidade, no campo de batalha e em toda a profundidade do Teatro de Operações, apresentando cada vez maior potência de fogo nos escalões operacionais. Tudo isso, porém, fundamentado em bases sólidas e também modernas, que sua Doutrina Militar vem sendo reexaminada com desvelada atenção e cuidado, consoante aquelas necessidades que são das Forças Armadas francesas, principalmente.

Portanto, quando vivem as Forças Terrestres do Brasil período de intensa preocupação relativamente à indagação visando às organizações que devemos adotar, para o atendimento de nossas necessidades operacionais, convém não deixar de lado pontos igualmente importantes, que se constituem na verdade, em centro de gravidade, melhor dizendo, em base filosófico-doutrinária para o levantamento do edifício das estruturas de emprêgo. Sem dúvida que as Unidades e as Grandes Unidades representam parte altamente expressiva na consideração do Problema Militar, por isso que se isolam na constituição da ordem de batalha "de paz" e "de guerra", isto é, grupamentos de forças aptas ao emprêgo em diferentes áreas geo-estratégicas. Porém, evidentemente que se configuram estruturas de emprêgo, necessariamente deverão atender aos aspectos doutrinários exigidos pela Guerra Moderna, em sua multiforme caracterização.

Então, a consideração das Variáveis da Guerra sugere meditação análoga relativamente às constantes, quando se busca solução para uma Doutrina Militar Brasileira.

Vejamos como entende o General De Lattre o problema das Constantes, tendo em vista a adaptação das Forças Armadas francesas para a eventualidade de um futuro conflito. Acha ele que existem três constantes de valor decisivo:

- A Guerra Total (isto é, Guerra Moderna);
- O Território (sua natureza);
- O Dinamismo Humano (isto é, potencial humano).

* * *

A Guerra Total, que tem seu conceito definitivamente caracterizado com o advento da Revolução Industrial em fins do século XVIII mas que ainda no período napoleônico engatinha no que interfere com a outra forma de operar, a irregular, de guerrilhas — essa nova compreensão da Guerra, mais ampla e completa durante a 2ª Guerra Mundial, tem integral aplicação nos dias que correm. É bem verdade que a Guerra de Secessão (1861/65) aí está no século XIX como floração das mais expressivas no que diz com o binário guerra regular x guerra revolucionária. Mesmo durante o Conflito de 14/18, encontramos na frente oriental manifestação embora unilateral (apenas envolvendo o quadro da guerra psicológica) das duas formas operacionais da Guerra num mesmo TO; enquanto no Oriente Médio aparece magnificamente representado o binômio Regular x Revolucionário, na atuação realmente extraordinária do Cel LAWRENCE na ARABIA, cujas forças terminaram por lutas em perfeita sintonia com as GU aliadas.

E, antes da Guerra de 39/45, aí está a Guerra Civil Espanhola (36/39), excelente campo experimental para as duas formas de Guerra Moderna. A Revolucionária, principalmente testada pelos russos, enquanto a Regular, orientada sobretudo pelos alemães. A Guerra de 39/45, porém, consagrou a Guerra Moderna como Total, não apenas de convergência

integral de esforços das nações em luta, para o apoio às operações nos diferentes TO, porém, isolando a Guerra Revolucionária como de destacada relevância, consequência principalmente do primado da Ciência, da Técnica e da Indústria.

De então para os dias de hoje, mais se evidencia a importância da maneira de lutar irregular, à base de operações de fundo psicológico e executadas como guerrilhas, em detrimento, de certa forma, da Guerra Ortodoxa. O conceito de guerra de superfície, conjugando ações regulares e irregulares tende-se a nivelar os dois campos operacionais numa mesma área geo-estratégica.

Ora, se assim é, precisamos dispensar maior importância e desvelo a esta outra forma de guerra, principalmente tendo em vista a Realidade Conjuntural Brasileira e Regional Sul-Americana. No confronto dos vários fatores da Estratégia de Segurança Nacional, de todos os campos da atividade nacional, parece-nos que o Aspecto Militar, tendo cada vez mais a se apoiar no Econômico, no Político e no Psico-Social. É que a Guerra Moderna, de muito extravasa o âmbito das Forças Armadas; há que "acionar as forças vivas da Nação, morais e materiais, seja qual for a evolução da Ciência e sua aplicação à Guerra".

Dai a importância decisiva da "preparação e da organização da convergência de todas as atividades e de todos os recursos nacionais, visando à Guerra. Será a mobilização total, fórmula nova da mobilização geral". Eis, então, a que grau de complexidade atinge a Guerra Moderna, exigindo maior integração de esforços entre Cíveis e Militares. Maior compreensão, maior entrelaçamento desde já, não apenas no âmbito escolar de nossa Escola Superior de Guerra para a compreensão dos diferentes aspectos da Mobilização:

- o moral, visando à Guerra Psicológica;
- o da produção, para a Guerra Econômica;
- o da política externa, para o Campo Político;
- o do campo propriamente militar, isto é, mobilização dos Exércitos (Guerra Regular) e colocar a população em estado de alerta (Guerra Revolucionária).

Todavia, o General DE LATTRE ainda sugere outro item da Guerra Total, carecendo de reexame, e profundo, principalmente se considerarmos a complexidade de seu processamento atual no BRASIL: — a parte referente ao Serviço Militar, que deve ser "um Serviço Militar ativo, de vários graus".

E assinala o mestre, a propósito:

"Consciente dessa realidade, o Exército sente-se incapaz de resolver, por si só, os problemas dos quais sua potência depende intimamente. Longe de pretender fiscalizar, sob o pretexto de Defesa Nacional, o conjunto das atividades do País, deseja ardentemente que, ultrapassando a concepção "Defesa Nacional", evitada de preponderância militar em

sua acepção tradicional, a Nação inteira tome consciência de seu papel permanente no concerto dos esforços de toda a espécie que a guerra total exige e que se adapte resolutamente às fórmulas novas que, em mente elas, podem garantir-lhe a segurança".

* * *

A segunda constante considerada é que sensível reflexo acarreta a Doutrina Militar, conceptual, operacional e de emprego dos grupos de força — tal seja, entre outros factores, a fisionomia da ou das áreas geo-estratégicas, a natureza e as condições das vias de transportes, a economia interior e de áreas vizinhas — sem dúvida que é o Território. Principalmente, tendo em vista o actual estágio do campo técnico-científico-industrial, cuja interferência no combate, na batalha e na estratégia fundamentalmente se traduz pelo "aumento de mobilidade, de alcance e de potência de fogo e a possibilidade de ameaça aérea", sendo "a defesa do território deve conceber-se não mais na sua periferia, suas fronteiras e, sim, em toda a sua superfície".

Conceito evidentemente completo e de extraordinária valia à mutação da Doutrina Militar Brasileira, de vez que é esse o sentido da Guerra Moderna, isto é, de "volume", "espacial", mas envolvendo como base operativa toda a extensão do TO, confirmando pois a "guerra de superfície", Regular e Revolucionária. É isso, de resto, que tão sabiamente se encontra em nossa Carta Magna, e cuja inteligência objectiva e profundamente consoante à Segurança Nacional exposta na preocupação política e desvelada dos actuais Chefes Militares, no sentido de conceber, planejar e colocar nossas Forças Terrestres em condições de operar de maneira eficaz. Pois, às Forças Armadas são cometidas pela Constituição duas grandes tarefas: — defesa da Ordem Interna e da Soberania do Território, missões que sugerem interpretação actualizada, tendo em vista o quadro presente da Guerra Moderna e suas variadas implicações estratégicas.

Dai, se apresentar o esqueleto da Defesa do Território sob duplo aspecto:

- o de um Corpo de Batalha, a atuar como "espada incumbida de golpear o inimigo e de parar seus golpes";
- e o de Defesa Territorial, estruturada desde o tempo de paz, espalhada pelas diferentes áreas geo-estratégicas, para funcionar como "armadura" da Segurança Nacional.

É interessante lembrar como entende o General DE LATRE o Corpo de Batalha, que para ele deve ser uma forma rejuvenescida dos Exércitos tradicionais, constituído da combinação das três Armas: tendo de grande mobilidade dentro e fora dos TO, inteiramente motorizado e, muito possivelmente, aerotransportável, para saltar de um TO para outro. Leve, potente e fundamentalmente dependente das possibilidades

técnico-conjunturais do país. Idéias, pois, de muito valimento à compreensão do Problema Militar Brasileiro.

Todavia, o que avulta ao "caso brasileiro" e tende a tornar-se decisivamente importante, será a Defesa do Território, concebida e estruturada em bases modernas para atender à Guerra Revolucionária. Muito mais importante, sem dúvida, que para o problema francês, neste particular. A organização da defesa do território, consoante as características de cada uma das diferentes áreas, consistindo em defesa imediata, local, proteção de pontos críticos, e a preparação para a ação guerrilheira ou antiguerrilheira (resistência interior), deve ser planejada naquele grau de importância que lhe atribuiu o mestre francês, isto é: "a defesa do território e a organização de suas forças devem constituir nosso primeiro objetivo".

* * *

Mas, ficaria incompleta a consideração dos fatores permanentes, se não isolássemos o Homem Brasileiro, suas características emocionais e psicológicas, suas virtudes — e também seus defeitos — relativamente ao duplo aspecto doutrinário de nossa preparação para a Guerra Moderna, indo ao ponto de desenvolver "hábitos de espírito e métodos de formação", visando ao desenvolvimento daquele dinamismo humano tão necessário, imprescindível mesmo, à luta moderna. E aí está um ponto que ficará grandemente obviado no "caso brasileiro", dadas as características do nosso Homem, versátil, inteligente, improvisador, individualista. Então, esse "denominador comum que deve ser a procura das qualidades dinâmicas: imaginação e curiosidade, por um lado; iniciativa e responsabilidade, de outro, nos dois planos, vivacidade e plasticidade" de muito se simplificam quando nos debruçamos sobre o Problema Militar Brasileiro.

Destaquemos, a propósito, a seguinte afirmativa do General DE LATRE, no sentido de que:

"Esse dinamismo impõe o abandono do hábito intelectual extremamente prudente e um tanto preguiçoso, preso à pesquisa do precedente e caracterizado pelo fetichismo do regulamento. O Exército deve tornar-se centro de "corrente de idéias" largas e livres, discutidas sem preconceitos e sem a intervenção peremptória da injunção hierárquica, porque a imaginação criadora não é monopólio de nenhum escalão".

Chamamos a atenção de nossos camaradas para esse aspecto do dinamismo humano, de imaginação criadora dos quadros, tão bem focalizado pelo ilustre pensador francês, em que pèse naturalmente o fato de se tratar do "problema francês". Imaginação que não deve ser atabalhoada, desgobernada, orientada por preferências sentimentais ou saudosistas, denunciadoras de um imobilismo intelectual que nos deixe atrelados exclusivamente aos centros de poder do pensamento militar atual. Absolutamente, que o Problema Militar Brasileiro apresenta suas peculiaridades, seu facies próprio, em que pèse a base teórica geral da guerra.

E é isso, de resto, que se observa no esforço gigantesco do nosso Estado-Maior e de seus integrantes, com vistas à atualização do problema doutrinário brasileiro em face da Guerra Moderna.

* * *

Eis algumas idéias sugeridas da leitura do excelente trabalho que adiante apresentamos. Idéias que são de grande valimento para nossas Forças Terrestres, que vivem uma de suas fases decisivas, dada a necessidade de estudos aprofundados relativamente à sua organização, tendo em vista o quadro da Guerra Moderna. Reexame, envolvendo igualmente, a Mobilização, o Serviço Militar, a Defesa Territorial, o Equipamento, o Adestramento, a redistribuição das Áreas de Instrução e de Concentração das GU e Unidades. Enfim, tudo se traduzindo na estruturação de uma Doutrina Militar Brasileira atualizada, base e fundamento para quaisquer recomendações e tentativas de solução do Problema Militar.

DOUTRINA PARA O SUL-AMERICANO

"Trata-se essencialmente de:

- respeitar a Doutrina, a parte permanente (ou menos variável) da experiência da Guerra;
- utilizar os Processos, tanto na Organização, como na Tática, como na Estratégia, escolhendo e adaptando os mais adequados às circunstâncias particulares ao meio e às modalidades da Guerra em cada Teatro de Operações, encarando quer o caso de se dispor de aparelhamento completo, quer também o de possuírem recursos deficientes e muito aquém das necessidades. É preciso, repito, encarar a Guerra do rico, dos meios poderosos, mas não abandonar a eventualidade da Guerra com recursos reduzidos.

Não se trata de copiar servilmente nenhum regulamento, nenhuma organização, mas de adaptar com inteligência.

Não se trata de aceitar cegamente opiniões alheias, mas de analisá-las, compreendê-las para aplicá-las com critério pessoal.

Adaptação inteligente, flexibilidade de espírito na aplicação dos processos de guerra. Eis a pedra de toque de nossos estudos, das nossas concepções e das nossas realizações. Como vimos, a diversidade dos TO eventuais e a situação ocasional dos meios de guerra, impõem soluções várias para cada caso, as quais, por sua vez, terão que se modificar à medida dos progressos do país e do aumento de possibilidades das organizações armadas."

Ten-Cel T. A. ARARIPE

(Trecho dum trabalho sobre Doutrina na América do Sul)

2. ADAPTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR PARA A GUERRA MODERNA

General DE LATTRE DE TASSIGNY,
do Exército Francês

Traduzido da "Revue de Defense Nationale"

Introdução

Em julho de 1946, presidi a uma conferência sobre "as condições futuras da guerra", feitas perante a turma que vos precedeu, a fim de demonstrar o interesse que me despertou essa exposição, introdução de uma série de estudos empreendidos segundo minhas diretrizes.

Essa conferência, embora decorridos seis meses, constitui uma base valiosa de informações e de reflexões.

Certos pontos, ainda mal conhecidos por nós naquele momento, como a eficácia dos projéteis atômicos, são agora objeto de informações suficientemente precisas, que justificam algumas retificações de minúcias, sem prejuízo, aliás, do conjunto.

Procurei, desde aquêle momento, destacar, como conclusão, alguns traços essenciais suscetíveis de orientar a continuação de nossas pesquisas.

Hoje, parece-me útil voltar pessoalmente a êsses pontos de partida. E, com efeito, chegou o momento de considerar mais de perto êsses dados, para iniciar a fase das realizações.

Desde um ano, o Exército Francês atravessa uma crise de adaptação às condições nascidas do após-guerra e impostas pelo estado de nossas finanças. Nessa situação, que necessariamente se prolongará ainda, convém, entretanto, nada esquecer relativamente ao que possa abreviar o conhecimento das grandes linhas da organização militar a adotar, logo que fôr possível.

Ora, essa organização só pode ser definida em função e à vista de uma mobilização, porque a organização militar deve, antes do mais, corresponder às necessidades da guerra, e a guerra moderna, veremos quando estudarmos o problema, repousa em noções novas de mobilização. É, portanto, partindo da idéia de mobilização, que examinaremos os problemas do futuro, para deduzir as conclusões de que precisamos, para entrar no domínio das realizações.

É claro que não tenho a pretensão de apresentar-vos um plano cotado — nem mesmo princípios de base definitivamente assentados. Não estou aqui para ensinar-vos o dogma, mas unicamente para apresentar-vos algumas convicções que alimentamos desde já, extrair delas os primeiros elementos de um plano de ação, e convidar-vos a dedicar o melhor de vossa inteligência em refletir.

As variáveis e as constantes

O vertiginoso progresso material desses últimos tempos provocou uma revolução nas formas da guerra, que se pode, desde o presente, entrever em suas linhas mais prováveis, ao passo que a experiência do último conflito permite deduzir um certo número de ensinamentos, sem dúvida válidos para um futuro próximo.

Todavia, tanto no que respeita às hipóteses sobre o futuro, quanto às deduções do passado, é bem possível que nem todas essas conclusões tenham o mesmo valor provável; algumas dependem intimamente do valor e da extensão das invenções novas, enquanto outras se relacionando com o fenômeno da guerra considerado em seu conjunto, ou com as reações humanas que ele acarreta, tornam-se, numa larga escala, independentes das características técnicas dos petrechos e métodos de combate.

As primeiras, que dependem estreitamente do material de guerra, são essencialmente *variáveis*; as segundas, representam as *constantes*, senão absolutamente imutáveis, pelo menos, de evolução muito lenta.

Diante das terríveis incógnitas das invenções novas, é difícil estabelecer uma arquitetura militar suficientemente válida, se não nos apoiarmos, em primeiro lugar, nessas constantes. A análise destas constantes é, portanto, indispensável a qualquer ensaio de adaptação às condições da guerra de amanhã.



Primeira constante: A Guerra Total

O fato essencial, central, do último conflito, é o *caráter total*, poder-se-ia mesmo dizer integral (1) — *da guerra moderna*.

Esse fenômeno, que se anunciara desde o surto das grandes guerras nacionais que lançaram povos contra povos, assumiu nova amplitude ante o fato da *guerra de material*; a introdução do maquinismo nos exércitos impõe hoje a necessidade de um esforço de produção tão grande que todos os elementos do potencial de um Estado — demografia, indústria, riqueza e valor técnico — devem ser mobilizados para a guerra.

Mas a guerra não se tornou total somente pela cooperação do esforço de todos; é total também porque estendeu o perigo de guerra a toda a

(1) Por guerra total, entende-se, depois que LUDENDORFF consagrou a expressão, a guerra estendida a todos os domínios, político, econômico e militar. Essa noção amplia o campo do esforço da guerra até fazê-lo englobar a totalidade da vida nacional, mas não caracteriza o grau de intensidade desse esforço. Para indicar que em cada um desses domínios ele é elevado ao máximo, a expressão de "guerra integral" parece dever ser adotada.

superfície dos países beligerantes. Ontem, a motorização e o avião, amanhã os foguetes e as forças aeroterrestres aumentam o raio de ação dos meios militares, além das antigas "frentes" e de suas retaguardas imediatas, e até os pontos mais longínquos do território nacional, que podem ser destruídos ou ocupados pelo inimigo. Dessa maneira, todo o habitante se torna uma vítima possível e todo o homem válido um combatente em potencial.

Participação geral no *esforço de guerra*, participação geral no *perigo de guerra*, participação eventual de todos na luta armada ou clandestina, tais são os três termos essenciais que conferem à guerra moderna um caráter absolutamente total.

Isto equivale dizer que a guerra ultrapassa mais do que nunca o quadro tradicional e especializado dos exércitos, para acionar tôdas as forças vivas da nação, morais e materiais, seja qual fôr a evolução da ciência e sua aplicação à guerra.

Resulta disso que o elemento primacial de toda concepção modernizada da elaboração da defesa do país, deve ser a preparação e a organização da convergência de tôdas as atividades e de todos os recursos nacionais visando à guerra. Será a *mobilização total*, fórmula nova da mobilização geral.

Dessa mobilização total, a mobilização militar é apenas uma parte: hoje, não é mais suficiente aprestar no país tudo quanto seja suscetível de exercer uma função na batalha; torna-se necessário, também suscitar e dirigir as forças de qualquer natureza da Nação. Não pode existir, portanto, mobilização total sem uma verdadeira transformação de tôdas as atividades em vista da guerra. Esta supõe uma *organização adequada do aparelho governamental*: trata-se, com efeito, menos de preparativos estudados por um ministério especializado que da organização da estrutura do Governo, segundo as exigências da guerra total e as necessidades de sua preparação. Verificou-se a existência de uma transformação nesse sentido, no decurso do último conflito, em todos os Estados participantes da guerra, quer totalitários quer democráticos. Se a própria França não conheceu esta adaptação, foi unicamente porque o território de sua Metrópole foi ocupado desde a primeira fase do conflito.

A mobilização total pode ser subdividida em função de seus principais domínios.

1º. A *Mobilização moral* do país e o ataque ao moral do adversário, correspondendo ao que se chamou "*guerra psicológica*", chave do "*espírito de guerra*" ou do "*espírito de resistência*", e cuja obra essencialmente política incumbe ao conjunto de Governo e aos órgãos de informação. Esta forma de luta foi objeto, nesses últimos anos, de técnicas muito precisas, que devem ser estudadas e postas em ação com método.

2º. A *mobilização da produção*, e o ataque à produção adversa, correspondendo ao que se chamou de "*guerra econômica*". Esta mobilização visa não somente à produção necessária aos exércitos, como ainda

ao racionamento do consumo e à racionalização da produção "civil", a fim de desembaraçar o máximo de efetivos em prol do combate. A *planificação de guerra*, tal como logrou êxito por métodos diferentes tanto na Rússia quanto na Alemanha, na Inglaterra como nos Estados Unidos, demanda *previsões feitas com antecedência e uma legislação especial completa*. Pode explicar-se toda a história da guerra pela sucessão das datas em que alemães, russos, ingleses e americanos puseram em ação seu planismo de guerra. Estes últimos só puderam desembarcar na Europa em 1944, porque só se movimentaram em 1940. Dessa maneira, esse planismo condiciona de perto, *vários anos antes*, o potencial propriamente militar dos Estados. Obra do Governo e dos departamentos ministeriais competentes em matéria de economia, de produção e de mão-de-obra, deve ser constantemente preparado e seguido como um dos ramos do plano econômico do país.

3º. A *mobilização das amizades exteriores*, correspondendo à chamada "guerra diplomática". Trata-se aqui de orientar e de vivificar a ação diplomática, segundo concepções que considerem as realidades econômicas e estratégicas, tendo em mira a segurança do país. Tem-se falado da antinomia existente entre "ter o exército de sua política" e a "política de seu exército". O que é preciso, na realidade, é ter a *política exterior e o exército de sua política geral*. Esta síntese necessária deve ser constantemente dirigida pelo Governo e, por conseguinte, organizada com as engrenagens adequadas.

4º. Enfim, a *mobilização propriamente militar* correspondente à luta armada necessita do acionamento de toda a Nação. Compreende hoje, de um lado, a *mobilização dos exércitos* emanados da Nação e encarregados de empunhar as armas destinadas a obter ou colhêr a decisão e, de outro lado, *colocar toda a população em estado de defesa*, quer para protegê-la contra todos os perigos, quer para permitir-lhe participar do combate ou da resistência em caso de invasão.

A mobilização militar "ampliada", que é um dos ensinamentos mais positivos do último conflito, visa, então, a realizar não somente o "Exército nacional", como a "Nação armada" integral. Parece poder incumbir aos ministérios militares, mas exige um concerto governamental por causa de suas interferências com as outras formas de mobilização.

Concebe-se que, numa nação moderna, seja indispensável que o Governo permaneça sempre organizado (e não unicamente em tempo de guerra), de maneira que possa garantir as quatro funções que acabamos de analisar sumariamente. Sua síntese constitui a *preparação e a conduta da guerra total*, que dependem evidentemente do escalão do chefe do Governo.

Na execução, essa preparação e essa conduta da guerra total compreendem a atividade da maior parte dos departamentos ministeriais, senão de todos. Com efeito, conforme Clausewitz já vira, num sentido mais restrito, a guerra total é a continuação e a intensificação de todas as atividades vitais do país.

A lei de 11 de junho de 1938, sobre a organização da Nação para o tempo de guerra, organizava convenientemente a preparação para a guerra total, encarregando cada ministro de mobilizar a categoria de recursos correspondente à sua atividade. Mas esta lei parece, hoje, bastante antiquada, notadamente porque só atende às providências de defesa passiva e de mobilização industrial, e ainda distingue com muita precisão a requisição civil da mobilização militar. Impõe-se refundi-la, para utilizar a experiência que adquirimos dolorosamente, depois.

Quais poderiam ser as grandes linhas da nova lei substitutiva da de 11 de julho de 1938? Esta legislação também deverá visar não somente ao tempo de guerra como o de paz, porque além das razões já expostas, os acontecimentos destes últimos anos demonstram que tanto é possível que a passagem da paz para a guerra se processe gradativamente quanto por surpresas brutais, como sucedeu em Pearl-Harbour, e que o estado de paz pode, às vezes, conter perigos temíveis para a nação. Pode-se imaginar, igualmente, que um certo número de órgãos governamentais e administrativos sejam instituídos com a finalidade de coordenar a atividade dos diferentes departamentos ministeriais. Esta coordenação é concebível no escalão central, o da guerra total, ou no escalão do que chamamos de mobilização psicológica, de mobilização econômica, de mobilização das amizades exteriores e da mobilização propriamente militar, ou ainda a outros escalões (o do território, ou da pesquisa científica, por exemplo), como fizeram nossos Aliados durante a guerra.

Do estudo do problema é possível deduzir-se um certo número de conclusões tecnicamente válidas. Esse problema, no entanto, cuja solução depende da nação inteira, é sobretudo um problema político, como tudo quanto se relaciona com a organização do Governo. Não podemos, portanto aqui, como técnicos militares, fazer mais do que frisar, do ponto de vista do Exército, a importância das questões criadas pela organização da guerra total, e acompanhar atentamente as soluções que lhes forem dadas.



A segunda consequência da guerra total é a transformação da noção do Serviço Militar — com suas exceções do tempo de guerra, com a "seleção dos especializados" — para ampliá-la até a do "Serviço Nacional".

Durante toda a duração de sua existência ativa, cada homem ou mulher tem um dever eventual de guerra na produção, na administração ou no Exército, e as obrigações que daí resultam devem ser imperativas para todos. A execução deste princípio constituiria o Serviço Nacional. Por outro lado, o Serviço Nacional poderia acarretar obrigações sociais ou coletivas, notadamente no que concerne às empresas.

A aplicação do Serviço Nacional, tanto às necessidades civis quanto às militares, levaria à resolução de problemas novos para nós.

De vez que se torna necessário repartir os recursos de pessoal por dois setores, o dos exércitos, por um lado, o da produção, de outro, surge a obrigação de estabelecer-se um *justo equilíbrio* entre as necessidades de ordem militar e as necessidades gerais do país em tempo de guerra e em tempo de paz. Deve-se, igualmente, procurar, para cada indivíduo ou coletividade, a utilização capaz de proporcionar o *melhor rendimento* de suas atividades em tempo de guerra, quer essa atividade seja de caráter psicológico, administrativo, econômico ou militar.

Desta maneira, se é conduzido à necessidade de elaborar, para o tempo de guerra, um verdadeiro "*Plano*", no escalão nacional, em que se preveja o conjunto das necessidades do país em guerra, e que confira a cada setor os meios que lhes sejam indispensáveis. A preparação para a guerra requer, ainda, o estabelecimento de um plano de tempo de paz, não somente para atender permanentemente às necessidades da economia, como o plano Monnet atual, como para fornecer ao setor militar os homens, o dinheiro e os produtos indispensáveis às missões permanentes das Forças Armadas, à instrução militar do país e à constituição dos estoques de toda a espécie, necessários à guerra.

Esse "*Plano Nacional*" para o tempo de paz e para o tempo de guerra a base de toda a coordenação e de todas as previsões lógicas. E, naturalmente, obra do Governo.

O Serviço Nacional poderia igualmente permitir que o *serviço militar* em tempo de paz fôsse considerado por um prisma novo.

As idéias emitidas a esse respeito não se acham ainda suficientemente amadurecidas para que se possa, desde já, adotar uma atitude definitiva quanto a esse assunto; mas não quero perder a oportunidade que esta conferência me proporciona, para expor, a título puramente indicativo, algumas concepções que poderão fornecer matéria para reflexão.

Pode-se deduzir da noção de mobilização total que uma parte importante da população será utilizada, durante a guerra, no setor civil, produção ou administração. Esses "reservistas a título civil" só participarão da luta armada na defesa local, em caso de invasão. Sua qualificação militar não é, portanto, a mesma que a dos reservistas relativos às Forças Armadas. Sua instrução militar poderia, então, ser mais sumária, devendo-se, entretanto, impor-lhes novas obrigações de ordem civil.

Uma segunda categoria seria a constituída pelos profissionais cujas aptidões possam ter aplicação imediata na organização militar: condutores de cargas pesadas, ou bons mecânicos de reparações, por exemplo, transformar-se-ão rapidamente em soldados de trem ou operários de reparações.

Enfim, certas profissões podem ser, em tempo de paz, de interesse vital para a Nação: é o caso atual dos mineiros; amanhã, outras atividades, notadamente nos territórios de além-mar, poderão revestir-se do mesmo caráter.

Tôdas essas considerações levam à concepção de *um serviço militar ativo de vários graus*, segundo as necessidades do Exército e do País. A desigualdade que daí resultasse, poderia parecer contrária a nossas tradições; mas a aplicação do Serviço Nacional permitiria compensar, com obrigações civis *equivalentes*, as obrigações militares de que os beneficiários fossem liberados. Dessa maneira, o Serviço Nacional seria *igual para todos*, mas admitiria desagens diferentes de obrigações militares e civis.

É, sem dúvida, muito cedo para julgar como o País acolheria essas concepções novas. É preciso não dissimular também que a forma das obrigações civis em tempo de paz é de elaboração difícil, e que a diversidade das obrigações militares pode chocar-se com sérias objeções de ordem política. É de ver, ainda, que o Serviço Nacional, talvez de aplicação delicada em tempo de paz, se imporia em tempo de guerra, como uma das bases da mobilização total. Sob essa forma, aliás, ele não faria mais que sistematizar certas tentativas postas em prática no decurso das duas últimas guerras.

Dessa maneira, a forma total tomada pela guerra moderna é suscetível de causar repercussões profundas nas nossas instituições. Desde 1946, o legislador sentiu perfeitamente essa tendência, e incluiu, pela primeira vez na França, na Constituição da IV República, as noções de "comunhão dos recursos" para segurança da União Francesa, e da "coordenação das medidas de Defesa Nacional". Essas noções gerais, porém, que se situam na escala dos princípios constitucionais, devem agora traduzir-se *numa legislação adequada, e numa adaptação da estrutura governamental e dos órgãos administrativos*, atendendo-se a essas preocupações essenciais.

Sem a construção desse edifício, nada de válido poderá ser empreendido no domínio da técnica militar, de vez que este não é mais, no presente, do que uma das componentes da guerra total e que, de qualquer maneira, só pode ser a resultante do esforço fornecido pelos outros domínios. Esta interdependência completa entre as diversas formas da guerra total tornou-se uma evidência surgida do estudo de cada problema e, notadamente, em tudo quanto se relaciona com a preparação para a guerra. Ora, hoje, devido aos prazos consideráveis exigidos pela realização, principalmente dos problemas de fabricação, a *preparação comanda e domina a execução*. Não é possível conduzir operações militares sem um esforço prévio para a preparação das forças do País, preparação que já é, *vários anos antes das operações militares*, um ato de guerra total. Vemos, dessa maneira, aparecer a noção do que se pode denominar de "paz estratégico".

Consciente dessa realidade, o Exército sente-se incapaz de resolver, por si só, os problemas dos quais sua potência depende intimamente. Longe de pretender fiscalizar, sob o pretexto de Defesa Nacional, o con-

junto das atividades do País, deseja ardentemente que, ultrapassando a concepção "Defesa Nacional", eivada de preponderância militar em sua aceção tradicional, a Nação inteira tome consciência de seu papel permanente no concôrto dos esforços de tôda a espécie que a guerra total exige, e que se adapte resolutamente às fórmulas novas que, sòmente elas, podem garantir-lhe a segurança.



Segunda constante: O Território

No domínio militar pròpriamente dito, isto é, o da luta pelas armas, pode-se igualmente distinguir certo número de "constantes", entre tantas variáveis decorrentes da evolução dos materiais de guerra.

As invenções recentes compreendem, com efeito, características comuns:

a) *Primeiro, propagam-se quase tôdas pelo ar: quer utilizem o projétil, ou o avião transportador de tropas ou engenhos de destruição, bomba atômica, infecção bacteriológica, ou sensibilização aos raios cósmicos.*

A superfície rugosa da terra, ou à lisa do mar, junta-se, agora, o volume atmosférico ou estratosférico, único que permite as grandes velocidades e os grandes alcances.

Correlativamente, é na terceira dimensão subterrânea ou submarina que o abrigo indispensável se estabelecerá.

b) Em seguida, tôdas essas invenções conduzem a *um acréscimo enorme da potência de fogo*, "fogo" considerado na sua aceção mais ampla; a energia nuclear multiplica, em proporções inauditas, o rendimento dos melhores explosivos; a carga "creuse", que perfura tôdas as blindagens, a carga "plate" (2) junta um acréscimo de potência que ainda não revelou seus limites; a arma bacteriológica pode ser um recurso de efeitos consideráveis.

(2) A carga *creuse* foi muito empregada durante a guerra 39-45, por todos os beligerantes, para aumentar o poder perfurante dos projéteis contra-couraçados. O processo consiste essencialmente em reparar o explosivo no interior do corpo do chum, de maneira a formar, na parte anterior, um "vazio" de forma cônica especialmente calculado. No momento da explosão, a deflagração é mais ou menos "dirigida", em vez de disseminar-se em tôdas as direções. Essa concentração de forças aumenta enormemente a potência no ponto de impacto, isto é, o efeito perfurante.

A carga "plate" é uma invenção franco-alemã que data do fim da guerra, e que não foi empregada por ocasião do último conflito. Esse processo permaneceu secreto. Consideravelmente aperfeiçoado mais tarde, pelos franceses, obteve, em 1946, efeitos verdadeiramente fulminantes contra placas de couraçamento de grande espessura e contra os carros mais pesados. (Esclarecimentos gentilmente fornecidos pelo Senhor Coronel A. Buchalet, Adido Militar junto à Embaixada da França no Brasil).

c) Enfim, os progressos incessantes em matéria de propulsão por reação e a dirigibilidade à distância abrem agora a essa potência destruidora e aos deslocamentos das forças um *enorme campo de ação, na escala dos continentes e até do planeta.*

Essas perspectivas levam a considerar-se *um acréscimo de mobilidade, do alcance e da potência do fogo, e a prioridade da ameaça aérea.*

Desde logo, seja qual for a forma das operações militares, pode-se admitir como certo que estas se aplicaram à totalidade do território nacional, não somente ao da Metrópole como à de toda a União Francesa tomada no seu conjunto, e que, por conseguinte, *a defesa do território deve conceber-se não mais na sua periferia, nas suas fronteiras, e sim em toda a sua superfície.*

Para que a defesa do País abranja toda a sua superfície, é necessário distinguir completamente as *divisões territoriais, do corpo de batalha*, reserva estratégica poderosa, capaz de intervir como força possante onde o inimigo exercer seu esforço. Essa reserva estratégica, à disposição do Comando Supremo, parece dever articular-se normalmente nos diversos teatros de operações, de acordo com a manobra de conjunto. Quando os elementos dessa reserva se destinarem a intervir em proveito de um teatro, deverão ser postos à disposição desse teatro. Dessarte, na concepção geral da guerra militar, a defesa territorial representaria mais ou menos o papel de uma armadura que cobrisse todas as partes do território nacional, ao passo que o Corpo de Batalha significa a espada incumbida de golpear o inimigo e de parar seus golpes.

Esse Corpo de Batalha moderno, forma rejuvenescida dos exércitos tradicionais, constituído, sem dúvida, da combinação de unidades das três armas, parece dever ser dotado de grande mobilidade proporcionada à escala dos teatros de operações do futuro. Será, então, inteiramente motorizado, e, muito possivelmente, aerotransportável, para poder saltar de um teatro de operações para outro. Deverá, por conseguinte, aliar a leveza à potência, fórmula que só será realizável mediante o emprêgo de materiais de concepção nova, cuja elaboração está apenas iniciada.

Esta análise mostra que o Corpo de Batalha de amanhã se subordina tão estreitamente às variáveis técnicas, que não nos podemos firmar nas soluções previstas presentemente (3).

Se, na sua forma de transição, deve ser sempre mantido à altura de suas missões permanentes que, mesmo em tempo de paz, pode exigir forças importantes — a Indochina é, a esse respeito, um exemplo notável — em sua forma futura, não pode e não deve ser atualmente senão um domínio de realizações progressivas e de estudos ativamente impulsionados.

(3) Não examinaremos, por conseguinte, aqui, a constituição interna do corpo de batalha. Importa, entretanto, a fim de prevenir qualquer equívoco, assinalar que todas as razões que militam em favor do Exército Nacional, aplicam-se ao Corpo de Batalha; este, segundo nossas tradições militares, será formado de unidades ativas, pelo princípio das conscrições, e reforçado por uma mobilização que combine as reservas com núcleos ativos suficientes.

Contrariamente, a concepção nova da *defesa do território*, pode, desde já, constituir objeto de conclusões imediatamente aplicáveis.

Com efeito, essa defesa parece dever admitir as duas grandes categorias seguintes:

a) Organização de uma forte infra-estrutura da *interceptação aérea* que cubra o conjunto do território e que seja capaz de revelar e destruir os engenhos inimigos no ar, e de alertar em tempo as forças defensivas e as populações. Hoje, formada pela combinação de vedeta-radar, de caça e de D.C.A., poderá ser amanhã, talvez, baseada em engenhos rádio-dirigidos, lançados ao encontro dos projetis adversos. Pronta para funcionar a qualquer momento, deverá utilizar-se de reservistas mobilizados no local, dentro de um enquadramento permanente sempre a postos.

A *proteção Nacional*, espécie de defesa passiva ampliada, atualmente em vias de elaboração, e que vai necessitar de meios consideráveis em face à potência de destruição das armas novas, deve ser normalmente e intimamente ligada à organização da *interceptação aérea*.

b) Organização da *autodefesa* dos pontos sensíveis, isto é, não somente das posições, zonas, instalações e depósitos interessantes do ponto de vista estratégico, como também de todas as organizações que tenham importância, quer do ponto de vista político, quer da produção.

A autodefesa deverá realizar perenemente: a *proteção*, isto é, a guarda desses pontos sensíveis, e, em caso de ataque, sua *defesa imediata* aguardando, se for necessário, a intervenção das forças móveis poderosamente armadas. Em caso de invasão, a autodefesa deverá iniciar a organização da *resistência interior*, mediante a constituição de redes de arame farpado e de guerrilheiros.

Os efetivos consideráveis exigidos pela auto-defesa só podem ser obtidos pela mobilização local das populações, segundo modalidades inspiradas na "Home Guard", na "Defesa Civil" e, evidentemente, nas Milícias Suíças. A organização da "Proteção Nacional" deverá poder integrar-se nesse sistema e, em qualquer caso, intimamente coordenada com ela.

Esta análise permite tirar-se, desde já, um certo número de conclusões certamente válidas no futuro. É fora de dúvida, com efeito, que se o equipamento e o modo de agir das forças incumbidas da interceptação aérea e do combate terrestre são, por muitas razões, função do material de guerra em vias de elaboração, a articulação dessas forças, sua localização, e, notadamente, a maneira de colocá-la a postos, acham-se ligadas diretamente à própria noção do território, constante sobre a qual se podem construir as grandes linhas do sistema.

a) É necessário, em primeiro lugar, articular o território do conjunto da União Francesa em teatros de operações, zonas estratégicas e setores de defesa, bases de operações e zonas sensíveis. Essa articulação pode ser deduzida, desde já, do estudo estratégico e econômico dos territórios da União Francesa. Poder-se-á, então, definir as regiões essenciais e

ordem de urgência dos esforços. Sem querer pré-julgar aqui da articulação geográfica que teremos de escolher, convém examinar as grandes linhas do problema, tal como começam a revelar-se.

O teatro de operações, escalão de comando combinado, que abrange o território e os dos elementos do Corpo de Batalha postos à sua disposição, deve corresponder ao vulto das necessidades aéreas. Para aviões que fazem mais de 1.000 km por hora, só se podem conceber teatros de operações muito vastos, que podem ultrapassar mesmo, em extensão, os limites do território nacional.

Teatros de operações tão consideráveis, devem, então, subdividir-se para que o comando combinado possa ser exercido. Chega-se, dessa maneira, à noção de regiões ou zonas estratégicas nas quais a defesa do território e as forças dos Três Exércitos seriam reunidas sob um mesmo comando, continuando, entretanto, centralizados no escalão dos teatros de operações a condução da batalha aérea e o comando das reservas estratégicas.

Enfim, os setores de defesa aplicável às fronteiras, às costas e ao interior, compreenderia apenas a defesa territorial reforçada, se fôr necessário, com elementos do Corpo de Batalha.

A base estratégica é uma concepção nova que participa, a um tempo, da antiga base naval, local protegido onde se encontram os serviços necessários à vida e à reparação das forças de alto-mar, e por possante aparelhamento logístico, que vimos funcionar nos domínios de nosso Aliados, em proveito dos Exércitos em operações. A base estratégica transforma-se na zona onde se acham implantados os serviços necessários à ação do Corpo de Batalha. É normalmente um conjunto de instalações, infra-estrutura aérea, porto, depósitos, estabelecimentos de reparações, etc... cobertos por defesas adequadas contra ameaças terrestres, marítimas e aéreas. É posta, por conseguinte, sob um comando combinado. A dispersão, hoje imposta pela ameaça atômica, leva à consideração não de uma cidade ou um porto, mas de toda uma região, como por exemplo, a Bretanha Ocidental em lugar de Brest, ou a Tunísia do Norte em vez de Bizerta.

Da igual maneira, a noção de zona sensível, parte importante do território nacional, deve ampliar agora a antiga concepção de "ponto sensível" na escala das grandes aglomerações industriais ou humanas.

b) É mister, em segundo lugar, implantar uma infra-estrutura que compreenda os órgãos de comando, as transmissões, os estabelecimentos e os depósitos, em suma, tudo quanto constituir a ossatura das diversas categorias da defesa territorial.

Essa ossatura, convém fixar bem esse ponto, deverá ser permanente em seus elementos essenciais, porque não se pode esperar o conflito para só então instalar os P.C., centrais de informações ou de transmissões, órgãos de reparação e de manutenção, que devem estar em condições de funcionar desde o rompimento das hostilidades. A proteção desses órgãos

vitais deve efetuar-se desde o tempo de paz, mediante a construção ou aproveitamento de abrigos passivos e por meio de fortificações de um novo tipo.

Dessarte, a infra-estrutura territorial substitui o lugar outrora destinado às defesas que se preparavam sobretudo nas fronteiras. No plano material, representa o aspecto moderno da cobertura.

c). *Cumpra, enfim, preparar o aprestamento das forças territoriais.*

— *ditamos*, aqui, num domínio inteiramente novo. Com efeito, essas forças territoriais, ao que parece, devem constituir-se, na sua maior parte, de unidades de *mobilização local*: estas serão organizadas de maneira a fornecer as permanências suficientes para a guarda e proteção das zonas sensíveis e ao funcionamento dos serviços territoriais de defesa aérea, costeira e terrestre, sem que, para isto, se desorganize a produção. Em caso de perigo, esses meios se reforçariam mediante o alertamento da população, da qual uma fração continuaria a trabalhar, enquanto que, em caso de ataque, todos os reservistas concorreriam para a defesa.

Dessa maneira, as Reservas correspondentes, reforçadas pelos jovens do serviço pré-militar, deverão ser organizadas, enquadradas e instruídas segundo o plano local (4), a fim de participar da vigilância, da proteção dos pontos sensíveis, da D.C.A., da extinção dos incêndios, da salvagem dos feridos, bem como da defesa imediata desses pontos sensíveis. Não tam-se as interferências desta mobilização quase universal, embora diferenciada, com a própria vida da região e os problemas que daí resultam, para as relações entre o Comando Militar e as Autoridades Cíveis.

A organização dessa mobilização local que visa à autodefesa e à autoproteção surge como uma das tarefas mais importante que nos cumpre resolver, tanto pela sua necessidade quanto por sua novidade.

Convém frisar, antes de abandonar o assunto, que a *organização da defesa do território*, a respeito da qual podemos raciocinar sem grandes riscos de errar, é também o domínio em que as realizações menos se chocam, atualmente, com dificuldades financeiras ponderáveis.

Com efeito, o armamento das forças territoriais não reclama, em geral, mais do que um material conhecido, na maioria dos casos, leve e fácil de multiplicar-se (5). A implantação da infra-estrutura, mais onerosa, poderá ser realizada progressivamente, a começar pelas zonas mais sensíveis. Estamos, portanto, desde já, em condições de empreender a constituição de um dos elementos essenciais de nossa defesa, enquanto aguardamos a possibilidade, intelectual e financeira, de reconstituir um Corpo de Batalha moderno que corresponda às nossas necessidades e possibilidades.

(4) A organização do Serviço Pré-Militar cria uma infra-estrutura que poderia servir de início à organização dessa mobilização local.

(5) Poderá, igualmente, admitir o emprego do material pesado atual (carros e artilharia) cujas condições impedem sua utilização no Corpo de Batalha.

A defesa do território e a organização de suas forças devem constituir nosso primeiro objetivo.

Terceira constante: O Dinamismo Humano

Se reduzirmos as coisas à sua expressão mais simples, os problemas criados pela concepção, realização e utilização de um Corpo de Batalha moderno, e pelo acionamento da defesa territorial exigem modificações paralelas de nossos hábitos de espírito e de nossos métodos de formação.

A impossibilidade de considerar como atingido um estágio da evolução científica, de vez que as descobertas novas renovam constantemente os problemas, não permite, na ordem intelectual, qualquer conformismo, qualquer atitude estática. A necessidade de prever formas de combate dispersas, às vezes isoladas, exigindo qualidades excepcionais de iniciativa, interdiz, na ordem humana, qualquer passividade. *O denominador comum deve ser, portanto, a procura das qualidades dinâmicas: imaginação e curiosidade, por um lado, iniciativa e responsabilidade, de outro; nos dois planos, vivacidade e plasticidade.*

Esse dinamismo impõe o abandono do hábito intelectual extremamente prudente e um tanto preguiçoso, preso à pesquisa do precedente e caracterizado pelo fetichismo do regulamento. O Exército deve tornar-se centro de "corrente de idéias" largas e livres, discutidas sem preconceitos e sem a intervenção peremptória da injunção hierárquica, porque a imaginação criadora não é monopólio de nenhum escalão.

Todavia, imaginação criadora não quer dizer imaginação desgovernada. Para que essa corrente geral de curiosidade incessante traduza outra coisa que não um simples jogo de palavras, é absolutamente necessário apoiá-la numa *organização racional da previsão*, caracterizada por meios poderosos de *pesquisa científica*, e informações muito completas sobre as idéias e as realizações estrangeiras.

De igual maneira, esse desejo de dinamismo exige na formação dos combatentes, chefes ou soldados, o abandono de métodos que apelem para a memória mais do que a personalidade. O papel do homem avulta quando os meios que lhe cumpre pôr em ação se ampliam e quando o combatente se encontra mais isolado; impõe-se, então, forçá-lo a adquirir o máximo de seu potencial humano, físico, intelectual e moral. Eis porque, desde o presente, o Exército orienta a instrução da tropa no sentido de desenvolver a qualidade humana e a faculdade de adaptação do soldado. Para esse fim, recorre aos métodos de instrução "*choque*", que dá aos combatentes a plenitude de sua força pessoal e coletiva, prepara-os para "agüentar firme, tanto na guerra irregular quanto na batalha moderna, e os habilita a utilizar sem hesitação os armamentos mais recentes".

Para os quadros, o aumento da iniciativa e das responsabilidades, desde os menores escalões da hierarquia, exige da parte de todos os chefes uma formação vigorosa do caráter. Devem estar convictos da importância

do fator humano na condução das unidades, e possuir um senso tático experimentado, a fim de saber tomar decisões delicadas e de graves conseqüências.

O complemento indispensável desse reforçamento da personalidade dos chefes de todos os escalões, reside na prática de *uma disciplina intelectual rigorosa e leal*: somente ela garante ao Comando, que tem a visão do conjunto, a segurança absoluta na conduta das operações.

Dessarte, na ordem intelectual como na da ação, o desenvolvimento do dinamismo de que o homem é capaz surge como a melhor preparação para o exercício das funções ainda mal definidas, que terá de exercer no serviço de materiais possantes, nas eventualidades da guerra moderna. *O homem continuará a ser a "arma" fundamental da guerra moderna.*

Conclusão

A análise que acabamos de fazer permite tirar do conjunto, ainda nebuloso das concepções relativas à guerra futura, um verdadeiro plano de ação.

1º. Da noção de guerra total, deduz-se a necessidade de uma adaptação governamental e legislativa que se traduz, notadamente, *numa lei sobre a organização da nação, visando à mobilização total*;

2º. De igual maneira, a noção de defesa "em superfície" permite, desde já, construir o quadro de conjunto da *defesa do território*, com suas categorias principais e sua articulação geral;

3º. Essas duas noções geram uma concepção nova do dever do cidadão na expectativa do tempo de guerra, que conduz a um *Serviço Nacional*, fórmula ampliada da antiga mobilização e, talvez, do Serviço Militar em tempo de paz;

4º. A necessidade de adaptação à evolução do progresso induz a suscitar, no Exército, uma corrente intelectual, que convém apoiar numa *forte organização da Pesquisa científica e da informação*;

5º. No domínio da instrução, é possível, desde o presente, formar uma doutrina capaz de *exaltar o dinamismo humano e de desenvolver as faculdades de adaptação aos materiais modernos, como às situações imprevistas do futuro.*

Eis as grandes linhas de nossas concepções atuais e do nosso trabalho de amanhã. Certas partes puramente técnicas, dependem unicamente de nós. Outras, ao contrário, somente serão possíveis mediante a participação e a compreensão da Nação inteira.

Importa, pois, que os problemas que acabo de evocar sejam objeto de amplos debates tanto nos nossos meios militares como perante a opinião, a fim de que o Exército e a Nação sejam impregnados da consciência das necessidades novas, impostas pela segurança e a defesa do País.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A GUERRA INSURRECIONAL OU REVOLUCIONÁRIA

Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS

NOTA DO REDATOR

Os leitores encontrarão no artigo que ahiante se vai ler, interessantes idéas relativamente a essa nova forma de Guerra, tão de agrado da estratégia comunista e que, por isso mesmo, deve merecer tãta a consideração tendo em vista o conceito moderno de Defesa Nacional.

O Mundo Ocidental sente, e duramente, os efeitos da Guerra Revolucionária, e meua manifestação psico-ideológica ou, mesmo, envolvendo aspectos operacionais e táticos. Os exemplos da Ásia, Africa e até mesmo no nosso Continente, ai estão à meditação de todos.

Como muito bem destaca o Ten-Cel Meira Mattos, embora o faça de maneira muito geral, o conceito de Guerra Revolucionária não se restringe às ações irregulares, às guerrilhas, maquis, emboscadas, ou que outro nome se dê. Pois, na verdade, se apresenta num quadro muito mais amplo e complexo, de fundo eminentemente ideológico e com base fundamentalmente na população.

Embora já tenhamos publicado inúmeros artigos focalizando aspectos da Guerra Revolucionária, encarecemos as camaradas outros estudos sobre o tema atual e máxima relevância às Forças Armadas.

MAJ RAPOSO FILHO

1. ATITUDES DAS FORÇAS ARMADAS ANTE A GUERRA INSURRECIONAL

Os estados-maiores dos Exércitos modernos estão estudando cuidadosamente a repercussão da guerra insurrecional sobre as estruturas militares clássicas. O reflexo desses estudos nós os encontramos em

tôdas as revistas e publicações militares européias e norte-americanas. Na Argentina êsse assunto já foi incluído no currículo de ensino da Escola Superior de Guerra e uma das questões formuladas aos candidatos à mesma Escola, no ano passado, versou sobre a guerra revolucionária.

Entre nós, a guerra insurreccional ou revolucionária vem sendo estudada na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Da leitura da bibliografia existente sobre essa nova e palpitante forma de conflito político-militar chegamos às seguintes conclusões:

- a guerra insurreccional, caso perdurem no mundo os fatores determinantes da guerra fria, representa uma ameaça mais próxima do que a guerra convencional ou nuclear;
- os exércitos regulares devem estar preparados psíquica, moral e estruturalmente para enfrentar essa forma insidiosa de guerra.

O aparecimento da guerra insurreccional no quadro da estratégia militar mundial está obrigando os estados-maiores dos grandes Exércitos a pensar em uma organização bastante flexível e versátil capaz de atender aos três tipos de conflito bélico previstos na atualidade — o convencional, o nuclear e o revolucionário. Em seguida, focalizaremos alguns aspectos e expendaremos alguns conceitos sobre essa nova forma de guerra que adquire importância cada vez maior neste mundo dominado pela luta ideológica.

2. IMPACTO SOBRE O OCIDENTE

No quadro da Guerra Fria, a chamada guerra insurreccional (ou revolucionária, segundo Mao Tze Tung) surge como uma nova forma de conflito político-militar. Esse tipo de guerra irregular incorpora-se à estratégia militar do mundo contemporâneo como mais um recurso de força capaz de subjugar a vontade ou a capacidade de resistência do adversário e de impor-lhe a derrota.

A compreensão nítida do fenômeno da guerra revolucionária, na sua devida extensão e profundas consequências, representa uma grave responsabilidade dos estadistas, chefes militares e estados-maiores das nações do mundo moderno.

Atuando principalmente no campo psicológico e ideológico a fim de conquistar "o terreno ideal" para o seu desenvolvimento, — o apoio popular —, a guerra revolucionária transformou-se, hoje, numa arma a serviço do comunismo internacional, que mantém a iniciativa estratégica nos setores da ideologia e da propaganda, resultando, conseqüentemente, numa ameaça permanente para as potências ocidentais, colocadas, por contingências várias, em atitude defensiva no quadro da guerra fria.

Um rápido relance sobre os conflitos político-militares dêste pós-guerra nos mostra que tem sido através da guerra revolucionária, e

não da convencional ou da nuclear, que a União Soviética vem obtendo os seus maiores êxitos estratégico-militares, incorporando a área comunista, a China, a Indochina e parte da Coreia e arrastando para a área do neutralismo-positivo a Índia, Indonésia e importantes regiões do Oriente-Médio. Na África, trava-se atualmente a mais importante batalha da Guerra Fria e ali, a estratégia de guerra revolucionária nas suas diferentes fases (pressões políticas, sociais e econômicas, sabotagens e terrorismo, guerrilhas tendendo para a formação de exércitos populares) vem se desenvolvendo em diferentes estágios: enquanto a Argélia vive um estágio mais adiantado (guerrilhas e formação de um exército popular) na África negra predominam os estágios iniciais (pressões políticas, sociais e econômicas já acompanhadas por atos de sabotagem e terrorismo).

A guerra insurrecional veio emprestar à guerra irregular um caráter estratégico de dimensões planetárias, movida que é por uma ideologia de penetração mundial.

Os soviéticos encontraram nesse tipo de conflito político-militar o campo preferido para a aplicação de sua filosofia bélica herdada de Clausewitz e que pode ser resumida nos dois pensamentos seguintes:

"a guerra é a continuação da política por outros meios", e "um conquistador é sempre um amante da paz, ele deseja sempre entrar em novos domínios sem oposição."

O analista de assuntos soviéticos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Sr. Raymond Gartroff, estudando profundamente o pensamento militar dos rusos, chegou à conclusão de que "a guerra aberta, clássica ou nuclear, não é o objetivo da estratégia soviética, eles preferem chegar aos seus objetivos por meios pacíficos, forçando o apaziguamento do adversário; suas forças armadas poderosas e agressivas, usualmente, atuam como argumento de intimidação."

Essas observações e conclusões coincidentes levaram o Marechal Montgomery a fazer a seguinte crítica contundente, sobre a eficiência da estrutura militar da OTAN:

- É evidente que devemos rever os nossos pontos de vista, se quisermos garantir uma defesa eficiente contra a ameaça da guerra revolucionária. Embora um conflito maior seja improvável, episódios limitados de guerra fria, fora da região da OTAN, aumentarão evidentemente. É preciso enfrentá-los com firmeza, a fim de que eles não se tornem o prelúdio de uma guerra mundial. A principal contribuição de certas nações que participam da defesa da OTAN poderia ser a do fornecimento das forças organizadoras e equipadas para fazer face a tais conflitos."

Desejando dar maior divulgação aos assuntos referentes à guerra revolucionária oferecemos, em seguida, alguns conceitos à meditação de nossos companheiros.

2. ALGUNS CONCEITOS SOBRE A GUERRA INSURRECIONAL

Há, entre nós, oficiais que discordam do ponto de vista de que seja a guerra insurrecional uma forma nova de conflito político-militar. Estes alegam, a favor de sua opinião, que a guerra insurrecional outra coisa não é senão a guerra irregular conhecida e praticada por grupos rebeldes contra um poder constituído "de juris" ou de fato, desde épocas passadas. Citam, como exemplos históricos, a reação espanhola contra a invasão napoleônica, os movimentos dos grupos armados de civis franceses contra os invasores ingleses (1809-1812); já no nosso século, as guerrilhas de Abdel Krim em Marrocos, nas montanhas do Rif e dos patriotas iuguslavos e gregos, por ocasião da 2ª Guerra Mundial. Mesmo em nosso país, dizem aqueles que não querem ver nada de novo na guerra insurrecional, já tivemos episódios bastante característicos das lutas contra os holandeses, da Revolução Farroupilha, dos combates do Contestado, da rebelião andante de Gumercindo Saraiva, da longa marcha da Coluna Prestes, exemplos dessa forma de campanha irregular.

Tôdas essas ações militares acima enumeradas, executadas por forças irregulares, poderiam ser classificadas como guerrilhas, — tipo de operação utilizada na guerra insurrecional —, mas não devem ser confundidas com a própria guerra insurrecional, de conceito muito mais amplo e complexo. A guerrilha, sendo um dos atos agressivos empregados pelos mentores dessa forma de guerra irregular, não deve ser confundida com o todo. Completando nossa idéia diferenciadora diríamos que enquanto a guerra insurrecional trouxe à conjuntura bélica uma nova estratégia baseada na possibilidade de enfraquecimento do poder militar e destruição do poder político do inimigo por meios indiretos de agressão (pressões políticas e econômicas, atos terroristas, guerrilhas), a guerrilha, esta antiga forma de combate irregular, incorpora-se a essa novíssima estratégia, vindo a constituir-se em sua principal ação tática.

A feição característica da guerra insurrecional e que lhe vem emprestar o cunho que a distingue no quadro político-estratégico do mundo moderno, é a sua natureza psico-ideológica. Um fervor ideológico intenso beirando as raias do fanatismo, deve ser a força motora do agente alarmista, do sabotador, do terrorista e do guerrilheiro; este fervor é a corrente vinculadora de toda a estrutura humana dos combatentes revolucionários. Embora dominado por uma obstinação de crença religiosa, o comportamento do combatente revolucionário difere profundamente do daqueles que, como os antigos cristãos, lutaram pela fé mística em um Deus, salvador da humanidade.

A diferenciação capital no comportamento de um e de outro é que enquanto o combatente religioso luta num campo ético elevado, cultuando a Verdade e praticando o Bem, o combatente revolucionário apóia sua ação na mentira e na crueldade.

Para o combatente-revolucionário (agente alarmista, sabotador, terrorista ou guerrilheiro), "o fim justifica os meios". Em seu fanatismo acredita estar lutando pela verdadeira liberdade, considerando ment

rosa e mistificadora a liberdade que lhes é oferecida. Quando luta pela vitória do proletariado, pela constituição de uma sociedade sem classes, pelo advento de um verdadeiro comunismo (de cada um de acôrdo com suas possibilidades, a cada um de acôrdo com suas necessidades), atua como que tomado de cega obsessão, convencido de que todos os obstáculos que se antepõem à marcha vitoriosa de sua revolução devem ser derrubados impiedosamente, com dureza e crueldade.

Realmente, uma das características essenciais da guerra insurreccional é a crueldade. Não se trata de uma crueldade anônima, sem alma, como a que resulta da destruição provocada por engenhos termo-nucleares, mas de uma crueldade em escala humana, envolvendo uma terrível tragédia psico-social pela violentação completa de sentimentos caros e de arraigadas convicções. Realmente, a guerra revolucionária encontra o seu clima psicológico num campo eminentemente passional em que se contrapõem, de um lado, o estoicismo fanático dos "noivos da morte" (da guerra civil espanhola), dos "terroristas-suicidas" (Argélia e Indochina), de outro lado, as ferocidades monstruosas de indivíduos ou coletividades desvalradas contra aquêles que representam um óbice aos desígnios revolucionários (atentados terroristas e massacres coletivos).

A crueldade e a propaganda mistificadora compõem o ambiente de terror que permite aos líderes insurreccionais dominar pela intimidação as populações civis. É já bem conhecido o valor da atitude da população civil, — favorável, simpática ou neutra, — para o êxito de uma guerra revolucionária. É princípio fundamental que nenhuma guerra insurreccional alcançará sucesso se a população civil da área conflagrada lhe fôr hostil. Vem daí o fato de que o objetivo principal dos dirigentes de uma guerra revolucionária é conquistar para sua causa pelo menos a neutralidade ou simpatia da população civil.

Na guerra revolucionária, diz Mao Tze Tung "o fator — atitude da população civil —, tem a mesma importância que o fator — terreno —, na guerra regular".

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj. Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSARIO — Gal Tasso Fragozo.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragozo.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragozo.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragozo.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 18 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOCTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.



I — ASPECTOS DO PROBLEMA MINEIRO BOLIVIANO

Tenente-Coronel DANILO CUNHA MELLO

I — ESGOTAMENTO DAS MINAS

A BOLÍVIA, sob regime de legislação mineira antiquada, vem perdendo expressão como exportadora de minérios. A falta de capital nacional necessário para grandes inversões, no campo da exploração e exportação, e a inexistência de estímulo para a inversão de capitais estrangeiros nesses setores, vem criando uma situação calamitosa com sérios reflexos econômicos, que geram constante inquietação política e social. Nos últimos 8 anos, o índice da produção média baixou de 100 em 1949 para 82 em 1957, acusando uma redução global de 18%, que atingiu:

Estanho	18%
Zinco	11%
Chumbo	Sem variação
Cobre	23%
Prata	19%
Antimônio	38%

No mesmo espaço de tempo, a produção privada passou, no seu cômputo da produção global, de 24% em 1949 para 30% em 1957. Tal fato não indica, porém, um acréscimo na produção privada, que praticamente se manteve estacionária (decréscimo de 1%), mas uma substancial diminuição na capacidade de produção da COMIBOL (autarquia). Constatação de suma gravidade, já que a renda da COMIBOL é, em última análise, a fonte principal e determinante das disponibilidades orçamentárias bolivianas.

Enquanto a BOLÍVIA atravessa crise de real profundidade, atribuindo ao Estado a responsabilidade de grande empresário e criando toda sorte de dificuldades para a inversão de capitais estrangeiros, o PERU, seu vizinho adotando uma política inteligente e estimulando a entrada desses

capitais obtém um grande sucesso, e, no mesmo lapso de tempo, conseguiu dobrar sua capacidade de produção mineira:

Chumbo	103%
Zinco	122%
Cobre	112%
Prata	139%

2 — DIFICULDADES FUTURAS

Infelizmente a BOLÍVIA não dispõe dos recursos necessários para a pesquisa de novas minas que substituam as que se vão esgotando ou para prover aquelas que se encontram paralisadas (MATILDE e SUL LIPES) dos equipamentos e instalações indispensáveis à sua entrada em produção. Ainda que se encontre uma solução momentânea para pôr essas minas em funcionamento, é evidente que a COMIBOL enfrentará, em futuro próximo, dificuldades crescentes para manter o seu nível de produção, dado que elas não poderão suportar eternamente o atual regime de produção.

3 — O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

A probabilidade de encontrar minas que aflorem à superfície da terra é, hoje em dia, em seu território, muito aleatória. O futuro da BOLÍVIA está nas minas que não afloram à superfície da terra e que, consequentemente, exigem a inversão de grandes capitais para a pesquisa e exploração. Todavia, a riqueza do solo do PERU e da ARGENTINA, na região fronteiriça, indica que uma pesquisa realizada, com métodos científicos modernos e equipamentos especializados, tem amplas possibilidades de levar à descoberta de riquezas semelhantes àquelas, que deram, no passado, um período áureo à economia boliviana.

O problema está no financiamento da pesquisa, exploração e exportação. Há um princípio de economia que afirma que o capital necessário à exploração e exportação de minério é igual de duas a cinco vezes ao valor da produção anual pretendida, logo para que se dobre a produção mineira da BOLÍVIA, correspondente a 1937, é necessário um capital da ordem de 150 a 200 milhões de dólares no mínimo.

Se a indústria mineira boliviana quiser sobreviver ou aumentar a sua produção como exige a própria evolução econômica do país, terá fatalmente que fazer essas inversões de capital, pois as minas não são eternas e demonstram, em alguns casos, sinais evidente de esgotamento.

4 — CONCLUSÃO

A BOLÍVIA, com uma disponibilidade orçamentária da ordem de 80 a 100 milhões de dólares, não pode dispor, evidentemente, dos capitais necessários para dar incremento substancial à sua produção mineira e está diante do dilema:

- reformar a sua legislação mineira para criar estímulo à inversão do capital estrangeiro; ou
- esvair-se economicamente pelo esgotamento das minas.

II — PROBLEMAS DA AMAZÔNIA

Prof. ARTUR CESAR FERREIRA REIS

Quando se fala em Amazônia, temos, imediatamente, a idéia de uma área, caracterizada por uma bacia hidrográfica gigantesca, talvez a maior do mundo, e por uma floresta continuada, úmida, com clima quente, mas floresta esta condicionada à vida das populações daquela região.

Esse seria o fundo de quadro da Amazônia.

Mas, a Amazônia não é apenas isto. Há uma série de outras características diferentes. Inclusive, há áreas não úmidas, áreas secas, sofrendo o mesmo fenómeno da seca nordestina e áreas não cobertas pela floresta, de tipo equatorial.

No Território do Rio Branco, no trecho que fica entre os municípios de Lábrea e Humaitá; na região do norte de Mato Grosso, onde hoje é o Território de Rondônia, há grandes trechos de campos, descobertos recentemente, com os levantamentos aerofotográficos realizados pelo Conselho Nacional de Geografia. E há trechos assim, que ficam ao norte do Pará e norte do Território do Amapá, de campos não explorados, possivelmente continuação dos campos do Território do Rio Branco.

Trata-se, portanto, de uma região que não é fixada no campo fisiogeográfico pela existência de uma floresta, pois tudo isso é Amazonas.

Por outro lado, há rios pouco caudalosos, do Território do Amapá, que não integram a Bacia Amazônica, inteiramente autônomos, e há regiões onde a umidade absolutamente não se assemelha à umidade das regiões mais intensamente úmidas e, por fim, certos trechos da Amazônia, no sul do Estado do Amazonas, região do Acre, onde se sente um frio que não é comum na região, porque ela é profundamente quente, na generalidade.

Isto pôsto, temos que a vida ali foi organizada em função, especialmente, desse condicionamento geográfico e, principalmente no que representa a floresta e no que representa a bacia hidrográfica.

Desde logo, podemos compreender que a sua economia é uma economia florestal e que se utiliza, para acesso à região, a bacia hidrográfica. Nada se faz, na Amazônia, sem o acesso à bacia hidrográfica e sem o condicionamento da floresta. A agricultura se faz à margem da floresta, ou com a derrubada dela.

Mas, vamos a alguns algarismos.

Vou fazer a leitura de trechos de dois livros que elaborei, um, sob o título "A Amazônia e a Cobiça Internacional" e, outro, "A Educação na Amazônia", que escrevi para o Ministério da Educação.

Nesses livros eu passo em revista todos os perigos que têm andado à volta da Amazônia, fixando, preferentemente, os aspectos atuais, que são muito graves. Digo eu ali:

"Gigantesca, a bacia amazônica é constituída, além do rio-eixo, que dá nome, por mais dezoito rios volumosos, afluentes, e cerca de uma centena de cursos menores, todos, por sua vez, enriquecidos por outras dezenas de afluentes e subafluentes de maior ou menor extensão. Lagos, como o de Vila Franca, no Baixo Amazonas, ou o de Arary, no Marajó, aquêles com 2 milhas de largura e 40 de comprimento, e êste com 2 milhas de largura e 60 de comprimento, constituem outros elementos típicos da bacia. Como os paranás, os frutos, os igarapés de pequeno porte, mas que são contribuições a detinir a singularidade e o exotismo da região. As enchentes, periódicas, cobrindo extensões imensas das terras e marginais, propiciam um quadro único à bacia. E quando essas enchentes passam os limites do normal, do rotineiro, invadindo as várzeas altas, avizinhandose das terras altas, a superfície da bacia hidrográfica perde toda a medida. É impossível avaliá-la. A impressão é de que as terras desaparecem e o que resta é apenas o domínio das águas, que, então, mais que nunca, levam a idéia de um mar no interior do continente.

Quanto à floresta, será interessante rememorar que constitui a maior extensão continuada de toda a terra. As interrupções que sofre, com as ilhas de campos naturais, são de tal modo inexpressivas em face do que ela representa como unidade maciça, que não desfigura a afirmativa. Totaliza 80% do mundo amazônico. Só no Brasil, representa 40% da área florestal do país. As espécies que a enriquecem não foram ainda inventariadas a rigor. Já se lhe deu população de 300.000 espécies diversas. As espécies arbóreas, no Pará, por exemplo, foram estimadas, por Jacques Huber, em 1950. Recentemente, Adolfo Ducke reduzia êsse número para 600. O mesmo Huber afirmara, porém, que o número de plantas vasculares conhecidas elevava-se a 10.000, podendo, todavia, ser acrescido na medida em que as pesquisas prosseguissem. E êsse acréscimo atingiria o dôbro daqueles algarismos, portanto, 20.000. Para esclarecer sobre o que escrevera, defendendo-se do espanto ou da negativa dos que o lessem, adiantou que a vida de um homem não lhe seria bastante para que tivesse a idéia exata de um quilômetro quadrado da selva. E se assim era, imagine-se a cobertura de todo o mundo amazônico... Para não ir longe, devo referir que o pequeno grupo de trabalho que opera nas cercanias de Manaus, procurando inventariar uma área destinada a Jardim Botânico típico, original, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, já constatou ali espécies não registradas ainda pelos botânicos."

A região já foi estudada, no seu aspecto botânico, por um grupo da UNESCO, que se especializou em matéria de jardins botânicos e os senhores já viram, por esta rápida leitura, o que significa a floresta e o que significa a bacia hidrográfica.

Ficaria a pergunta: Mas, então, em quanto importaria essa Amazônia, com essa imensidade de água, essa imensidade de terra e de florestas?

Há duas Amazonas, uma Amazônia clássica, que é aquela que compreenderia os Estados do Amazonas e Pará, os Territórios do Rio Branco, de Rondônia, do Amapá e do Acre, alguns trechos do norte de Mato Grosso e Goiás. Mas, essa Amazônia foi acrescida pela Lei n. 1.906, que criou a Superintendência da Valorização da Amazônia, em virtude de dispositivo constitucional. De modo que a Amazônia, que não era pequena, foi aumentada com o norte do Maranhão, com grande parte de Mato Grosso e de Goiás, chegando, em Mato Grosso, até Cuiabá, que não tem nenhuma característica amazônica. Acima de Cuiabá termina a Bacia Amazônica. Posso afirmar isso com absoluta segurança, porque vi-sitei a região e, ao simples olhar, sente-se a diferença.

A Amazônia, então, passou a representar, no quadro fisiográfico do Brasil, 5.500 mil quilômetros quadrados — $2\frac{2}{3}$ do país e, nesses $2\frac{2}{3}$ do Brasil, um conjunto, que está habitado por 3.500 mil pessoas. Os outros 57 milhões de habitantes do Brasil estão espalhados no outro $1\frac{1}{3}$. É, conseqüentemente, uma área inteiramente deserta.

Isso criou problemas muito sérios às autoridades, porque a população está dispersa, as regiões onde ela se lança são muito limitadas e se criou, em conseqüência, o problema político de manter esses territórios incorporados à soberania brasileira. A Região Amazônica é a mais extensa orla de fronteira do Brasil. Limita com a Bolívia, com o Peru, com a Colômbia, com a Venezuela e com as três Guianas, de modo que, além de soberanias sul-americanas, há, aí, soberanias européias, que vivem mais ou menos intimamente relacionadas com a Amazônia brasileira e que têm criado, em certas e determinadas ocasiões, alguns problemas, os quais datam, aliás, do período colonial.

Vou apresentar alguns Algarismos, que expressam as condições em que está vivendo essa região amazônica.

Antes, porém, desejo assinalar que, quando se fala em Amazônia, em Valorização da Amazônia, vem-nos a idéia da valorização do Vale do Tennessee, nos Estados Unidos. Mas não tem sentido a comparação. O Vale do Tennessee tem 103 mil quilômetros quadrados, enquanto que o Vale da Amazônia tem 5.500 mil quilômetros quadrados. No Vale do Tennessee se apresentavam dois problemas fundamentais — a retificação das águas do rio, para evitar as grandes enchentes que destruíam as margens e o aproveitamento das cachoeiras, visando à produção de energia elétrica. O restante constituiria empreendimentos a cargo da iniciativa privada. Na Amazônia não se trata, absolutamente, de retificar os rios, obra impossível, pelo menos com os nossos recursos, com a nossa

técnica e dentro das condições atuais do Brasil; e não se trata, também, do aproveitamento das cachoeiras, porque, inclusive, essas cachoeiras, poderiam servir, amanhã, para a produção de energia elétrica estão inteiramente fora das áreas onde há, no momento, densidade demográfica.

Nas cercanias de Manaus há um rio, que se chama Urubu. Está entre Manaus e Itacoatiara. Está em construção uma estrada, ligando duas cidades e se imaginava que as cachoeiras do rio Urubu, principalmente, a primeira, seriam suficientes para a produção de energia elétrica, o que autorizaria a existência de um parque industrial em Manaus possivelmente, em Itacoatiara.

Esse rio, embora esteja nas cercanias de Manaus, tem suas margens inteiramente despovoadas, e o Instituto de Pesquisas, quando eu o visitei por ordens minhas, realizou, ali, pesquisas e verificou que as cachoeiras não permitiam nem um núcleo às margens do próprio rio. Era uma ilusão. Encerrou-se essa fase.

De sorte que o problema do Vale do Tennessee não é o mesmo da Amazônia.

No caso do Tennessee, o Governo americano, inicialmente, determinou que o Serviço Geográfico do Exército fizesse o levantamento dos problemas e, durante dez anos, um corpo de engenheiros do Exército americano estudou a região e apresentou, depois, um relatório de 1.000 páginas, propondo as soluções fundamentais.

Depois disso é que o Governo criou a TVA e concedeu as verbas iniciais, vencendo, inclusive, obstáculos de ordem constitucional, e pôde realizar esta obra notável, que é a recuperação do Vale do Tennessee. A energia elétrica é ali produzida, o rio foi retificado, as enchentes desapareceram e as populações cresceram. Em vez de fugir, ficaram e multiplicaram-se e a região apresenta um dos mais altos índices de produtividade dos Estados Unidos.

Mas foi coisa diferente do que se fez na Amazônia.

Chamo a atenção dos senhores para o seguinte ponto: a Lei 1.000 levou seis anos para ser votada pelo Congresso.

A Lei determinava, depois de sancionada, que a Comissão de Planejamento elaborasse, em três meses, um programa de emergência e, mais seis meses, um plano quinquenal. No Vale do Tennessee (veja-se a diferença), houve uma comissão inicial de técnicos que levou 10 meses estudando o assunto, para depois haver a programação e a execução.

Não se pode, portanto, comparar o problema do Tennessee com os problemas da região Amazônica e com as soluções da Região Amazônica, conforme vamos verificar.

Além disso, no Vale do Tennessee são 103 mil quilômetros quadrados e vivem ali 3.500 mil habitantes, a mesma população em número e densidade da Amazônia, com 5.500 mil quilômetros quadrados.

A Comissão de Política Agrária do Ministério da Agricultura procedeu a inquérito, abrangendo o Brasil inteiro, e, na Amazônia, examinou 96 municípios, concluindo:

"Que o nível de vida, no tocante à habitação, dos grandes proprietários ou fazendeiros, considerado excelente, houve apenas um município, no Pará. 75 alcançaram a classificação de bom, 5 de pobre e 15 não responderam. Entre os pequenos proprietários e colonos o resultado foi este: 1 excelente, ainda no Pará, 3 bons, 62 pobres e 2 não responderam. Dos arrendatários e parceiros nenhum se enquadrou no excelente; 2 foram bons, 55 pobres e 20 calaram. Nos trabalhadores rurais assalariados, obteve-se este resultado: nenhum município possuía o excelente; 2 eram bons, 55 pobres e 20 silenciaram. Quanto à alimentação, o quadro foi assim: grandes proprietários e fazendeiros, 1 excelente, 71 bons e 9 pobres; pequenos proprietários e colonos, 1 excelente, 25 bons e 6 pobres; arrendatários e parceiros, 20 bons e 56 pobres; trabalhadores rurais assalariados, 5 bons e 89 pobres. Quanto à saúde: grandes proprietários, 71 bons e 9 pobres; pequenos proprietários e colonos, 40 bons, 52 pobres e 1 excelente; arrendatários e parceiros, 31 bons e 45 pobres; trabalhadores rurais assalariados, 21 bons e 71 pobres. No particular das rendas ou economias: grandes proprietários, 10 excelentes, 65 bons e 6 pobres; pequenos proprietários e colonos, 1 excelente, 26 bons e 67 pobres; arrendatários e parceiros, 20 bons e 56 pobres; trabalhadores rurais assalariados, 1 bom e 93 pobres."

Com relação aos problemas de saúde, a situação, na Amazônia, é das mais graves.

O Instituto de Pesquisas, no ano passado, mandou uma equipe a Codajás, no Rio Solimões. Procedeu-se a um inquérito, de que resultou o seguinte: era um núcleo sede de um município, onde havia população de menos de 2 mil pessoas, dentro da cidade. Foi feito o exame lá mesmo — e para isso a equipe levou todo o material que podia transportar; só se encontrou uma pessoa sã, um padre americano, da Missão Americana, que lá existe.

Feito o segundo exame, o próprio padre americano foi encontrado também enfermo.

Ninguém escapava.

Então, se procedeu ao exame dos animais, macacos, bois, cavalos, bichos de criação domésticos. Todos doentes. Não havia um que não estivesse infetado.

Suspendeu-se aquela coleta, porque era um índice alarmante. Se na Capital do município a situação era esta, imagine-se o restante.

As casas, quase todas caíam, e as únicas em condições, limpas, com alimentação sadia, quartos arejados, eram as duas casas da Missão Americana — a dos padres e a das freiras, com os respectivos colégios.

A população da Amazônia é qualquer coisa de escassa. Podemos lembrar que ela representa 3,53% da população total do Brasil.

"Sua densidade não vai além dos 0,58 por quilômetro quadrado. É a mais baixa densidade do país, cuja média é de 6,89. No Pará, onde se registra a maior densidade, há 1 habitante por quilômetro quadrado. No Território do Rio Branco, desce para 1 habitante por 10 quilômetros quadrados. O município de maior extensão é o de Altamira. Tem 282.070 quilômetros quadrados. Sua população não passa dos 7.669 habitantes. Dêstes, vivem na sede 1.809; os demais perdem-se naquela imensidade espacial. Vem a seguir o de Itaituba, com 166.394 quilômetros quadrados e apenas 10.862 habitantes. O município de Anhangá é o menor: mede 480 quilômetros quadrados e tem 6.419 habitantes, sendo 860 na sede e 5.559 fora da sede."

Lá, só quem usa adubo é o grupo japonês, estabelecido na região do Tocantins, na proximidade de Belém. O adubo é adquirido de uma fábrica de Fortaleza, pertencente a um grupo holandês, que me informou ser a única venda que faz para a região. Por isso mesmo, é o núcleo japonês o mais próspero da região e os seus habitantes desfrutam um bem-estar material e um padrão de vida bastante saudáveis.

Quando deixei a Superintendência da Valorização da Amazônia, havia iniciado consultas, por intermédio da Aeronáutica e do Ministério da Agricultura, para adquirir os tratores que tinham sido levados para o Maranhão, onde não puderam ser vendidos, porque os agricultores de lá não tinham recursos para a sua aquisição. Esses tratores estavam abandonados e o Brigadeiro Cabral, que hoje dirige o Serviço do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, conseguiu adquiri-los. Os tratores foram entregues a ele e ele os transferiu à Superintendência, sem auferir qualquer lucro.

Esse pequeno grupo de tratores fez com que se fundasse, na região, uma escola de tratoristas, para formar pessoal especializado e os tratores iam ser distribuídos pelos municípios, onde havia certa atividade agrícola. Como não havia tratores em quantidade suficiente, far-se-ia um rodízio de utilização. Por outro lado, os nossos recursos não permitiam, devido à política do Governo, a aquisição de tratores fora do país. Tinha sido cortados todos os recursos para obtenção de material no estrangeiro. O único material vindo do estrangeiro era o que nos chegava através do SESP, órgão da saúde pública que apresenta o melhor rendimento. Quanto aos demais órgãos, apresentavam rendimento baixo. Este, não. Tem tradição de rendimento muito grande, desde que foi criado, durante a guerra, em virtude da chamada — batalha da borracha. Os médicos americanos já não mais fazem parte dele, como antigamente. Há apenas dois técnicos, em Belém, americanos. Os outros, são todos brasileiros, com grande capacidade e grande amor ao serviço.

Os americanos concorrem com 40 mil dólares para o SESP, mas esses 40 mil dólares não entram em dinheiro no Brasil e, sim, em equipamentos, comprados nos Estados Unidos e entregues ao Brasil.

"Não se emprega na Amazônia, por exemplo, o arado. Quando se fez o levantamento da Comissão de Política Agrária, em 1952, ele só existia em 6 municípios dos 97 estudados. Os tratores eram em número de 3.

Essa situação está sendo alterada, é certo, mas com um vagar impressionante. Ainda não se opera na Amazônia empregando a máquina agrícola de grande porte, como rotina. A enxada, a foice e o machado são os grandes instrumentos de manejo diário do trabalhador rural ou florestal. O crédito agrícola é praticamente inexistente. As relações mercantis não se baseiam na circulação intensiva do dinheiro amoedado, mas fundamentalmente na base de troca de mercadorias, o que não significa, porém, que o dinheiro amoedado seja ignorado. O salário pago aos trabalhadores agrícolas obedecia ao seguinte sistema: dinheiro, 58; dinheiro e alimentação, 26; dinheiro com casa, 43; por outras formas, 7. O uso da terra é realizado pela destruição preliminar da floresta. O emprêgo de adubos é praticamente inexistente."

O gado do Território do Rio Branco merece referência. Esse gado foi introduzido na região no período colonial, tendo o governo português instalado três fazendas. Todos os cidadãos, nomeados para dirigir as fazendas, quando saíam, montavam suas próprias fazendas, com o gado que de lá retiravam. As fazendas nacionais aumentaram e, coisa curiosa, o gado, em vez de crescer, está diminuindo, em quantidade e em peso; em quantidade, porque há uma procura muito grande, sobretudo da cidade de Manaus e da Guiana Britânica, e, em peso, porque as pastagens são péssimas. Resultado: esse gado não toma volume, não toma corpo; ao contrário, definha.

Outra atividade é a do pescado, mas algumas espécies já estão sendo extintas. A tartaruga, por exemplo, vem sendo extinta; tanto o quelônio, quanto os milhões de ovos que ele produz, são destruídos. O quelônio é comido e os ovos são utilizados, quer como condimento, quer na iluminação das casas. De sorte que a destruição é gigantesca. No entanto, há uma legislação do Governo Federal, dos governos dos Estados e dos Territórios, proibindo tal destruição; mas não tem sentido, porque não é cumprida. Dentro daquele espaço imenso, ninguém pode fazer fiscalização.

E isso não acontece só com a tartaruga, mas também com muitas outras espécies, o que faz com que elas desapareçam.

E não só no campo animal, mas no vegetal. O pau-rosa começou a ser explorado na Guiana Francesa. A sua exploração, entretanto, se faz com a destruição das árvores. Devia-se fazer o replantio, mas este não se opera. Nenhum explorador do pau-rosa replanta um pé sequer, e o

resultado é que as regiões (paraense e amazônica) já estão com as árvores de pau-rosa extintas, completamente destruídas.

O mesmo aconteceu com a borracha. Ela antigamente era cortada violentamente, era sangrada em forma de uma fita e o resultado é que ela purgava tudo e quando acabava a purgação, estava completamente morta; ou então era cortada a árvore e sangrada para extrair o látex.

A exploração, a princípio, se fez na região do Tapajós e do Xingu, mas apenas as margens foram trabalhadas, tendo-se tido a impressão de que os seringais estavam extintos. Houve corrida para o Purus e Juruá, mas, depois, verificou-se que, dentro da terra firme, continuava a haver seringais.

Modificou-se a técnica de extração e, em vez do corte de alto a baixo, passou-se a se fazer apenas um corte na árvore. E hoje, segundo técnicos que estudaram o assunto, deve-se fazer o corte mais abaixo, porque a árvore purga mais.

Como se vê, a técnica vai se aperfeiçoando. Nos primeiros tempos, a árvore era abatida a machadinha; hoje extrai-se o látex de maneira especial, com a chamada faca amazônica, diferente daquela utilizada no Oriente.

Na parte agrícola, temos a juta, a pimenta-do-reino e o cacau, três produtos em cuja exploração o homem da região exerce sua atividade.

Mas, havendo na Amazônia aquela mentalidade extrativista, a própria juta, de certo modo, se confunde um pouco com a atividade extrativista, porque, entre o plantio e o corte, são seis meses, de modo que ela é plantada quando as águas baixam e cortada quando começam a subir. Então, é uma aventura, não um trabalho organizado, a que se dedicam, velhos e moços, mulheres e crianças. Eles entram na água, para cortar a juta, às vezes com a água quase ao pescoço.

De certo modo, é a aventura extrativista, embora tivesse havido trabalho normal de plantação, e tudo feito sem sentido de melhoria dessa produção. Extraída a juta, é levada para prensas e exportada, sem maiores cuidados, para as indústrias do Nordeste e do Sul do Brasil. Daí as reclamações constantes.

A juta foi produto de aclimação. Os japoneses trouxeram espécies do Oriente, mas não conseguiram resultados. Depois de dez anos de trabalhos, obtiveram um tipo e um dia tivemos em Parintins o primeiro espécime da juta brasileira. Existe ali até monumento, assinalando o fato, pois aquilo tem valor histórico.

A juta, plantada, a princípio, pelos japoneses, hoje é uma aventura agrícola, realizada pelos caboclos paraenses e amazonenses, nas regiões onde permanecem. O nordestino não ocupou toda a Amazônia. Ocupou as regiões onde não havia povoamento dos caboclos do Pará e do Amazonas. São os altos rios os que foram ocupados pelos nordestinos. Os baixos rios estavam ocupados pelas populações nativas e as margens do Rio-eixo estavam ocupadas pela população da região e é na calha desse

rio que se realiza a produção da juta, por caboclos amazonenses e paraenses.

O cacau é um produto agrícola que vem do período colonial. Foi encontrado em estado nativo e interessou aos mercados europeus, por intermédio de Portugal. O governo português, através de legislação verdadeiramente admirável, incentivou, de um lado, o extrativismo, porque esse produto natural, existente na região, dera impressão de sucedâneo da produção do Oriente, e, de outro, determinou que espécies fossem trazidas da África e Ásia, para novos plantios, concedendo para isso favores, tais como, isenção de impostos e fornecimento de pequenos instrumentos agrários. Entre os fatores, incluíam-se o direito de quem plantasse determinado número de pés de cacau não ser levado a prestar serviço militar.

Tôdas essas facilidades determinaram a intensificação do plantio do cacau, que, durante os fins do período colonial, até o Primeiro Império, foi um dos elementos que fortaleceram, ou que caracterizaram a economia regional.

HISTÓRICO

Num retrospecto histórico, seria bom ressaltar que houve, também, grande cultura de cana, com fabrico de açúcar, e grande cultura de café.

No caso do café, a produção da Amazônia, durante o período colonial, representou a produção brasileira. Não havia cultura de café em outras regiões. E o governo português, a tal ponto protegeu essa cultura, que decretou que nenhum café seria consumido no território português ou nos do ultramar que não fôsse o do Brasil. E esse café era exclusivamente do Pará. Depois é que houve o incremento dessa produção, que deu no que estamos vendo, levando o café a ser o maior contribuinte de divisas para o Brasil.

De sorte que tivemos, no passado da Amazônia, esse produto agrícola, que era seu sustentáculo, muito mais do que a borracha.

A cana, por exemplo, foi plantada pelos ingleses, entre 1580 e 1620, os quais, juntamente com os holandeses, à época, dominavam aquela região. Plantavam cana, fabricavam açúcar e rum, levando para a Inglaterra e Holanda os produtos tropicais da região.

No caso da cana, prosseguiu-se no seu cultivo e o fundador de Belém, Francisco Caldeira de Castelo Branco, foi senhor de engenho no Pará, tendo montado o primeiro engenho da região. Isso não estava nos livros. Descobri um requerimento dêle ao rei de Portugal, pedindo concessão para plantio de cana. Foi, portanto, o primeiro senhor de engenho da região, e a produção do Pará chegou a ser classificada como superior à do Nordeste, ou de Pernambuco.

Mas, o imediatismo e a aventura florestal destruíram toda essa economia agrária.

O guaraná é um produto restrito ao município de Maués. Durante muito tempo, dizia-se que o guaraná seria só e sempre produção de Maués,

porque ali teria condições ecológicas. Não é verdade, porque hoje em Manaus, em São Gabriel e outros locais há plantações de guaraná, com produção esporádica. Mas, de fato, a maior produção é a de Maués e esse guaraná é quase todo ele consumido em Mato Grosso. O guaraná, que bebemos aqui, não é guaraná...

A produção de minérios na Amazônia é recente.

Em 1950, o Presidente Vargas, uma vez que o Congresso ainda não votara a Lei 1.906, determinou que fôsse constituído um grupo de trabalho, para estudar o problema da Amazônia, que ele queria enfrentar.

Fui Secretário desse grupo de trabalho, presidido pelo Dr. Rômulo de Almeida.

MINÉRIOS

Durante um mês, trabalhamos, no Ministério do Trabalho, com a presença de interessados na região, e fizemos estudo sem profundidade, bastante interessantes. Houve um subgrupo, que devia estudar o problema da produção mineral, entregue ao Ministério da Agricultura (Serviço de Produção Mineral) e a conclusão foi a de que não se podia pensar em termos de minérios na Amazônia. Era os técnicos que falavam e aceitamos sua opinião. Pouco depois, se descobriu, no Território do Amapá, o ferro, e, em seguida, se descobria o manganês, surgindo, depois, o petróleo. Era um desmentido tremendo às conclusões dos técnicos do Ministério da Agricultura.

O Instituto de Pesquisas tem um setor em que se fazem análises de produtos a ele levados. O Instituto foi criado pelo Presidente Vargas e foi a saída que o Brasil teve, em virtude do caso da hileia amazônica, assunto de que, se houver tempo, trataremos. O Instituto recebe dezenas de espécies de minérios da Bacia Amazônica, o que prova a existência de riqueza mineral muito grande. O problema é saber se esses minérios, encontrados em todos os rios, são em quantidades suficientes para a exploração comercial.

No caso do manganês, há os depósitos, no Território do Amapá, que estão sendo explorados em Serra do Navio, mas, acima dessas jazidas, há outros depósitos de manganês. Todos os rios da Amazônia, segundo conclusões do Instituto de Pesquisas, têm praticamente manganês e agora mesmo no rio Aripuanã, afluente do Madeira, há uma grande exploração de manganês, de um brasileiro, o Dr. Sócrates Bonfim. Não é mais uma aventura, nem uma idéia vaga.

De sorte que, tenho a impressão de que haverá grande surpresa, com relação à bacia mineral da região amazônica.

Mas, quero chamar a atenção dos senhores para um fato, que é ignorado.

Nas vésperas da Revolução de 30, assumia o governo do Amazonas o então Deputado Durval Pôrto e levava a idéia de dividir o Estado em zonas para efeito de exploração econômica. Era o primeiro zoneamento

que se fazia. Tratou, então, de obter o concurso de capitais estrangeiros, interessados na exploração dessas várias áreas.

Três grupos estrangeiros se interessaram pelo território, que fica na zona do Madeira, na fronteira entre o Amazonas e o Pará; pela região norte de Manaus, no rio Urubu e outra, pela bacia do Madeira e um pouco do Solimões, na fronteira do Peru. Eram dois grupos canadenses e um norte-americano. Os contratos foram firmados e havia o prazo de um ano para pesquisas preliminares, findo o qual, se firmaria o contrato definitivo. Nesse tempo, não havia as exigências de agora da legislação federal. Tudo isso era fácil e então não se falava em petróleo, não havia o problema do petróleo e nem ele era "nosso".

As três concessões foram feitas e nos contratos iniciais se dizia que essas empresas poderiam, para facilitar suas pesquisas, montar até mesmo estradas de ferro, pesquisando, sobretudo, óleo mineral. Era um *d'afarce* para o petróleo.

E sabem onde um grupo americano e um grupo canadense iam explorar o óleo mineral? Na região onde está localizada Nova Olinda.

Em meu livro tudo isso está documentado, inclusive com reproduções fotográficas das concessões.

Veio a revolução. Assumiu o governo do Pará um militar. Essas coisas pararam. As empresas não fizeram mais nada e as concessões caducaram. Tentaram obter uma revalidação. Mas o Interventor Federal anulou de vez as concessões.

Justamente, por isso, quando surgiu o caso de Nova Olinda, um jornal declarou que a área tinha sido concedida, anteriormente, à Standard Oil, o que não era real. Naquela época nem se falava em petróleo, mas em óleos minerais.

Como vêem, o quadro da Amazônia é um quadro simples, pelas suas condições de vida. Tem sido uma economia que não tem conseguido progredir, nem numericamente, de maneira ponderável, nem, também, no aumento dos padrões de vida, das populações que a movimentam. Belém e Manaus, no auge da prosperidade da borracha, fizeram grandes inversões, no sentido de criar dois grandes centros urbanos, que honram o Brasil. Naquela fase, concentraram tudo ali: o comércio era ativo, o parque industrial começou a surgir e o movimento era trepidante, como aconteceu em Minas Gerais, quando se descobriu o ouro e por igual na Califórnia.

HEVEICULTURA

Mas, em face da concorrência do Oriente, veio a decadência. Aquêlê binômio café-borracha, que trouxe progresso, perdeu seu aspecto de binômio, porque ficou reduzido ao café, que passou a sustentar tudo, na vida do Brasil.

Mas, a política da heveicultura não foi realizada, porque os homens responsáveis da região recusaram-se a compreender a política que devia ser realizada. Na região amazônica, é certo, houve sempre quem com-

preendesse que isso devia ser feito, mas nunca se passou ao campo da execução.

Em 1865, um alemão, chamado Franz Keller, que visitou a região (já nessa época falava-se na Madeira—Mamoré), impressionou-se com a maneira por que a sociedade se estava conduzindo. Era uma sociedade flutuante, movediça, que não se ligava à terra, que não permanecia presa a ela, que estava constantemente em mudança. Ele dizia: esta sociedade não pode dar civilização à região. E o processo de extração de borracha é negativo. Então, seria preciso modificar tudo. Imaginou, então, a agricultura, como empresa organizada, onde houvesse não apenas seringueiras, mas outras espécies, de alta rentabilidade econômica, e mais ainda outros elementos que permitissem a permanência da sociedade, inclusive com a formação de campos, onde houvesse gado, para produção de leite, carne, etc.

E ele dizia, nas suas considerações: ou o Governo do Brasil toma essa providência ou vai encontrar grandes dificuldades pela frente.

Começava a alta. A Europa e os Estados Unidos estavam com o seu mercado aberto e só havia o Brasil explorando a borracha. Então nós firmávamos os preços. Concluía o técnico: esses países vão reagir, criando suas áreas próprias de plantação. Mais ainda: chegará o momento em que, nas suas usinas, produzirão um sucedâneo. É o sintético. Isso em 1865 já dizia Franz Keller, mas ninguém ligou a menor importância às suas assertivas. Continuou-se a explorar, destruindo.

Veio a guerra. Os seringais estavam em decadência e o Governo apelou para uma série de providências, no sentido de ajudar os nossos aliados americanos, principalmente, que precisavam cada vez mais de borracha.

Houve, então, a famosa batalha da borracha, que se travou com a presença de nordestinos e de brasileiros de outras regiões, os quais foram lançados nos seringais, para a extração da borracha. Realmente, verificou-se, na época, uma recuperação. A produção de borracha tinha caído de 5 a 6 mil toneladas e, então, subiu para 32 mil. De sorte que foi um episódio admirável.

Muita gente diz: o rendimento foi pequeno. Mas, essa gente não conhece os problemas locais para vencer os rigores do meio. O rendimento, em verdade, foi altamente expressivo. E houve uma série de outras providências tomadas, inclusive a criação de uma organização para financiar a produção. Foi o Banco da Borracha, hoje Banco da Amazônia.

Esse Banco não foi muito bem recebido; há, hoje, em torno dele, um movimento de simpatia, mas, quando da sua criação, foi mal recebido, porque veio ferir de frente um sistema já tradicional.

Todo o empreendimento da Amazônia, inclusive a conquista do Acre, tinha sido realizado com o financiamento das casas aviadoras, que tinham suas frotas e que incentivaram a exploração dos seringais. O indivíduo se apresentava e obtinha o financiamento das casas aviadoras,

às quais entregava o produto. Elas funcionavam como casas bancárias. Toda a conquista da hinterlândia da Amazônia e todo o movimento de dinamização era realizado pelas casas aviadoras. Mas, essas casas aviadoras foram acusadas de realizar a exploração do homem, sua ganância era surpreendente, tinham permitido o avanço, a exploração, mas tiravam tudo.

E veio o Banco, sugestão norte-americana, no sentido de libertar o trabalho das regiões produtoras da presença dessas casas aviadoras. O Banco foi, evidentemente, mal recebido, porque ia pôr fim a esse sistema condenável de exploração.

Quando o governo americano, muito antes da guerra, pensou, em face das reações do Oriente em matéria de preço, em ficar auto-suficiente no tocante à borracha, uma grande comissão viajou para a África, esteve no Brasil, na Bolívia, na Colômbia, enfim, nas regiões produtoras de borracha, e fez um inquérito monumental sobre a questão.

Na parte brasileira, houve o trabalho de Inácio Avalone, trabalho muito bom, e se fez um inventário, um tanto rápido, a respeito do que havia plantado.

Existiam, realmente, em muito seringal, plantações; os proprietários mais esclarecidos tinham feito uma ou outra plantação. Mas, nada sistemático. Em vez da árvore plantada com rigor científico, com em Belterra, em Forlândia, eram fesseiras, árvores que pouco podiam produzir, que perdiam toda a sua capacidade de produção do látex. Avaliou-se a existência de 20 milhões de árvores plantadas, mas absolutamente inúteis, sem rentabilidade. Ford faz suas plantações. Era uma lição, que não foi seguida.

Em face da concorrência do Oriente, reuniu-se um congresso, em Manaus, para estudar as providências a tomar e pedir cooperação ao Governo. Este criou a chamada Superintendência da Defesa da Borracha. Mas, a Superintendência, depois de montada, com um plano gigantesco, que compreendia a valorização da região, pois se limitava à produção de borracha, mas, inclusive, o saneamento, etc., ao fim do seu primeiro ano de funcionamento, teve a surpresa de não encontrar, no Orçamento da República votado para o ano seguinte, um centil sequer para continuar funcionando. Foi extinta.

Veio a guerra, houve necessidade de recuperação dos seringais e eles foram recuperados. Mas, acabada a guerra, os seringais do Oriente voltaram a atender às necessidades da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, e a borracha brasileira não podia ser exportada, devido ao preço.

O Brasil não tinha parque industrial e a ordem era esta: desencorajar a produção da borracha.

Mas, o Brasil é surpreendente. Hoje, temos o maior parque de produção automobilística do mundo, com 16 fábricas, se não me engano.

A mesma coisa aconteceu com a borracha. Cerca de 400 fábricas trabalham em artefatos de borracha. Resultado: não temos borracha para satisfazer ao nosso parque industrial, que se criou para absorver

a produção brasileira e somos obrigados a importar o produto, porque o seringal nativo não está atendendo. O seringal plantado existe na região bragantina e no Território do Amapá, mas não está ainda em condições de produzir. Uma seringueira leva dez anos para um bom corte.

O Governo da República determinou que as fábricas de artefatos de borracha invertessem seus lucros em plantações de borracha, nas áreas ecológicamente indicadas, de modo que há, hoje, plantações em S. Paulo, Mato Grosso, na Bahia, etc. Há, ainda, plantações feitas por companhias paulistas, na região bragantina. Mas, é um começo. Essas plantações têm, no máximo, dois anos e levarão muito tempo para a extração do látex.

Existem, ainda, os projetos para a montagem das usinas, para fabricação de borracha sintética, que tem de ser caminho para solução.

De modo que o Brasil, em face de seu crescimento, produzirá borracha sintética, borracha natural e borracha plantada e, ainda, recorrerá ao Oriente, de lá importando a parte de que ainda carece.

No momento, o preço da borracha do Oriente é mais baixo do que a brasileira e, então, o Banco da Amazônia, que tem o monopólio do comércio do produto, faz as compras no exterior, a preço mais baixo, vendendo-o ao preço da nacional e obtendo com isso bom lucro. Dir-se-á: esse lucro não é do Banco, mas do Governo. O Ministério da Fazenda devia ir buscá-lo. Só o Ministro Oswaldo Aranha tentou fazer isso, mas criou um problema político muito sério e desistiu do assunto. De modo que a diferença fica incorporada aos lucros do Banco.

Mas, os preços da borracha do Oriente estão se elevando, de sorte que não há mais margem de lucro e cada vez cresce mais a soma de importações, porque a produção brasileira não está aumentando e o parque industrial cresce, havendo necessidade cada vez mais de borracha. Estamos importando quase tanto quanto produzimos e a situação se torna verdadeiramente difícil.

Quando estava à testa da Superintendência, determinei a criação de um grupo de trabalho, a fim de verificar por que processo seria possível ao seringal nativo produzir mais. E esse grupo de trabalho acaba de apresentar seus estudos, que aqui estão, com resultados interessantíssimos.

Dizem eles:

“Os testes foram realizados em 50 árvores, divididas em cinco grupos de dez árvores, sendo cada árvore sangrada vinte e cinco vezes, num período de 25 dias. Os dados obtidos nos permitem aconselhar, batendo velha tecla, a sangria da esquerda para a direita, que secciona maior número de vasos lactíferos e, por isso, dá, em idênticas condições de trabalho, maior quantidade de látex do que a sangria da direita para a esquerda.”

Este é o quadro da produção lactífera da Amazônia.

A HILÉIA AMAZÔNICA

Mas, a Amazônia é, hoje, um grave problema para o Brasil, devido à grande e muito séria pressão existente no mundo: há a pressão da matéria-prima, há as pressões da fome e há as pressões do crescimento das populações.

Isto é alarmante. As populações estão crescendo, principalmente no Oriente, na China, no Japão e na região da Indonésia. O Presidente Sukarno, quando aqui esteve, disse que, em 2.600 ilhas existem 80 milhões de habitantes.

O Prof. Castro Barreto, num artigo publicado na Revista de Estatística, chamou a atenção para esse quadro perigoso, que é o crescimento da população no mundo, população que cresce nas áreas onde não pode crescer, transformando-se em excedentes e criando problemas angustiantes.

Num livro, publicado há cerca de dois meses, o Prof. Salvy, o maior demógrafo do mundo, chamado — "De Malthus a Mao Tse Tung", diz que foi um escritor brasileiro, Josué de Castro, que chamou a atenção para a gravidade do problema.

Josué de Castro diz que as populações crescem dessa maneira e crescem nas áreas pobres e nessas áreas pobres, as populações, na angústia, estão pensando, um dia, num ajuste de contas com as populações que vivem em bem-estar e estão, nas zonas altamente industrializadas, no resto do mundo.

Em consequência, pode acontecer um desequilíbrio social no mundo, em virtude do desajuste. Essa população pode invadir os territórios das áreas de bem-estar. Mas, essas populações que vivem nas áreas de bem-estar não estão tranquilas porque sabem o que existe nas outras.

Então, o grande demógrafo está de acordo com Josué de Castro, neste ponto: existe o problema, só discordando quanto ao outro problema que ele expõe, isto é, que os que vivem nas áreas de bem-estar vivem bem e dormem bem. Não dormem bem, contesta ele.

Isso é para chamar a atenção de que o quadro é grave. No meu livro, assinalo uma série de dados, com base em informações bastante fidedignas, inclusive citando o caso da China, onde o problema do crescimento da população é cada vez mais angustiante.

Veio o regime comunista que afirmava, em cartazes, em propaganda de toda sorte, que a restrição da natalidade era problema dos países burgueses. Um ano depois, os comunistas sentiram o problema e viram que a situação estava ficando gravíssima. Então, adotaram a política dos países burgueses, começaram a política de limitação dos nascimentos.

Ao problema das populações em excesso na China se liga a solução dada com a invasão dos territórios vizinhos do Dalai Lama. Não foi uma conquista político-militar, mas uma conquista de espaço, tanto assim que depois os jornais noticiaram que houve verdadeiras marchas de famílias chinesas, que se transportaram para viver no território ocupado.

Surge, então, um problema: onde colocar os excedentes da Índia, da China, etc.?

Todos os demógrafos que estudam o problema dizem que há ainda grandes áreas de terra por ocupar. Essas áreas estão na Austrália e na América do Sul. Mas, os geógrafos australianos invalidam logo a teoria, dizendo que nem todas as terras do mundo podem ser ocupadas, porque há problemas ecológicos, há problemas criados pelas condições fisiográficas que impedem a ocupação desses territórios.

Como sabem, a Austrália é um território imenso, com população pequena, de 10 milhões de habitantes. Então, o espaço de que dispõe permite que se multiplique por 30 aquela população. Mas, os australianos são rigorosos na sua política racista, não admitem homens de cor e as populações em excesso no mundo são de cor.

Devemos, pois, pôr de lado a Austrália.

Vem a África. Mas, na África os territórios estão na sua fase de politização, reagindo às tendências colonialistas anteriores e não admitem a sua utilização por populações de outras regiões. Estão reagindo tremendamente.

Há um romancista inglês, que conta o seguinte episódio: um pastor protestante, que lidava com negros, dizia a um deles — "Meu medo é que os brancos não consigam um dia, senão muito tardiamente, criar um espaço no seu coração, para entender os homens de cor". Ao que lhe respondia o negro — "O senhor diz bem, porque, realmente, quando os brancos estiverem com esse espaço no coração, no coração dos negros só haverá espaço para o ódio".

E é o que está se criando.

Então, temos a América. E na América, infelizmente, todos os demógrafos, todos os homens de responsabilidade, que estudam o problema, só têm os olhos num ponto do mapa da América do Sul. É a Amazônia.

No meu livro, transcrevo opiniões de técnicos da mais alta categoria e todos dizem — "É a Amazônia brasileira, boliviana e colombiana que resolverá o problema". Não só a nossa, portanto, mas a nossa é a maior parte.

Diz essa literatura, que já está sendo lida aqui, que esse território está ocupado por soberanias em pleno vigor, mas que o problema das soberanias deve ser pôsto de lado, porque os interesses da humanidade devem ser colocados acima desses problemas de soberania. Os interesses da humanidade são de tal natureza, em face da gravidade da situação, que se tem de pôr isso de lado, achando-êles que os territórios devem ser ocupados, para produzir matéria-prima necessária à vitalização da indústria, e porque, inclusive, são espaços abertos, onde os homens que politicamente neles dominam não tiveram capacidade de realizar seu domínio permanente e total.

No último capítulo do meu livro, eu apresento todos esses quadros, e mostro a necessidade de o Brasil criar uma consciência da gravidade desses problemas da Amazônia.

Dirão: o Brasil criou a Superintendência da Valorização da Amazônia. Fui eu quem a instalou, quem teve os primeiros percalços, quem teve de enfrentar tudo que era contra.

Há, porém, um problema muito sério. Não é só a politização da entidade. É que, nem os governos estaduais, nem o próprio Governo Federal, tendo criado o órgão, tiveram consciência do que ele representa. Os Estados não pagam a contribuição a que são obrigados, pela Constituição e a União corta, anualmente, na carne, os recursos.

Foi feito um plano quinquenal, que entreguei ao Presidente Vargas, em 1954. (Peço licença aos senhores para não dizer a razão, que é muito grave). Mas S. Exa. mandou que o plano fosse submetido ao DASP. O plano tinha sido elaborado por técnicos nomeados por S. Exa.; no entanto, ficou ele, até fins de 1956, no DASP, sem parecer. Finalmente, foi mandado ao Congresso Nacional.

Há coisa de duas semanas, um Deputado pelo Território do Rio Branco, antigo membro da Comissão de Planejamento, ex-Governador do Território do Acre, denunciava à Nação que encontrara o plano, jogado na gaveta de um funcionário subalterno da Câmara. Tinha ele sido considerado perdido. Ora, dentro de um ano termina o prazo de sua aplicação.

Todos os anos, a Comissão de Planejamento organiza o orçamento, e procura organizá-lo na base do que foi planejado. Quando o orçamento chega à Presidência da República, é remetido ao DASP, que o altera, sem ter conhecimento dos problemas e quando chega ao Congresso Nacional, sofre as modificações de ordem política.

O Congresso é órgão político e atua em sentido político. A não ser que se tirasse do Congresso Nacional a competência para a votação do Orçamento discriminado do plano, não sei como evitar as alterações. A Lei diz que o orçamento deve ser na base de 3%, mínimo, da renda tributária da União. Todos os anos, a Contadoria-Geral da República comunica à Superintendência qual foi a renda do ano anterior, para efeito do cálculo. Mas, o Congresso, baseado em que a lei diz — "mínimo", aumenta os recursos, não considera a renda enquadrada no ano anterior e, sim, naquilo que imagina vai ser arrecadado. Não digo que duplique, mas dá um terço mais dos recursos. E o Governo Federal reage da seguinte maneira: não veta o orçamento, mas não o aplica. Faz pior: não o aplica apenas não executando aquele excesso, manda cortá-lo pela metade, inclusive no tocante ao programa estabelecido pela Comissão de Planejamento. Então, fica o orçamento reduzido a nada. Fica o órgão sem ter recursos e sofre a Superintendência e sofrem as autoridades dela integrantes toda sorte de ataques. Há erros, não resta dúvida, mas é por isso que digo que há necessidade de criar-se uma consciência brasileira e armar-se o órgão criado de recursos para que possa realizar aquela política que afaste os perigos.

A ocupação da Amazônia tem de ser feita, um dia, mas ocupação realizada pelo Brasil.

Quando deixei a Superintendência, havia um orçamento de 1.800 milhões de cruzeiros, mas o Governo Federal não tinha pago ainda 1 bilhão de cruzeiros. Deixei a Superintendência em dezembro e a verba constante do orçamento não tinha sido paga.

Não é, pois, possível atribuir-se só a erros e a falhas do órgão o que não se está fazendo. Há outros responsáveis. O Superintendente não merece confiança? Então, que seja substituído. Vençam-se as dificuldades políticas, porque há um perigo rondando a Amazônia. Está nas mãos do Brasil e de suas autoridades afastar esse perigo, através de uma ação pronta e objetiva.

Não sei se dei aos senhores uma idéia do que é a Amazônia, das suas condições e da gravidade de que se revestem seus problemas, mas penso que era o que eu podia transmitir.

COMPANHIA DE SUPERFOSFATOS E PRODUTOS QUÍMICOS

MATRIZ

RUA PEDRO LESSA, 35 — CONJUNTO 1008

Telefone: 52-3180

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIA

Rua Conselheiro Crispiniano, 398 — Conj. 1.101

Telefone: 35-5080

SÃO PAULO

FÁBRICA

Av. Alberto Soares Sampaio, s/n.

Telefone: 44-1711 (Sto. André)

CAPUAVA (Mun. de Mauá)

Ácido sulfúrico

Superfosfato de cálcio

Hipossulfito de sódio

Bissulfito de sódio

Metabissulfito de sódio

Produtos Químicos em geral

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — QUERELA CÉLEBRE

Gen. JOAO PEREIRA DE OLIVEIRA

Pouco fazia, ainda, que o Coronel Tomás Thompson Flores se havia investido, interinamente, no comando do 6º Distrito Militar, no Rio Grande do Sul, quando lhe endereçou o Coronel Carlos Maria da Silva Teles, comandante do 31º Batalhão de Infantaria e Guarnição de Bagé, um telegrama, em que lhe solicitava permissão para ir à metrópole gaúcha. Era isso em 1896, e em junho.

Deferida a solicitação em 28 desse mesmo mês, entrou o Coronel Teles a preparar-se para a partida. Só iria fazê-lo, porém, em 1 de julho subsequente, após haver aposto a sua assinatura em todos os papéis mensais do Corpo de seu comando, quando, em 30 de junho, lhe foi entregue, com espanto seu, um telegrama do Coronel Flores, em que este lhe determinava que sobrestivesse o embarque e aguardasse novas ordens ali, na Guarnição.

De começo, não pôde o Coronel Teles atinar com qualquer motivo para a nova decisão do Coronel Flores. Não tardou, contudo, em sabê-lo, com a informação, que teve, de que este, no dia 7 de julho, chegaria a Bagé.

E, efetivamente, o fez.

Recebido, então, com tôdas as honras militares que lhe cabiam, na estação ferroviária daquela simpática cidade rio-grandense, dirigiu-se o Coronel Flores, acompanhado, não só do bravo Coronel Teles, senão também de toda a oficialidade da Guarnição, para o Quartel-General, onde lhe foi comunicado que, no dia subsequente, se deviam realizar as exéquias em homenagem à memória do Marechal Floriano Peixoto, e, ainda, que, para isso, formariam todos os corpos da Guarnição.

Nesse momento, o Coronel Flores não pôs a menor dúvida em dar a mais irrestrita aprovação ao programa das solenidades. Quando, porém, no dia 8, os corpos se encaminhavam para o local previamente escolhido para a formatura, foram mandados regressar a quar-

téis, de ordem do próprio Coronel Flores, por ser êle, agora, de opinião que as homenagens militares eram absolutamente aberrantes do caráter religioso das exéquias.

Ficaram, assim, sem o brilho da participação dos corpos, ali sediados, as justas homenagens que se iam prestar à memória do insigne soldado, consolidador da República. Realizaram-se, apenas, as exéquias, durante as quais, com estupefação geral, entendeu o Coronel Flores de discorrer, longa e fastidiosamente, acêrca da Pátria, do Dever, da Lei e da República, e muito pouco sôbre os motivos que as determinara.

Aos 13 do mês de julho, o Coronel Flores fazia público, no art. 4º de sua Ordem do Dia daquela data, que os corpos da Guarnição (17º Batalhão de Infantaria, do Major Afonso Alves de Moraes, 31º, igualmente de Infantaria, como vimos, do Coronel Teles, 6º Regimento de Cavalaria, do Major Bráulio de Oliveira Brandão, e 4º Regimento de Artilharia, do Tenente-Coronel Miguel de Oliveira Paes) deviam formar no imediato, 14, sob o comando do Coronel Teles, em comemoração à data da tomada da Bastilha, cabendo à artilharia dar as salvas regulamentares, e, no art. 7º, que o comandante do 31º punisse o Soldado Luiz Antônio de França, bagageiro de um oficial, por ter sido encontrado de tamancos, em uma das ruas da localidade.

Logo que tomou conhecimento do que dispunha, em sua Ordem do Dia de 13, o Coronel Flores, o Coronel Teles enviou-lhe, imediatamente, um officio, em que lhe solicitava dispensa da formatura, por não poder montar, e, sôbre comunicar-lhe haver punido com cinco dias de prisão o Soldado França, ainda lhe esclarecia não ter procedido com mais rigor, por estar, de alguma sorte, justificada a falta daquela praça, com o atraso de fornecimentos, por parte do Arsenal, que, só no ano de 1893, ficou em dívida, com o Batalhão, de 1.397 pares de botinas, decorrendo daí a obrigação de comprarem, as praças, calçado, do próprio bôlso, para o serviço. Quanto ao fato de ser bagageiro o Soldado França, esclarecia êle constituir aquilo concessão dispensada aos poucos oficiais que conservavam, ainda, os cavalos com que haviam tomada parte na sanguinosa campanha de 1893.

O intento, porém, do Coronel Flores era, positivamente, desacreditar o Coronel Teles. De feição que, não obstante tratar-se de camarada de patente igual, e, ademais disso, coberto de glórias pelos muitos feitos, officiou-lhe, no mesmo dia, determinando-lhe que, em vista de não poder cumprir uma ordem emanada de sua autoridade, enviasse parte de doente.

Ora, o Coronel Teles não era homem que se submetesse a abusos de quem quer que fôsse. Assim, respondeu, de pronto, que, conquanto não pudesse montar a cavalo naquele dia, achava que não era isso motivo para que desse parte de doente, consoante o desejo do Coronel Flores.

Que fez êste, então? Levado de seu temperamento reconhecida-mente tempestuoso, às 22 horas, ainda de 14, baixou uma Ordem do

Dia em que, além de repreender o Coronel Teles, pelo caso do Soldado França, prendia-o por vinte e quatro horas, por não haver dado parte de doente, e, mais, destituía-o do comando, que seria, de imediato, assumido pelo Major João Pacheco de Assis.

Lida a Ordem do Dia do Coronel Flores, o Coronel Teles sentiu-se, naturalmente, ferido nos seus melindres. Não perdeu, porém, aquela admirável serenidade que, a par de sua leonina bravura, tanto o elevava aos olhos dos camaradas. Limitou-se a enviar, ao Coronel Flores, aos 15, um ofício em que lhe dizia não lhe ser possível sujeitar-se ao determinado naquela Ordem do Dia, porquanto criava ela um precedente que iria derrocar tôdas as prerrogativas das mais altas patentes do Exército, as quais ficariam completamente anuladas e desmoralizadas perante seus comandados, com prejuízo do crédito e dignidade do mesmo Exército, em que ambos serviam no mesmo posto, e, ainda, que não exercia simplesmente o comando de corpo, mas também de guarnição, do qual se achava afastado, apenas, temporariamente.

A resposta a êsse ofício do Coronel Teles, não se fêz esperar, por parte do Coronel Flores. Na mesma data de 15, baixava êle a Ordem do Dia n. 5, em que **declarando solenemente** o Coronel Teles **desobediente aos regulamentos militares e fora da lei**, o mandava submeter a conselho de investigação, e tornava o Major João Pacheco de Assis responsável pelo comando do 31º de Infantaria.

O Coronel Teles, também, foi pronto em sua réplica às violências do Coronel Flores. Tanto que recebeu a sua Ordem do Dia, remeteu-lhe um ofício, cientificando-o de que deixava de dar execução ao que se continha nela, pelos motivos que expendera no ofício de 15. E não ficou só nisso. Enquanto se dirigia ao Coronel Flores, telegrafava, também, ao ajudante-general, comunicando-lhe o que se estava passando na Guarnição, atribuindo o conflito ao estado enfermício do comandante do Distrito e garantindo que a ordem não seria perturbada, custasse o que custasse.

Era essa, pois, a situação, quando, na Ordem do Dia do corpo de seu comando, o 31º de Infantaria, para 17, determinou o Coronel Teles que o Batalhão estivesse formado às 13 horas daquele dia, para exercício, e, ao mesmo tempo, disso fêz sabedor, como lhe cumpria, o Coronel Flores.

Desgraçadamente, ia constituir o exercício mais um pretexto para que o Coronel Flores desse expansão às explosões de seu costumeiro arrebatamento.

Realmente, quando, pouco depois das 12 horas, ecoou no espaço, o estrídim e festivo, o toque de **aprontar**, dirigiu-se êle para o Quartel-General, junto ao do 31º de Infantaria, e, mal o corneteiro de dia deu o segundo toque de formatura, mandou que o seu, de ordens, desse o de **anular**. Este, porém, não foi repetido pela banda do 31º, e o Batalhão formou.

Ainda mais: assim que o corpo estava em linha, para receber a Bandeira, êle, que se achava, então, cercado de vários oficiais das outras unidades da Guarnição, não vacilou em aventar a idéia de se apoderarem dela, com estas palavras, proferidas em tom colérico: "Batalhão rebelde não pode ter Bandeira da República".

Afortunadamente, a sua triste idéia não encontrou eco na officialidade ali presente. E, dessarte, êle não falou mais no assunto, e ficou a assistir, aparentemente calmo, a tôdas as evoluções que se realizaram.

Findas estas, ordenou o Coronel Teles ao respectivo ajudante, Alferes João Carlos Oestreich, que se fôsse a êle, Coronel Flores, para receber quaisquer determinações suas. Êste, porém, limitou-se a perguntar ao mencionado alferes a quem reconhecia por comandante do Batalhão. E como lhe respondesse, naturalmente, o Alferes Oestreich: "Ao Sr. Coronel Carlos Maria da Silva Teles", o Coronel Flores, não se contendo, bradou, verdadeiramente encolerizado: "Rebelde e insubordinado, retire-se! Está prêso".

O Alferes Oestreich retirou-se, então, para o ponto onde estacionava o Coronel Teles, e, depois de comunicar-lhe o que ouvira do Coronel Flores, fê-lo ciente de que fôra prêso. O Coronel Teles, porém, como se nada tivesse ouvido de seu ajudante sobre a prisão, ordenou-lhe que fôsse ocupar o respectivo pôsto na formatura.

No dia 17, recebeu o Coronel Teles um telegrama do ajudante-general em que êste lhe dava ciência de que ia ser chamado à capital. Poucas horas depois, com efeito, o Coronel Flores mandava comunicar-lhe que tivera ordem de fazê-lo embarcar para ali, e que, com êsse fim, já estava um trem expresso à sua disposição. A hora do embarque seria às 12.

A essa comunicação, respondeu o Coronel Teles que agradecia a honra do trem expresso, coisa de que nunca se utilizara, nem mesmo quando comandou a Divisão do Sul, e, a isso, acrescentava logo que a sua viagem seria levada a efeito pelo trem comum, mas não o seria senão na segunda-feira, 20.

Tomada essa resolução, no domingo, 19, pela manhã, transmitiu o Coronel Teles, o comando do Batalhão ao respectivo fiscal, Major Pacheco de Assis, e mandou pedir, ao Coronel Flores, passe para si e para a ordenança. O Coronel Flores, porém, lastimavelmente, não enviou senão um: o dêle, Coronel Teles.

A intenção do Coronel Flores era sempre a mesma que acariciava desde o começo: desmoralizar o Coronel Teles, como se êste não fôsse a própria personificação do pundonor e do desassombro. De feito que tudo isso, que já era muito, não lhe bastava para o fim em mira. Era preciso mais. Era necessário um documento que atestasse à sociedade o seu poder. Êsse documento, entretanto, não devia ser conhecido do Coronel Teles senão quando já êle se achasse distante da Guarnição. Publicou, assim, às 24 horas de 19, a Ordem do Dia n. 6, em que, referindo-se ao Coronel Teles como ao mais desprezível dos

militares, além de repreender o Major João Pacheco de Assis e o Alferes Oestreich, passava o comando do 31º de Infantaria ao Capitão José Laureano da Costa, mas não a distribuiu. Esperava, primeiro, o embarque do Coronel Teles. Chegando, porém, ao conhecimento dêste, às 3 horas de 20, o teor dessa Ordem do Dia do Coronel Flores, êle não teve dúvida de que se ia desencadear na guarnição, e particularmente no 31º de Infantaria, a mais violenta perseguição contra todos os oficiais e praças, desde o major, que o não forcara a passar-lhe o comando, até ao corneteiro, que não repetira o toque de **anular**. E, exatamente, por estar nessa convicção, e medindo, por outro lado, os perigos que adviriam, para a cidade, dos excessos do Coronel Flores, não pensou mais: assumiu novamente o comando do corpo, comunicou ao Governo, por telegrama, a decisão que acabava de adotar e ordenou ao ajudante, malgrado ser ainda de madrugada, que fôsse dar conhecimento ao Coronel Flores dessa resolução, e de que, portanto, já não viajaria, naquela data, para a capital. E o Alferes João Carlos Oestreich realmente foi; mas não voltou, porque o Coronel Flores fê-lo conduzir prêso, por seu ajudante, ao quartel do 6º Regimento de Cavalaria. Era o segundo oficial prêso por ordem sua. O outro era o Major João Pacheco de Assis, que se achava recolhido ao 17º de Infantaria.

Prêso o Alferes João Carlos Oestreich, convocou o Coronel Flores, imediatamente, os comandantes de corpos, para expor-lhes a situação. Entre êles, estava o Capitão José Laureano da Costa, pelo 31º, em que pése a não se achar o corpo sob seu comando, em virtude da resolução já referida do Coronel Teles.

Essa conferência teve início cedo. Mas só terminou às 13 horas daquele dia, 20, e isso mesmo por falta de conferentes, pois se foram todos retirando, um a um, com pretextos vários.

Foi, exatamente, nela, que pôde o Coronel Flores aquilatar à justa quanto era instável a sua posição ali. E mais certo ficou êle disso, quando, poucas horas depois, recebia ordem, do ajudante-general, para pôr em liberdade o Major João Pacheco de Assis e o Alferes João Carlos Oestreich, que, aliás, já se encontravam soltos.

Nesse mesmo dia da reunião, dirigiu o Coronel Teles um offício ao Coronel Flores, em que, sobre confirmar a comunicação verbal de que não mais viajaria para Porto Alegre, declarava que, tanto êle, quanto os seus oficiais e praças, não eram rebeldes, nem estavam fora da lei; que acatavam a sua pessoa, dêle, Coronel Flores, e recebiam e cumpriam tôdas as suas ordens, dadas dentro dos limites da lei, mas não podiam deixar de lamentar que uma exigência fútil de S. S. desse lugar aos boatos espalhados; e que, por fim, era de considerar-se o juízo que não fariam da República e do Exército Brasileiro, o país e as nações estrangeiras, quando soubessem que, pelo fato de um coronel não poder montar a cavalo para comandar uma parada, uma autoridade superior agitara uma questão que abalava o crédito do país, determinando a baixa dos fundos em Londres.

E como, de tudo quanto se passava ali, ia o Coronel Teles informando o Governo — e garantindo sempre que a ordem não seria alterada, custasse o que custasse — o Governo resolveu, afinal, em face da gravidade da situação, nomear comandante do 8º Distrito Militar o General-de-Brigada Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, o qual, sem perda de tempo, embarcou para o Rio Grande, onde se investiu no cargo, em 3 de agosto.

Em consequência dessa medida inadiável e criteriosa, teve, naturalmente, o Coronel Flores, amargurado, embora, de retornar à capital do Estado, sendo-lhe, entretanto, de ordem do Coronel Teles, prestadas, à partida, por uma brigada das três armas, sob o comando do Major Afonso Alves de Moraes, as honras militares a que fazia jus.

Terminava, assim, aquêlê grave incidente, que tanto deu que falar, entre dois dos mais eminentes chefes de nosso Exército.

Ninguém, com efeito, poderá negar, tanto ao Coronel Teles, quanto ao Coronel Flores, virtudes e qualidades, que sobreposse, ainda hoje, os recomendam à admiração geral. Além de verdadeiramente amantes de sua classe, eram ambos, reconhecidamente, pundonorosos, leais, honrados e, acima de tudo, extremamente bravos, conforme o evidenciaram em ocasiões diversas. É de deplorar-se, apenas, que ao Coronel Flores faltasse uma das qualidades mais apreciáveis em qualquer chefe: a serenidade de ânimo. Porque, dela, dessa carência de serenidade, precisamente, é que se gerou essa célebre querela entre êle e o Coronel Teles, cujas consequências haviam de ser, por certo, de proporções inimagináveis, se êste, também, se desmandasse nos seus revides.



II — AS EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS

SEU ASPECTO MARCIAL

Apreciação do Gen ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

Sobre o livro recentemente editado pelo ilustre Gen Tristão de Alencar Araripe, Presidente do Superior Tribunal Militar, assim se manifestou o preclaro escritor militar General Estevão Leitão de Carvalho, em carta:

"Rio de Janeiro, 18 de julho de 1960.

Meu caro General Araripe.

Acabei de ler, com emoção e entusiasmo, seu magnífico trabalho "Expedições Militares contra Canudos", preito de homenagem ao nosso Exército e reivindicação histórica de reconhecimento à bravura, abnegação e lealdade, de que deram exuberantes provas, chefes e subordinados, naquela tremenda luta em defesa da legalidade.

"Seu Aspecto Marcial", juntou Você ao título do livro, para mostrar que era um estudo de profissional às diferentes fases da campanha. Estudo realizado, pela primeira vez, depois de decorridos 63 anos de apreciações leigas e de julgamentos tendenciosos, que tanto influenciaram a opinião pública e diminuíram o glorioso esforço dos nossos camaradas aos olhos do próprio Exército.

Sem literatura, mas com a verdade, Você expõe as causas imediatas da grande tragédia e como foi mal apreciada, pelas autoridades responsáveis, a gravidade da rebelião e mal estimada a maneira de debelá-las, acarretando esse erro de apreciação o sucessivo malôgro das primeiras expedições enviadas contra os jagunços.

Mas, o que mais surpreende, mesmo a mim, que presumo conhecer a tática em vigor nos grandes exércitos da época, é o respeito aos princípios a que obedecia o emprêgo da tropa no combate, de que deram constantes provas os chefes da terceira expedição e da quarta, procurando adaptá-los às condições especiais do terreno e à maneira de

agir do inimigo, não obstante as faltas graves no serviço de abastecimento e a ausência de cartas topográficas que orientassem as operações.

Ficou, assim, provado terem procedido com acêrto, os comandantes de Brigada e de corpos, malgrado as dificuldades da luta.

Você lembrou, com oportunidade e sabedoria, que, naquele tempo, era desonra acobertar-se o soldado com o terreno, na marcha para o combate, que não consistia propriamente no emprêgo do fogo, mas no choque a arma branca — a carga de baioneta — com que se atacava o inimigo, para vencê-lo. Daí, a extraordinária mortandade de oficiais de todos os postos, inclusive chefes, comandantes de brigada e de batalhões, que se deixavam matar pelos jagunços, como homens de honra, no cumprimento do dever, servindo de exemplo aos soldados, cujo heroísmo nunca é demais salientar.

É essa característica da luta que eleva os nossos combatentes a um plano admirável, como soldados do dever, patriotas convencidos de que defendiam as instituições republicanas, agindo, portanto, na luta, sob o impulso de nobres sentimentos, destemerosos da morte, que me comoveu e entusiasmou. Mas ao mesmo tempo me revoltou o espírito a lembrança da injustiça com que foram até hoje tratados aquêles heróicos defensores da legalidade, expostos ao despreço público, através de mentiras tendenciosas, enquanto se elogiava, como se fôsem virtudes militares ou manifestações de patriotismo, a' crueza feroz e inconsciente dos jagunços.

Seu livro é uma reparação a êsse falso julgamento, pondo sob os olhos do leitor os fatos e os acontecimentos, narrados por aquêles que nêles tomaram parte e que não escreveram inspirados pela vaidade literária, mas para a família militar e para a história, em linguagem, às vezes, rude, mas de que ressalta a verdade a cada frase.

Mas a reparação que a memória daqueles bravos requer e a honra do Exército exige, é a ereção de um monumento, em que se perpetuem, para orgulho da geração presente e educação das gerações vindouras, a bravura, o patriotismo, a abnegação com que, no sertão longínquo, sem platéia, sem aplausos, sem sinais de gratidão, chefes e soldados morreram em holocausto à manutenção das instituições republicanas, da ordem e da lei.

Receba, meu caro amigo, minhas vibrantes felicitações por seu valioso trabalho, em que se sente a grandeza de seu coração de soldado.

(as) General ESTEVAO LEITÃO DE CARVALHO

ASSUNTOS DIVERSOS

I — DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

Nos países-satélites da URSS, como a Romênia, a Hungria e a Tcheco-Eslováquia, há muita gente que não gosta dos métodos comunistas de controle do pensamento. É recomendado ao povo que siga a linha de idéias do Partido e, raramente, lhe é permitido ler ou ouvir notícias do mundo exterior, que não estejam censuradas. Sabemos que numa democracia os cidadãos têm liberdade de pensar independentemente da ideologia do Partido dominante; em contraste, numa ditadura, os governantes insistem num rígido controle das idéias. Os cidadãos tem que obedecer cegamente, sem ponderar sobre o acerto ou não dos ditadores. Este tipo de controle estrito foi adotado na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Hoje em dia, existe com a mesma força na URSS e nos demais países de governo comunista, conforme podemos depreender da leitura do artigo que segue.

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Coronel, Diretor-Secretário

4ª PARTE — A PROPAGANDA COMUNISTA

No presente artigo, 4ª Parte de nosso trabalho, encontraremos respostas às seguintes perguntas:

- 1 — Por que os governos comunistas não permitem que o povo pense por si mesmo?

- 2 — O que querem os comunistas dizer com a expressão “*novo homem soviético*”?
- 3 — Por que as escolas soviéticas dedicam tanto tempo de seus estudos à propaganda?
- 4 — O que acontece com os cientistas, artistas e escritores soviéticos que se recusam a seguir a linha do Partido?

A) O CONCEITO COMUNISTA DE LIDERANÇA

1 — O lema “Serrar de Cima” é aceito pelos comunistas

Em todos os países governados por comunistas a liderança é exercida implacavelmente e, muitas vezes com brutalidade. Os líderes são considerados indivíduos de uma classe de escol, isto é, uma classe superior, cujos membros têm direito a privilégios especiais. Esses líderes afirmam que as pessoas comuns são demasiado ignorantes, preguiçosas ou medrosas para compreender os problemas do Estado, e, como consequência, devem ser conduzidas.

Uma das razões pelas quais Vladimir Lenine tornou-se líder supremo do bolchevismo, foi sua tenacidade em difundir a idéia de que um líder deve ser obedecido sem restrições. Em 1902 afirmava:

“Sem uma dezena de líderes experimentados e inteligentes, preparados profissionalmente, educados por longa experiência e trabalhando em perfeita harmonia, nenhuma classe, na sociedade moderna, é capaz de levar avante determinada luta.”

Stálin, similarmente, ressaltou a necessidade de líderes fortes, afirmando que:

“as massas desejam ser dirigidas e procuram uma liderança firme.”

Esses dois ditadores comunistas, ambos poderosos, estavam sempre repetindo que a vanguarda ou liderança das massas é o Partido Comunista, e que a vanguarda do Partido é constituída pela nata dos líderes do cume do “*Presidium*” do Partido.

Após a revolução bolchevista de 1917, a liderança do Partido configurou-se no *Polítburo* ou Divisão Política. Somente em 1952 esta organização partidária tomou o nome de *Presidium*. No início da revolução o Partido Comunista alistava somente 90.000 membros numa população de 140 milhões. Por volta de 1956 elevou-se a 7 milhões e pouco, para uma população de 200 milhões. Entretanto, a liderança de cume jamais ultrapassou cerca de uma dúzia de homens sob a orientação de um único ditador.

2 — Os comunistas têm que seguir a linha do partido

Lenine acreditava na “disciplina de ferro”. Em uma carta a respeito de um membro do Partido que desobedeceu às ordens dêste, escreveu:

“Se o camarada Ulrikh não aprender, deverá ser substituído. Nossa tarefa é fazer com que os comissários do povo aprendam devidamente, confinando nas prisões, ou eliminando, os administradores negligentes.”

“Administradores negligentes”, no conceito de Lenine, eram os comunistas que não tivessem seguido a *linha do Partido* e recusado estrita obediência às ordens emanadas dos “líderes de cume”.

A *linha do Partido* Comunista representa o ponto de vista oficial ou político do *Presidium* ou da liderança de cume. Essa política é difundida na URSS e nos países estrangeiros, como ordens que os membros do Partido devem seguir. Por exemplo, durante a Guerra da Coréia, muitos soldados comunistas morreram devido a moléstias que unidades médicas comunistas, mal treinadas e mal equipadas, não puderam debelar. Os ditadores soviéticos resolveram tirar partido da situação, acusando os países ocidentais, particularmente os EUA, de estarem lançando mão de agentes bacteriológicos. Ordens de propaganda (*linha do Partido* para os seus membros) e de agitação (*linha do Partido* para as massas), foram transmitidas de Moscou, para conhecimento dos comunistas militantes em todos os países, através de agentes e do “Pravda”, jornal soviético. Assim, tão depressa a falsa história de guerra bacteriológica se transformou em *linha do Partido*, jornais e estações de rádio comunistas encarregaram-se de lhe dar ampla difusão. Tão convincente eram as afirmativas, que muitos dos combatentes das Nações Unidas na Coréia chegaram a duvidar qual dos dois lados a verdade. Para reforçar suas falsas acusações, os comunistas publicaram, com destaque, notícias referentes a um imaginário centro de guerra bacteriológica nos EUA.

Outro exemplo de como atua a *linha do Partido* é a carta de Lenine, já citada, condenando o camarada Ulrikh. A referida carta transformou-se em política da *linha do Partido*, orientando como lidar com os comunistas que se recusavam a cumprir ordens. Ainda outro exemplo está nas ordens de Stálin, em 1947, renovadas em 1950, para incremento da propaganda daquilo que os ditadores comunistas batizaram de “*Coexistência Pacífica*”. Stálin ordenou a todos os comunistas do mundo que tentassem persuadir a humanidade de que os soviéticos desejam a paz. É claro que os líderes bolchevistas não ignoravam que, ao mesmo tempo que pregava a “*Coexistência Pacífica*”, continuava Moscou a instigar a guerra na Coréia e na Indochina.

Outra modificação espetacular na *linha do Partido* foi a que se verificou em fevereiro de 1956, quando o *Presidium* decidiu desacreditar Stálin, o ditador morto em 1953. Num discurso memorável, pronunciado

perante o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, Kruschov acusou de muitos crimes o falecido ditador e instruiu os Partidos Comunistas de todo o mundo para que denunciassem o "*Culto de Stálin*". Veremos em outro artigo desta série como o atual ditador procurou desculpar sua parte na opressão do povo, acusando e condenando Stálin. Os líderes do Partido nos diferentes países não ignoravam que todos os membros do *Presidium* haviam sido agente de Stálin e, como tal, o haviam ajudado na perpetração de seus crimes. Não obstante, quase todos eles seguiram obedientemente a nova direttriz, sem fazer perguntas.

3 — Os "desvios" são punidos com severidade

A disciplina de ferro, de Lenine, prega irrestrita obediência à linha do Partido. Qualquer pensamento ou ação independente é considerado como "desvio". Um indivíduo que comete um "desvio" pode ser prêso e condenado à morte, ou confinado em um campo de trabalhos forçados.

Os membros do Partido, que se acham fora do país, e cometem "desvios" são normalmente recambiados para a União Soviética onde são punidos. Quem se recusa a voltar pode ser raptado ou assassinado. Em 1948, por exemplo, a Senhora Kasenkina, professora russa que trabalhava no Consulado Soviético de Nova York, recebeu ordens de regresso a Moscou. Apavorada, ela procurou esconder-se em casa de amigos. Agentes russos conseguiram raptá-la, em flagrante desrespeito às leis americanas. A Senhora Kasenkina conseguiu, finalmente, escapar, se atirando por uma janela do 3º andar do Consulado Soviético, onde havia sido encarcerada. Membros condenados do Partido, que conseguem fugir para o exterior, são freqüentemente assassinados. Em 1940, Trotzky, ex-líder comunista, foi assassinado no México. O assassino era, provavelmente, um dos agentes de Stálin.

Todos os habitantes da União Soviética devem seguir a linha do Partido. As crianças é ensinado como espionar seus pais e dar parte de "desvios"; os camponeses que se recusam a abandonar suas terras e ir trabalhar nas fazendas coletivas, podem ser mortos ou enviados para um campo de trabalhos forçados. Os líderes não permitem idéias próprias na URSS. Eles dizem ao povo o que devem pensar.

Após a degradação de Stálin, em 1956, o *Kremlin* permitiu que alguns Partidos Comunistas de países estrangeiros se afastassem um pouco da linha do Partido. Isto foi particularmente verdadeiro na Polónia. Também quando o *Kremlin* e o Marechal Tito se reconciliaram, em 1956, Kruschov e Bulganin admitiram que o Partido Comunista Iugoslavo não tinha, necessariamente, que seguir a política do Partido e que, na verdade, poderia haver mais de um caminho para conduzir ao Comunismo. Foi depois do levante húngaro contra o governo comunista da Hungria que os ditadores soviéticos "endureceram" sua atitude com relação aos países satélites. Nunca mais se ouviu falar em diferentes

caminhos conduzindo ao Comunismo. Os sorrisos para Tito se transformaram em franzir de cenhos e palavras rudes, pois ele ousara criticar algumas diretrizes do Partido. Cada vez mais, os governantes soviéticos, apoiados pela China Vermelha, insistem numa linha única.

4 — As punições em massa são comuns

De tempos a tempos os ditadores soviéticos levam a cabo as "purgas" ou seja julgamentos e condenação em massa, destinados a eliminar membros do Partido e outras pessoas suspeitas de deslealdade.

A não ser que um membro siga a linha "justa" cega e irrestritamente, não é considerado um bom comunista.

Na grande "purga" de 1934 a 1938, Stálin se propôs a destruir seus competidores, os denominados "inimigos do povo". Por intermédio de brutais torturas seus agentes forçaram muitos líderes comunistas leais a "confessar" crimes que não haviam cometido, tais como "complots" imaginários para assassinar Stálin, iniciar revoltas ou entrar em entendimentos com as potências estrangeiras para a invasão da URSS. Para Stálin o verdadeiro "crime" desses homens fora sua ousadia em se opor ou discordar da *linha do Partido*. O terrorismo em massa seguiu-se ao assassinato dos principais líderes e a "purga" de Stálin envolveu milhares de outros dirigentes de menos categoria em todas as partes da União Soviética.

A concepção partidária de governo na URSS dá ao *Presidium* controle absoluto. Stálin, em uma ocasião, jactou-se a um grupo de estudantes, de que nenhuma organização importante soviética chega a uma decisão de vulto sem ser orientada pelo Partido.

B) A EDUCAÇÃO DO "NOVO HOMEM" SOVIÉTICO

1 — O "novo homem" é o objetivo da educação

O Comunismo dedica grande atenção à educação em massa. Lenine, numa ocasião, afirmou:

"A escola deve transformar-se em uma arma a serviço da ditadura do proletariado."

Mas Lenine não limitou às escolas a educação em massa. O sistema soviético de propaganda e difusão inclui jornais, revistas, rádio, teatro, cinema, literatura, museus, e até mesmo esportes.

O "*Bolchevik*", revista oficial, afirma que a educação pela propaganda é a melhor maneira que o "Estado Soviético tem para determinar o comportamento e as atividades dos cidadãos".

No seu relatório ao XX Congresso do PC, em 1956, Kruschov declarou que a missão do Partido é:

"... educar a massa de trabalhadores, de milhões de indivíduos, no espírito do patriotismo soviético e do internacionalismo proletário, e fazê-los cerrar fileiras ainda mais intimamente em torno de nosso glorioso Partido e do invencível estandarte do Marxismo-leninismo."

O sistema educacional da Rússia Soviética destina-se a desenvolver o que os escritores comunistas denominam "*novo homem soviético*", isto é, um autômato, um homem mecânico, sem idéias próprias ou liberdade. É um trabalhador que deve agir de acordo com as ordens do Partido, devendo acreditar na linha justa e segui-la, ainda que esta varie de um mês para o outro.

Após a revolução bolchevista de 1917, as novas escolas da URSS adotaram a orientação de Stálin, segundo a qual, "as massas aprendem por experiência própria". Esse sistema, entretanto, não alcançou seu objetivo de criação do "novo homem" e por isso foi modificado o sistema. A disciplina tornou-se rígida. As escolas públicas, denominadas "escolas do povo", começaram a concentrar-se no tipo de trabalho que os rapazes e moças executariam, quando terminassem o curso. As escolas também deram ênfase à obediência à "linha justa".

2 — A educação é importante para os comunistas

Já em 1903, Lenine dizia que a revolução vindoura proporcionaria educação livre e obrigatória para todas as crianças até os 16 anos de idade. As crianças pobres seriam educadas inteiramente às expensas do Estado, que forneceria alimentação, vestuário e alojamento. Lenine voltou a repetir a promessa quando da revolução de 1917, pois, além do mais, os ditadores desejavam que todos fossem suscetíveis, desde cedo, à propaganda comunista. Por isso começaram desde logo a proporcionar a educação compulsória durante cerca de dez anos escolares. Em 1930, a "escola do povo" se compunha de três ramos: um primário de 4 anos, um secundário de 3 anos e um complementar, também de 3 anos; os dois primeiros eram chamados "escola média". O sistema difundiu-se rapidamente pelas cidades, mas muito lentamente no interior. Além dessas escolas do povo há mais um período variável de dois a seis anos de educação nas escolas técnicas e universidades, para jovens selecionados.

Em 1940 foi introduzido o pagamento de taxas nas escolas complementares e técnicas e nas universidades. Essas taxas impediam que os filhos de famílias pobres obtivessem educação superior, a menos que conseguissem bolsas escolares, e, assim mesmo, não eram bem recebidos,

Em 1956, foi noticiado que o Sexto Plano Quinquenal eliminaria as taxas, mas os entendidos nos problemas soviéticos crêem que isto teve por finalidade a obtenção de engenheiros, cientistas e técnicos, cuja necessidade é premente, e não a democratização do ensino.

Na verdade, o Partido Comunista melhorou grandemente as instalações escolares, principalmente nas cidades, onde há muitas escolas novas e bem equipadas. Infelizmente, este progresso tem visado, principalmente, à doutrinação dos estudantes. O próprio Stálin confessou, de uma feita, ao escritor inglês H. G. Wells, que "a educação é uma arma cujo efeito depende de quem a porta e daquilo a que se destina".

Os comunistas sempre insistiram em declarar que as escolas, nas democracias capitalistas, existem, precipuamente, para a propagação das diferenças de classes e de raças. Desde o início do comunismo, as escolas têm sido utilizadas para ensinar aos estudantes irrestrita lealdade ao Partido e ódio às democracias.

3 — A educação nas escolas soviéticas se concentra em propaganda

George S. Counts, num estudo cuidadoso sobre as escolas soviéticas, publicado em 1957, sob o título de "Desafio da Educação Soviética", revelou o quanto da educação comunista é devotado à falsa propaganda. Todas as leituras e todos os textos de História usados nas "escolas do povo" tinham como objetivo fazer com que os estudantes vissem em Stálin a personificação de todas as virtudes e desejassem criar-se à sua imagem. Por essa razão, quando Stálin passou a ser execrado pelos senhores da URSS, os livros escolares tiveram seus textos rapidamente revistos a fim de se adaptar à nova "linha do Partido".

Muitos dos livros soviéticos descrevem a situação de "escravidão" e "miséria" nos países ocidentais, enquanto o trabalhador comunista é descrito como tendo maior liberdade e gozando melhor nível de vida do que naqueles países. Os livros de História estão sendo sempre modificados, visando à exaltação da União Soviética em detrimento das outras nações. Por exemplo, Ivan o Terrível, assassino de seu próprio filho e um dos mais despóticos czares de todos os tempos, foi, durante anos, condenado pelos comunistas; em 1946, entretanto, os textos escolares soviéticos passaram a apresentá-lo como um governante sábio e progressista, fundador da grandeza da Rússia.

Aos professores soviéticos, as diretrizes chegam através da publicação oficial "Gazeta dos Professores", e a ordem geral é levar ao descrédito todas as religiões, ressaltar o progresso material do mundo comunista e difundir as idéias do ateísmo científico e da inexistência de Deus. Consequentemente, cada escola gradua todos os anos uma plêiade de jovens devotados inteiramente ao Partido, que desprezam as outras nações e estão, assim, bem "qualificados" para tomar parte no esforço soviético pela primazia mundial.

4 — A diferença de classes existe na prática

Marx, Lenine e Stálin repisaram que a educação comunista acabaria com a diferença de classe, isto é, com a separação entre pobres e ricos. A despeito dessas encantadoras promessas, a educação soviética estimula a distinção entre as classes. Eis o que disse a respeito Freda Utley, que viveu em Moscou durante muito tempo:

"Os filhos dos membros proeminentes do Partido frequentam escolas seleccionadas, com salas arejadas e ótimos professores; em casa podem dispor de um quarto de estudos apropriado, de livros à vontade e de alimentação adequada. Os filhos dos trabalhadores têm que estudar nas mesmas peças onde vivem seus pais e irmãos e se alimentar de pão preto e sopa de repólho.

Iguais oportunidades são um mito na União Soviética. Há diferentes escolas para as massas e para a aristocracia, isto é, para os filhos dos líderes comunistas."

5 — As crianças aprendem a espionar seus pais

O ensino de lealdade ao Partido Comunista atingiu tal ponto que as crianças aprendem a espionar e denunciar os próprios pais. Se estes cometem algum desvio da "linha do Partido", é dever dos filhos denunciarem-nos à polícia. O resultado é que os pais podem ser presos e enviados a campos de trabalhos forçados ou mesmo ser mortos.

As crianças que cumprem esse "dever" são dignificadas em frente aos seus companheiros de escola. Nicholas Voinov, ex-estudante comunista, relata, em seu livro "The Waif", o caso do jovem Vasiliev, louvado pelo professor perante seus companheiros aterrorizados, por "haver denunciado e desmascarado um inimigo do povo" o que constitui "dever de todos os cidadãos soviéticos". O "inimigo" outro não era senão o próprio pai de Vasiliev que, de acôrdo com as declarações do rapaz, fôra julgado culpado de leituras que divergiam da "linha justa".

6 — Os alunos destacados recebem tratamento especial

Além das "escolas do povo", o Partido Comunista proporciona cursos em escolas especiais, para treinamento de jovens escolhidos como futuros membros do Partido. Rapazes e môças seleccionados devem frequentar esses cursos especiais simultaneamente com a "escolas do povo", o que significa trabalho dobrado. Mas isto está de acôrdo com a prática comunista, pois o Partido espera que cada um dos seus membros lhe dedique muitas de suas horas, por toda a vida.

Posteriormente, daremos maiores detalhes sobre os "Pequenos Outubristas", nome tomado da revolução de outubro (novembro, na realidade, pelo nosso calendário) de 1917. Os "Pequenos Outubristas" correspondem aos "lobinhos" de Mussolini, treinados para a Guerra na Itália fascista. A meninos e meninas de 5 a 9 anos de idade é ensinado o culto da mãe-pátria soviética, seus líderes e seu exército. Aos nove anos, os mais capazes entre eles são incorporados aos "Jovens Pioneiros", onde recebem mais exercícios físicos, aprendem a História Soviética e celebram as vitórias do comunismo. Aos quatorze anos os melhores são selecionados para ingresso na Konsomol, ou "Liga da Juventude Comunista", onde recebem instrução intensiva sobre os métodos e idéias comunistas.

C) A CENSURA

1 — A imprensa como arma de propaganda

O art. 125 da Constituição de 1936 da URSS afirma que a liberdade de palavra e a liberdade de imprensa "são assegurados por lei". Como já vimos, isso não passa de falsa propaganda, cuja finalidade principal é fazer com que os povos ocidentais acreditem que a URSS é verdadeiramente uma república. O "assegurado por lei" nada vale, pois não há lei soviética que proteja a liberdade de falar, escrever ou publicar o que se deseje.

Lenine foi franco ao admitir que a liberdade de expressão só seria possível após a derrota do capitalismo, o surgimento de uma sociedade sem classes e o progressivo desaparecimento do Estado. Stálin, por sua vez, declarou ao Partido Comunista que não poderia haver na União Soviética liberdade de palavra e de imprensa, tais como são compreendidos universalmente.

Nas repúblicas democráticas, a liberdade de expressão significa que os cidadãos são livres para criticar o governo e as autoridades governamentais. Stálin torceu a verdade deliberadamente, ao afirmar, em 1927, que não existia liberdade de imprensa nos países capitalistas, pois os jornais eram controlados pelos seus proprietários, os verdadeiros donos do dinheiro, enquanto na URSS, ao contrário, era a ditadura do proletariado que controlava a imprensa. A proporção que os anos passam, o povo russo e os próprios jornalistas comunistas parecem estar aceitando como verdadeiro o retorcido argumento de Stálin. A repetição constante da propaganda talvez seja uma das razões para a aceitação daquele argumento, mas é bem provável que o medo seja a principal.

O "Pravda" é o porta-voz oficial do Partido Comunista. O "Izvestia", porta-voz do Conselho de Ministros, controlado pelo "Presidium", é o segundo jornal de Moscou, em importância. A linha do Partido, que o "Pravda" segue cuidadosamente, é transmitida a esse jornal por meio de "ordens da linha do Partido", elaboradas pelo Agitprop, isto é, a Seção de Agitação e Propaganda. Todos os outros jornais da URSS se encon-

tram também sob estreito controle do Partido, e refletem obedientemente a "linha justa" seguida pelo "Pravda". Em 1927, Stálin jactou-se de que a ditadura controlava não somente os jornais, mas também as fábricas de papel e de tinta e as instalações tipográficas. Da mesma forma, o governo soviético controla as estações de rádio, as revistas e os livros. É ele o proprietário de todas as estações de rádio por meio das quais destila toda a agitação e propaganda do Partido. Ouvir irradiações do exterior é ofender o Partido e os que o fazem sofrem duras penas.

2 — A história é escrita novamente

Quanto mais os russos aprendem a ler, mais o Partido Comunista incrementa a propaganda escrita. Alguns livros, como por exemplo os discursos de Stálin, têm sido publicados em edições que atingem alguns milhões de exemplares. Um órgão oficial de censura controla todas as publicações e irradiações. Sem sua autorização nenhum jornal pode ser distribuído; nenhum livro, ou mesmo panfleto, publicado; nenhuma irradiação feita; nenhuma peça ou filme apresentado. Os únicos livros ou panfletos que circulam na URSS sem autorização são os que entram no país como contrabando. Quando a política consegue interceptar essa literatura "ilegal", ela é apreendida e seu detentor vai para a prisão.

A censura chega ao ponto de remover da Grande Enciclopédia Soviética as biografias dos líderes que caem em desgraça. Após a prisão e execução de Béria, chefe da polícia secreta, o Ministério da Educação fez imprimir um artigo sobre o Mar de Bering para substituir a biografia de Béria na enciclopédia. As escolas e bibliotecas que possuam essa publicação receberam ordem de eliminar o artigo sobre Béria e destruí-lo, introduzindo em seu lugar o do Mar de Bering.

Sob tal censura, o pensamento do povo russo é rigidamente controlado. As únicas notícias exteriores geralmente disponíveis são as fornecidas pela imprensa e pelo rádio, controlados pelos comunistas. Os únicos comentários sobre as notícias são editoriais dos mesmos jornais, relidas pelas mesmas estações de rádio.

3 — As artes como arma de propaganda

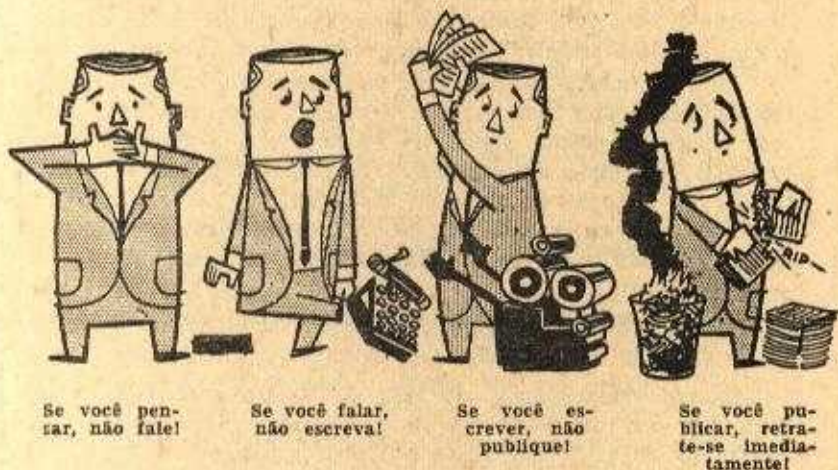
A literatura, o drama, a pintura e a música se transformaram, também, em armas de propaganda do governo soviético. Autores, compositores e artistas não têm a liberdade de se exprimir como querem, pois têm que seguir a linha do Partido. Esse tipo de censura é exercido diretamente não só pelo Partido como pelo próprio governo. As decisões sobre esses assuntos são tomadas pelo "Presidium" e então publicadas em nome do Comitê Central do Partido.

A censura mais drástica começou em 1946, quando Stálin e seus auxiliares decidiram extirpar quaisquer manifestações amistosas com relação ao mundo ocidental. Durante a 2ª guerra mundial havia crescido a boa vontade entre comunistas e democratas, unidos contra o inimigo comum, os nazistas. O General Andrei Zhdanov anunciou a nova política antiocidental na primeira reunião do Congresso Geral dos Escritores

Soviéticos. Assustados ante a perspectiva de desaprovação e punição oficiais, se não aderissem à nova política, editores, novelistas e poetas imediatamente a adotaram, confessando suas "faltas", reais e imaginárias, e criticando todos os autores condenados.

A campanha de 1946 foi aberta com a punição de editores de revistas literárias, em Leningrado. Seu "crime" foi a publicação de poemas de Akhmatova e contos de Zoschenko, escritores que, embora não tendo criticado a União Soviética, tampouco a glorificaram, nem a Revolução. Zoschenko foi condenado porque um de seus contos, "As aventuras de um macaco", continha ligeiras insinuações jocosas sobre o povo soviético. Os funcionários comunistas consideraram ambos, Akhmatova e Zoschenko, como sicários dos "decadentes ocidentais" e condenaram suas obras.

Descrevendo a censura comunista, Freda Utley citou o seguinte preceito soviético:



4 — Os filmes, peças e música traduzem a linha do partido

A censura soviética sobre filmes e peças teatrais é igualmente severa. Mesmo Eisentein, famoso e conceituado diretor cinematográfico, além de comunista leal, foi degradado, por haver apresentado Ivan, o Terrível, no seu filme de mesmo nome, como tirano e não como governante sábio e generoso. Foi obrigado, por isso, a "confessar" não haver seguido a linha do Partido.

A música se tornou, também, uma arma à disposição do Partido. Em 1948, o Comitê Central condenou uma ópera escrita pelo jovem compositor Muradelli, cujo "crime" fôra dizer a verdade. As linhas de sua ópera sugeria que os georgianos e outros povos caucásicos tinham, em algumas oportunidades, se demonstrado inamistosos com os grupos russos, dos quais diferiam em linguagem e tradições. O "Presidium", entretanto,

desejava ocultar ao povo soviético os passados conflitos entre a "velha Rússia" e o Cáucaso. Muradelli não defendeu seu ponto de vista; ao contrário "confessou" seus "erros", isto é, não ter acatado a "linha justa". Outros compositores famosos, como Miaskovsky, Prokofiev e Shostakovich foram também censurados. O Comitê Central exige que tôdas as manifestações musicais se liberem de quaisquer influências ocidentais e de-can'tem a glória do mundo comunista.

5 — A ciência como arma de propaganda

Em todos os países os governos encaram os cientistas como um meio de melhorar as condições gerais do bem-estar e da segurança nacional. Dos cientistas, nas repúblicas democráticas, não se exige a apresentação de fatos científicos que se encaixem na concepção política nacional. Mas, na URSS, os fatos científicos, como as idéias, devem estar de acôrdo com a linha do Partido. M. Kitaev, um estudioso da evolução científica soviética, observou que "a ciência na União Soviética não é encarada como o saber absoluto. É, apenas, parte dos haveres da ideologia comunista, sendo tida, unicamente, como mais uma arma do arsenal soviético".

Se um cientista soviético fizer uma descoberta que possa desagradar ao Partido, melhor será que não a revele. Qualquer cientista soviético que demonstre possuir alguma fé religiosa está propenso a pagar caro por isso. Em 1954, um estudante russo foi cruelmente maltratado por ajudar na tradução de obras de ancestrais religiosos. Naquele mesmo ano, um membro da Academia de Ciências Médicas foi atacado, por se haver recusado a dar aulas sobre "ateísmo científico".

6 — Cabe aos comunistas a determinação das verdades científicas

Durante muitos anos, até 1932, os cientistas soviéticos tendiam a concordar com as descobertas dos biólogos ocidentais. Por exemplo, ocidentais e soviéticos haviam abandonado, ambos, a velha teoria segundo a qual os seres humanos, as plantas e os animais herdavam certas características adquiridas por seus ancestrais. Os biólogos provaram que tal teoria era falsa, mas Stálin dela se agradara, pois servia à sua idéia da criação do "novo homem soviético". Destarte, de acôrdo com o modo de pensar soviético, os comunistas descobriram as "verdadeiras leis da natureza", segundo as quais a natureza humana pode ser modificada. Como resultado, Stálin esperava que fôsse possível, em algumas gerações, criar um "novo homem soviético", cujas características seriam legadas como herança, a seus filhos e netos.

Muito embora a teoria acima fôsse refutada pelos biólogos, Stálin se agarrou a ela. Estigmatizou todos os cientistas que discordaram de suas idéias, tãchando-os de "burgueses" e acusando-os de esconder a verdade. Em 1932, Stálin chegou mesmo a determinar à Conferência Geral de Genética, o ramo da biologia que trata da hereditariedade, que adotasse a linha do Partido. Em outras palavras, Stálin ordenou aos biolo-

gistas que aceitassem sua idéia sobre o "novo homem soviético" e provassem que a teoria era biologicamente correta. A ordem vigorou até recentemente.

— A ciência e a política se completam

A "prova" confirmatória da teoria de Stálin foi em breve oferecida por um botânico amador e seu jovem acompanhante, de nome Lysenko. Nenhum dos dois tinha estudos científicos e suas experiências eram grosseiras. Quando o Presidente da Academia Lenine de Ciências Agrícolas, biologista de renome, discordou de suas descobertas, foi exonerado e enviado para a Sibéria, tendo Lysenko tomado seu lugar na Academia.

Stálin, não obstante, não desejava restringir as pesquisas, de um modo geral. Assim, a ciência é ressaltada nas escolas do povo, onde grande numero de estudantes capazes dedicam longas horas à matemática, à biologia, à química, à mecânica, etc.

Lenine e Stálin sentiram a necessidade da pesquisa básica no desenvolvimento industrial e militar de seu país, o que é louvável. Entretanto, não é feita nenhuma restrição a esse desenvolvimento, razão pela qual não se detiveram os agentes soviéticos em buscarem no ocidente segredos que lhes faziam falta. Haja vista que dos EUA e da Inglaterra conseguiram retirar segredos atômicos que de muito ajudaram os comunistas a aumentar o ritmo de sua evolução.

— O partido diz a cada um o que deve ser acreditado

Os ditadores que governam os países comunistas são implacáveis. Acham eles que as massas têm que ser conduzidas e necessitam de um pulso firme para as liderar. O Partido diz a todo o povo que vive nos países comunistas o que deve pensar. Todos têm que seguir a "linha justa". Nos países democráticos, os cientistas são livres, não somente para trabalhar como quiserem como ainda para expressar publicamente suas opiniões políticas. Na URSS, conquanto os cientistas tenham liberdade de investigação científica em tarefas aprovadas pelo governo, não o são politicamente.

Em toda a União Soviética os jornais, revistas, livros e estações de rádio são armas para a propaganda comunista. Todas as notícias e opiniões são censuradas e devem estar de acordo com a linha do Partido. Da mesma forma as artes. Todo escritor ou autor que ousa se desviar da "linha justa" é condenado ou preso. Em resumo, na URSS e nos outros países comunistas, toda a população, qualquer que seja seu meio de vida, tem que falar e agir como lhe é determinado pelo Partido.

* * *

No próximo número publicaremos a 5ª Parte de nosso trabalho sob o título: **COMO ATUA O PARTIDO COMUNISTA.**

AUMENTAMOS NOSSO CAMPO DE AÇÃO

"A DEFESA NACIONAL" é lida em toda a América Latina, graças à boa vontade e espírito de cooperação de nossos representantes que abaixo mencionamos, com seus respectivos endereços:

ARGENTINA — Cap-de-Navio Enrique Green

Estado Mayor de Cordinación — Buenos Aires

— Vice Comodoro Carlos A. Rossi Paz (para a Aeronáutica)
San Pedrito 185 — Buenos Aires

— Mayor Carlos Alberto Dalla Tea (para o Exército)
Cabildo 426 — 1º B — Buenos Aires

BOLÍVIA — Ten-Cel Efraín Guachalla I

Catacora 686 — La Paz

CHILE — Mayor Luis Alavarado Torrejon

Angel Guarello 117 — Santiago

COLÔMBIA — Cap Calixto Cascante Parra

Calle 17 n.º 1635 — Girardot

COSTA RICA — Tte Manuel Espinosa Arrieta

Barrio Mercedes Sur Heredia — Costa Rica

ECUADOR — Tte Efraín Paredes Crespo

Escabedo 923 — Guayaquil-Aptdo 286

EL SALVADOR — Mayor Francisco Argüello

Colonia Centro Americana-Calle Quetzal 34-S. Salvador

GUATEMALA — Cel Vicente Rodrigues Maldonado

14 Calle n.º 7-26 ap 3 Zona 1 — Ciudad Guatemala

HONDURAS — Tte Jorge J. Zolorzano

4 Avenida Calle 15 — Comayguella D. C.

MEXICO — Mayor José Luis Zuñiga M. O.

Fundidora Monterrey 110 — Colonia Industrial — México D. F.

NICARAGUA — Tte Edgardo J. Zeledon

Colonia Militar n.º 2 Casa 63

PANAMÁ — Tte Florencio Florez A.

Apartado 5912-Estafeta del Chorrillo-Panamá

PARAGUAY — Cel Barrios Acosta

Escuela de Educación Física de las Fuerzas Armadas-Asunción

PERU — Mayor Hector Antezana Morales

Avenida Reducto 1196 — Miraflores-Lima

URUGUAI — Cel Horacio Martinez

Calle Porto Alegre 2623 — ap 6 — Montevideo

VENEZUELA — Cel Audelino Moreno

Carrera 2 — N.º 8 — La Grita-Táchira.

II — A ÁFRICA NEGRA E O COMUNISMO

(David T. Catell — Trad. do Ten-Cel C. Evaristo)

A florescente força do nacionalismo na África, que já conseguiu a independência de numerosas ex-colônias de potências européias, provocou o surgimento de um novo e mais agudo interesse dos estrategistas da política do bloco soviético com relação àquele continente. Nas capitais desse bloco, a entrada da África numa fase de mudanças políticas radicais, sob a bandeira das revoluções nacionalistas, é obviamente encarada como propiciadora de ótimas oportunidades para a penetração comunista no Continente, já tendo inspirado contínuas e crescentes atividades diplomáticas e de propaganda, destinadas a cortejar as recém independentes nações africanas e a estabelecer a influência comunista nos movimentos nacionalistas africanos em geral. Conquanto esses esforços tenham obtido algum êxito no campo da diplomacia econômica (acórdos) comerciais e ajuda econômica), não há, ainda, evidência bastante para indicar que o comunismo tenha, com efeito, se transformado numa força ponderável dentro do nacionalismo africano. São as causas deste fracasso — parcialmente por motivos históricos, parcialmente devido a razões mais imediatas, psicológicas, sociais e políticas — que o presente artigo pretende pesquisar.

Um retrospecto histórico de sentido amplo nos mostra que o atual interesse ativo de Moscou pela África é um acontecimento extremamente novo e sem precedentes. Nos tempos do Czar, os objetivos tradicionais do imperialismo russo se estendiam muito mais para leste e, exceto pelo cultivo, no Século XIX, de relações com a Etiópia — agora reavivadas sob novo aspecto, pelo acôrdo soviético-abissínio de empréstimo, concluído durante a recente visita de Haile Selassie a Moscou — o regime czarista não mostrava qualquer inclinação em se envolver em aventuras expansionistas no continente africano. O advento do domínio bolchevista não mudou, praticamente, essa atitude.

POLÍTICA DA "ÁSIA EM PRIMEIRO LUGAR"

Por certo os líderes do novo regime, mesmo quando ainda engajados numa precária luta de sobrevivência, compreenderam desde logo o valor potencial, para a causa comunista, dos movimentos nacionalistas nas colônias das potências capitalistas e nos países "semicoloniais", como a China, por exemplo. É o que se pode concluir da formulação, pelo 2º Congresso do Comintern, em 1920, de uma estratégia básica para essas áreas, preconizando a colaboração comunista com os

movimentos indígenas de "liberação nacional", com o objetivo de trazê-los ao controle bolchevista. As teses do Congresso, esboçando essa estratégia, eram vasadas em termos gerais e destinadas, evidentemente, à aplicação — embora em diferentes oportunidades — na Ásia e na África. Desde o início, entretanto, a Ásia assumiu lugar de destaque nos esforços dos soviéticos e do Comintern ao pôr em prática a estratégia do 2º Congresso, enquanto a África era relegada a uma insignificante posição secundária, que continuou a ocupar ainda muito depois do final da 2ª Guerra Mundial.

Assim, a década dos 20 viu o Comintern canalizar energias e recursos em intensas atividades na Ásia, das quais a mais importante era a obtenção do controle da revolução nacionalista chinesa, atitude ambiciosa, mas que não logrou êxito. Em contraste chocante com essa ação concreta na Ásia, os líderes soviéticos e do Comintern demonstravam pela África um interesse pouco mais do que abstrato e teórico. As "massas laboriosas" africanas eram encaradas como desempenhando a parte do processo marxista histórico de constante fomento às "contradições" dentro do campo imperialista e eram usualmente incluídas em expressões genéricas de solidariedade comunista às populações coloniais, como, por exemplo, a referência de Stalin às "centenas de milhões de asiáticos e africanos... sofrendo opressão nacional na sua forma mais selvagem e cruel". Raramente, entretanto, houve qualquer discussão específica quanto ao papel revolucionário que caberia às massas africanas, ou às táticas e políticas do comunismo com relação à África. As obras de Stalin ilustram claramente esse ponto, já que, apesar do seu particular interesse pelos "problemas nacionais e coloniais", citam apenas Marrocos e o Norte da África.

Há outros indícios da indiferença comunista para com os africanos. Conquanto o regime bolchevista não houvesse perdido tempo na criação de uma "Universidade dos Trabalhadores Orientais", em Moscou, para servir como meca e centro de doutrinação para os comunistas asiáticos, evidentemente não se lembrou de ampliar-lhe o escopo para abranger também os africanos, ou de proporcionar a estes uma instituição especial semelhante. Realmente, não ultrapassou de duas dúzias o número de estudantes africanos treinados em Moscou e, dado à inexistência da escola oficial para os mesmos, foram admitidos na "universidade" para os asiáticos. Foi muito menor o número de africanos que trabalharam na própria organização do Comintern e menor ainda o número de representantes que participaram das atividades da Conferência Internacional dos Trabalhadores Negros, uma organização de frente trabalhista, realizada sob os auspícios do comunismo.

No início, a propaganda comunista buscando o apoio do negro visava, principalmente, à população de cor dos EUA, e girava em torno de um programa em que eram exigidas a igualdade racial e a igualdade de cidadania para todos os indivíduos de origem africana. Entretanto, em 1928, este programa foi repentinamente abandonado pelo Comintern em favor de uma nova linha que consubstanciava o conceito

de Stalin de autodeterminação para a África, na forma de república africana com características nativas. Sob o nome de "doutrina da república negra" a nova linha foi adotada, levantando objeções do comunismo africano e encontrando resistência por parte de adeptos do partido, brancos e negros. Não obstante, a doutrina foi reafirmada pelo Comintern em 1930, e os comunistas africanos que a ela ainda se opuseram foram purgados no ano seguinte.

Após 1934, a URSS começou a procurar apoio contra as ameaças da Alemanha nazista, buscando a assinatura de acordos com as democracias européias, e, a fim de não prejudicar esse esforço, mesmo os passos incipientes e ineficazes já dados pelo Comintern para promover o comunismo na África foram abandonados. Exceto por uma revivescência de curta duração, durante o interlúdio do pacto nazi-soviético (1939-1941), este estado de calmaria permaneceu até o fim da Segunda Guerra Mundial.

ACONTECIMENTOS DE PÓS-GUERRA

Após a guerra, enquanto as relações entre a União Soviética e seus aliados de até então degeneravam continuamente, Moscou uma vez mais se voltou para as áreas coloniais, à procura de pontos fracos na armadura ocidental. O impacto da guerra dera tremendo impulso às forças do nacionalismo, não somente na Ásia, mas, também, na África, e as potências "colonialistas" tiveram que se defrontar com demandas de insistência crescente pela concessão de independência às suas colônias da Ásia e da África. A URSS, através de seus representantes no Conselho de Mandatos e Comitê do Ponto IV das Nações Unidas, valia-se de todas as oportunidades para alentar essas demandas, como um meio de embaraçar as potências "colonialistas" e exacerbar suas relações com as populações coloniais.

Ainda que as manobras comunistas nas Nações Unidas possam ter obtido sucesso quanto a esses objetivos, não conseguiram, entretanto, ampliar a força do comunismo na África. Movimentos locais e esparsos, que já existiam antes, permaneceram, com raras exceções, pequenos e insignificantes. Talvez a principal exceção fosse a África Ocidental Francesa, onde os comunistas, devido ao fato de estarem, então, participando do governo da França e dominando grandes efetivos eleitorais e de uniões trabalhistas, conseguiram se aliar ao principal movimento político, o "Rassemblement Démocratique Africain" (RDA). O RDA, porém, rompeu com a aliança em 1950, declinando notavelmente a influência comunista. Pela mesma época o Partido Comunista Sul-Africano, que por muito tempo fôra a maior organização comunista na África, foi tornado ilegal e obrigado a viver como movimento subterrâneo, o que efetivamente restringiu sua propaganda e suas atividades de recrutamento, ainda que o partido não tivesse sido destruído.

A despeito de que os anos entre 1950 e 1955 tivessem testemunhado o despertar do interesse soviético sobre a importância da África e o aumento dos esforços de propaganda naquela área, ainda era considerado, no início de 1956, de acordo com um escritor soviético, que "os partidos comunistas ainda estavam muito longe de ser uma realidade em todas as partes da África". O usual raciocínio comunista explica esta falha em termos de "falta de base proletária e traição da burguesia nacional vendida ao imperialismo". Por outro lado, o ponto de vista ocidental, dominante na época, com relação aos fatores determinantes das perspectivas comunistas na África, se reflete na seguinte passagem de um estudo inglês sobre o nacionalismo africano, datado de 1956:

"O comunismo ainda não é uma força ponderável dentro dos movimentos nacionais africanos, cuja liderança pertence predominantemente à classe média, não só em sua estrutura social como em sua aparência. Na África Ocidental Francesa, no Camerum Francês e no Sudão, idéias marxistas e grupos comunistas têm alguma influência, principalmente nas uniões de trabalhadores, mas não em outros lugares. Entretanto, é fora de dúvida a existência, na situação africana, de fatores que podem propiciar o crescimento do comunismo como uma força organizada — o aumento de proletarianização, a ânsia de terras, o desnível econômico entre os camponeses, a negação de canais constitucionais para os movimentos nacionalistas, estes mesmos reprimidos pela polícia e outros organismos militares, a corrupção..."

Conquanto não haja necessidade de comentar a explanação comunista, a opinião acima merece um exame mais profundo. Na nossa opinião, esta interpretação ocidental, relacionando inteiramente o fracasso comunista ou seu êxito em perspectiva com os fatores econômicos e o antagonismo de classes, não atinge verdadeiramente o âmago da incapacidade comunista em ter obtido, até hoje, maior penetração na África. Afinal de contas, os fatores mencionados como favorecendo um futuro crescimento do comunismo já existiam em sua maioria, no passado, sem que, por isso, houvesse êle se desenvolvido; por que, então, deveriam êles influir no futuro, quando um dos maiores problemas dos povos africanos, a dominação colonial, vai sendo gradativamente submetido a um processo de eliminação? No nosso julgamento, o problema fundamental para os comunistas não foi no passado, nem é agora, o da exploração efetiva das questões econômicas e sociais. Muito ao contrário, trata-se, para êles, de encontrar um caminho capaz de identificar o comunismo e sua filosofia com as aspirações do nacionalismo africano.

COMUNISMO E NACIONALISMO

Certos fatores parecem favoráveis aos esforços comunistas nessa direção. A maioria dos atuais líderes políticos africanos, em alguma

época de suas carreiras foram influenciados profundamente por idéias marxistas e alguns deles aderiram mesmo ao movimento comunista, o que não surpreende, face ao passado educacional europeu de muitos membros do grupo. Estudando na Escola de Economia, de Londres, ou em alguma outra universidade européia, impressionaram-se pelas respostas conclusivas e imediatas que a dialética comunista proporcionava aos problemas de uma elite nacional que, embora reduzida, procurava a independência e a grandeza de seu povo. Este apêlo dinâmico era reforçado pelo fato de que os africanos obtinham mais prontamente aceitação social nos grupos de orientação marxista. (Nos últimos anos estas influências se multiplicaram, como um resultado natural do maior número de africanos cursando universidades da Europa Oriental.)

Retornando às suas pátrias, o africano educado na Europa seguia, normalmente, um dos seguintes caminhos: ou era aproveitado nos serviços públicos do governo colonial, ou conseguia um dos poucos empregos profissionais de nível acadêmico, ou assumia a liderança de uma organização nativa política ou sindical, este último caminho podendo ser seguido simultaneamente com o anterior. No primeiro dos casos acima, caía sob a influência predominante das tradições no serviço público francês ou inglês; entretanto, exceto na África Ocidental Britânica, o número de africanos entrados nos serviços públicos era pequeno, porque as mais importantes posições eram reservadas para os europeus. Nos outros casos, era muito provável que ficasse mais exposto às influências socialistas ou comunistas, especialmente na África Ocidental Francesa, onde os comunistas dominavam o setor de trabalho e, pelo menos até 1950, estavam também fortemente enraizados no RDA.

Não obstante, desde a 2ª Guerra Mundial, as influências socialista-comunista e liberal-democrática, que se rivalizavam no pensamento político africano, foram obscurecidas pela força muito maior do nacionalismo, o qual se tornou, por assim dizer, a premissa básica e o ponto de partida daquele pensamento. Por isso, o sucesso de qualquer movimento político na África, seja ele comunista, socialista ou liberal-democrático, depende de sua correlação com o nacionalismo, isto é, da existência nêle dessa força predominante na vida africana ou de sua possibilidade de a ela se aliar.

A esse respeito os comunistas pareciam estar em uma situação especialmente vantajosa, pois a liderança do nacionalismo africano foi provida principalmente pelos líderes dos grupos trabalhistas, onde eram fortes as influências socialistas e comunistas. Além disso, as aparentes vantagens do comunismo para os países subdesenvolvidos, como um sistema capaz de proporcionar um rápido florescimento econômico, tornaram-no profundamente atraente para os nacionalistas africanos, que vêem no progresso material acelerado uma panacéia para todos os males da África, e para quem a recuperação econômica se tornou um "slogan" tão usual como no bloco soviético. Um outro aspecto do nacionalismo africano é a diminuta dose espiritual em com-

paração com os movimentos nacionalistas sul-asiáticos, sendo moldado mais semelhantemente ao nacionalismo árabe, que se tem demonstrado vulnerável às penetrações comunistas. Finalmente, muitos líderes africanos têm sido atraídos pelas características de organização e autoritarismo do sistema comunista.

A despeito de tudo isso, já se tornou evidente que um bom número de líderes nacionalistas africanos, que anteriormente professavam extensivamente seu apoio à política comunista — entre os quais o atual Primeiro-Ministro de Gana, Kwame Nkrumah, é um exemplo notável — o fizeram unicamente por julgarem que isto serviria como arma tática eficaz contra a força colonial, na luta pela independência. A melhor prova dessa afirmativa reside nas medidas já tomadas pelos governos de Gana, do Sudão e da Nigéria, desde que obtiveram sua independência, para esmagar o comunismo e evitar que simpatizantes do partido obtivessem posições destacadas. Outros numerosos grupos de líderes nacionalistas que deram seu apoio aos comunistas, aparentemente concordavam com muitas das idéias e das táticas do comunismo, mas recuaram mais tarde, temerosos de serem obrigados a percorrer toda a estrada até aceitarem a supremacia de Moscou.

PROPAGANDA "BUMERANGUE"

Uma das razões pelas quais os comunistas, não obstante todos os fatores a seu favor, ainda não obtiveram êxito em induzir a elite nacionalista africana a aceitar qualquer identificação firme e duradoura com o comunismo, é encontrada nos seus próprios erros do passado, nos setores da propaganda e da estratégia. A arma mais eficiente no arsenal da propaganda comunista para a África sempre foi a linha anticolonial, à prova do tempo, que se baseava na exploração das áreas coloniais pelos seus donos europeus, e ressaltava o apoio irrestrito da URSS à independência nacional, dentro e fora das Nações Unidas. Por outro lado, mais recentemente, a maior concentração do peso dos ataques comunistas sobre os EUA, ao invés de sobre as potências coloniais européias — usando o tortuoso argumento de que o apoio americano à independência da África se destina, unicamente, à pavimentação do caminho para sua submissão ao "imperialismo econômico" dos EUA — não foi recebida com simpatia pela intelectualidade africana. Sua hostilidade sempre esteve focalizada sobre as potências "colonialistas" européias, enquanto sua atitude com relação aos EUA (da mesma forma que com relação à URSS) sempre foi ambígua: por um lado, tendendo a suspeitar das ações americanas, particularmente quando envolviam relações estreitas com as potências "colonialistas" européias; por outro lado, inclinando-se para uma admiração amistosa dos EUA, como fonte dos movimentos de liberdade. A Conferência dos Povos Africanos, realizada em Acra, em 1958, mostrou incisivamente essa ambigüidade. A declaração final da Conferência procla-

mava que o pan-africanismo era "inspirado pelo exemplo das treze colônias americanas", ainda que uma de suas resoluções condenasse a OTAN e sua arma econômica — a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) — como manifestações do "colonialismo militar e econômico".

De qualquer forma, os EUA não são para os africanos o inimigo n. 1, e as febris tentativas da propaganda soviética para fazê-los passar por tal não apenas têm sido ineficazes, mas têm, tido o mesmo efeito do "bumerangue". Como resultado de serem submetidos a uma constante barragem de propaganda antiamericana de todos os tipos — ataques à doutrina de Truman, ao Plano Marshall e mesmo aos programas americanos de auxílio econômico em benefício direto da África; ataques aos tratados de segurança americanos e às bases militares no exterior (ênfase é dada, às bases americanas na África); ataques à "democracia burguesa" nos moldes dos EUA, e muitos outros, em número demasiado para que sejam citados — os líderes esclarecidos do nacionalismo africano não podem deixar de sentir que a motivação existente atrás de tudo isso nada tem a ver com o bem-estar da África, mas visa única e egoisticamente ao enfraquecimento da unidade dos EUA e do Ocidente, para maior glória e poder do bloco soviético. O resultado final tem sido o aumento da suspeita africana quanto à sinceridade soviética e o ressentimento de ser a África utilizada por Moscou apenas para a consecução dos objetivos da guerra fria.

Entre os intelectuais africanos já citados, que podem ter percebido a opinião real dos comunistas a respeito da África refletida nos estudos soviético-africanos e no tratamento casual a ela dado pela imprensa, a reação que acabamos de descrever deve ter sido muito mais forte. O currículo soviético sobre assuntos da África não somente é fraco, constituindo a aprendizagem uma parte relativamente insignificante nas várias academias e institutos para estudos orientais, como também precariamente documentado. Na realidade, pelo menos até 1953, os professores soviéticos encaravam a África tão-somente como um subcontinente da Ásia, sem quaisquer características próprias, e afirmavam que a "teoria da revolução colonial", de Stálin, servia como "guia" para todas as áreas coloniais. Com relação à imprensa, uma análise dos artigos publicados sobre a questão do colonialismo em geral, revela que em 50% deles a África não foi nem mencionada, enquanto que em 40% do restante foi apenas citada de passagem ou superficialmente.

ERROS ESTRATÉGICOS

Os erros estratégicos têm sido muito mais importantes que os defeitos da propaganda comunista, como fator de alienação do sentimento nacionalista africano. Em grande parte esses erros são um

produto da era de Stalin, mas deixaram uma impressão que ainda não se apagou completamente. Além da "doutrina da república negra", já mencionada anteriormente, um outro notável exemplo foi a política soviética de, nas colônias africanas, confiar a direção e o controle dos movimentos comunistas aos Partidos Comunistas dos respectivos países aos quais as colônias pertenciam. Este sistema de tutela inspirou-se, em parte, na concepção ideológica comunista segundo a qual "há necessidade do proletariado dos países imperialistas aliar-se às massas oprimidas das colônias". Entretanto, qualquer que tenha sido a inspiração, o sistema não pareceu à África outra coisa que a continuação do sistema imperialista e da noção de superioridade racial européia.

De ainda mais sérias conseqüências na interpretação da África foi a inflexível insistência comunista, até 1949, afirmando que a luta pela liberação nacional dos povos coloniais devia ser conduzida exclusivamente sob a liderança do proletariado, o qual poderia aliar-se com os camponeses e a pequena burguesia urbana, mas nunca com a burguesia nacional, cujos líderes eram acusados de se achar a sôldo dos imperialistas. Até certo ponto essa posição doutrinária foi contrabalançada pela aceitação, pelos soviéticos, em 1949, da linha de estratégia "neo-maoísta". Em lugar de uma aliança de três classes a nova linha proclamava uma frente nacional mais ampla, a qual abarcaria também os elementos da burguesia nacional que se opunham ao imperialismo. Por outro lado, essa linha ainda sustentava que a classe dos trabalhadores, sob a direção do Partido Comunista, deveria desempenhar o papel de "líder indiscutível da revolução colonial".

Por inúmeras razões a estratégia "neo-maoísta" era tão pouco adequada às condições da África como qualquer das que a precederam. O proletariado, como classe distinta, era virtualmente inexistente, exceto na África do Sul; o camponês africano, com a exceção dos que trabalhavam em empresas organizadas de plantação, era politicamente inerte e vinculado aos costumes tribais; a classe média urbana (a pequena burguesia) era geralmente reduzida em número, constituída em parte por indivíduos de raças asiáticas e, por isso, divorciados do resto da população. Assim, os três principais componentes da frente nacional "neo-maoísta" se achavam em grande escassez na África, enquanto eram realmente os intelectuais — geralmente identificados com a burguesia nacional pelos comunistas — que formavam o núcleo dos movimentos nacionalistas africanos e proviam sua liderança.

Desta forma, esse problema da liderança permanecia como um ponto crucial da estratégia "neo-maoísta", que concedia a admissão da burguesia nacional nas frentes nacionais, mas desde que permanecesse sob a liderança das classes trabalhadoras (isto é, dos comunistas). Assim, um entendido soviético sobre assuntos africanos, escrevendo em princípios de 1950, admitiu francamente que "as funções de liderança nos movimentos de liberação nacional, na maioria das colônias do sul e da zona tropical da África, estavam nas mãos da

burguesia nacional e dos intelectuais". Acrescentou, entretanto, que a burguesia nacional tinha limitações nessas funções e que, para a vitória final, "a única força capaz de levantar e dirigir o povo... era a classe trabalhadora". Outros escritores soviéticos foram muito mais explícitos em indicar que Moscou não tinha intenção de concordar com a liderança da burguesia nacional nos movimentos de independência na África. "As classes trabalhadoras e sua vanguarda, os Partidos Comunistas", lia-se num artigo, "estão lutando pela liderança do movimento e pelo afastamento da burguesia nacional."

NOVA TÁTICA

O ano de 1955, entretanto, marcou uma nova direção na política soviética com relação à Ásia e à África, de muito mais ampla significação do que a ligeira mudança representada pela adoção da estratégia "neo-maoísta". À luz de uma avaliação crítica de seus enganos do passado, a liderança pós-stalinista iniciou a revisão de toda sua estratégia e sua tática de propaganda nos regimes nacionais recém-independentes e nos movimentos de liberação de inspiração comunista na Ásia e na África, visando a torná-los mais realísticos e adaptáveis às modificadas condições naquelas áreas, modificações que ainda continuam a se processar rapidamente. Continuava, é claro, a linha de propaganda antiimperialista, mas fora remodelada para conservar sua aplicação aos países que já se haviam tornado independentes ou poderiam fazê-lo no futuro. Foi necessário dar nova ênfase à tecla de que a sujeição à exploração econômica imperialista não termina com a mera obtenção da soberania política:

"Um povo não pode ser livre se os principais recursos de seu país são usados, não para enriquecê-lo, mas aos monopólios estrangeiros. Não pode ser livre se sua economia, troncada por anos de domínio imperialista, estiver tão dominada por umas poucas empresas estrangeiras que estas possam, a qualquer tempo, pressionar irresistivelmente seu governo."

A nova estratégia revela também significativas mudanças. Abandona a velha fórmula segundo a qual "os que não estão conosco estão contra nós". Reconhece que a luta pela independência não tem, necessariamente, que se processar sob a liderança da classe trabalhadora, mas, na realidade, pode ser conduzida pela burguesia nacional, até então denunciada como indigna de confiança. Assim os líderes de Estados africanos independentes — o Presidente Tubman, da Libéria; o Primeiro-Ministro Kwame Nkrumah, de Gana; e mesmo o Imperador Haile Selassié, da Etiópia — e outros líderes nacionalistas, como Nnamdi Azikiwe, da Nigéria, não são mais estigmatizados por Moscou como "lacaio do imperialismo", mas tratados como amigos e colaboradores. Por certo os comunistas ainda têm suas reservas com relação à estreita ligação desses líderes com o Ocidente, mas têm sido cuidadosos para que essas restrições não apareçam demasiado gritantes

em sua propaganda, pelo menos aos países interessados. Realmente, por vezes, têm mesmo endossado arranjos econômicos entre nações africanas e países capitalistas, ainda que ressaltem "ser essencial que esses laços não sejam baseados no uso da força e na espoliação colonial".

O principal objetivo da nova estratégia é, evidentemente, conseguir a identificação do comunismo com o nacionalismo. Daí a cessação do monótono refrão da luta de classes e outros dogmas ideológicos comunistas, o que é evidenciado pelo fato dos representantes comunistas à Conferência afro-asiática realizada no Cairo, em janeiro de 1958, terem cuidadosamente se esquivado de fazer qualquer referência ao tema da revolução socialista. Outra evidência são as medidas tendentes a liberar os grupos comunistas dos países recém-independentes da tutela dos Partidos Comunistas Francês e Britânico e a permitir-lhes contactos diretos com Moscou, muito embora vários óbices tenham evitado uma terminação abrupta do antigo sistema.

A mais significativa de todas as mudanças talvez seja o fato de que à África, pela primeira vez, tenha sido concedida por Moscou uma prioridade própria nos estudos e no planejamento geral das questões internacionais, o que se refletiu numa crescente atividade no campo dos estudos especializados sobre aquele continente. Também se manifestou no campo da diplomacia, inicialmente em 1955, quando os soviéticos, posteriormente seguidos pelo bloco comunista, agiram no sentido do estabelecimento de relações oficiais com a Libéria, o Sudão e Gana; desde então várias delegações especiais soviéticas foram enviadas àqueles países, bem como, e não em menor número, foram feitos oferecimentos para tratados de comércio, assistência técnica e auxílio financeiro e econômico à Libéria, à Etiópia, à Guiné, ao Sudão e à Gana. O embarque de armas soviéticas para a Guiné é uma indicação clara de que Moscou também está preparada para prestar tal forma de assistência aos regimes nacionais africanos, como fez com o Egito e outros países do Oriente Médio.

AS PERSPECTIVAS DO FUTURO

Não obstante, mesmo com essa nova orientação da estratégia soviética na África, ainda não há indícios de qualquer progresso notável nos movimentos comunistas indígenas que sugiram uma identificação mais estreita do comunismo com os objetivos e aspirações do nacionalismo africano. Os resultados, até o presente, não podem ser, é óbvio, considerados como conclusivos, mesmo porque um período de quatro anos é muito curto para testar a eficiência de uma estratégia evidentemente destinada a longo alcance e que, em primeiro lugar, tem que vencer a resistência gerada por muitos anos de propaganda inepta e erros estratégicos. Apesar disso, esses resultados (ou melhor, a falta de resultados) proporcionam pelo menos uma indicação estimativa de que a nova elite africana de forma alguma se sentiu abalada com as blandícias da nova linha de Moscou, se mantém em cautelosa reserva e está determinada a proteger sua expressão política e sua independência, conseguidas com tanto sacrifício, contra qualquer grupo

suspeito de as estar procurando solapar. Talvez uma determinante básica do resultado final seja a possibilidade ou não do sistema parlamentar (do tipo Ocidental), adotado inicialmente pelos novos estados africanos, demonstrar-se capaz de atender aos desejos e necessidades de seus líderes. É fora de dúvida que existem tendências prejudiciais a um desenvolvimento democrático sadio as quais, indiretamente, favorecem o comunismo. As novas lideranças nacionais sentem urgente necessidade e compulsão de consolidar suas posições políticas, de infundir alguma disciplina aos movimentos nacionalistas amorfos que os levaram ao poder e de prosseguir suas aspirações de evolução social e de desenvolvimento econômico acelerado. Essas pressões interiores criaram tendências que os impelem para a monopolização do poder e a restrição da oposição política.

A luz dessas tendências pode vislumbrar-se três possíveis linhas de ação da futura evolução. Primeiro, como seu programa revolucionário encontrará oposição inevitável, a liderança nacional pode ser levada a recorrer à intensificação de métodos totalitários, o que significará o fim do governo parlamentar. Segundo, a liderança poderá preferir ceder à pressão da oposição externa e mesmo à interna do seu próprio partido ou movimento, infletindo para uma forma instável de governo por coalizão e compromissos de curta duração entre grupos políticos, tal como sucedeu em alguns países sul-asiáticos. Terceiro, mesmo onde a elite governante, como no caso do Partido do Congresso Indiano, gozar de prestígio suficiente para lhe permitir, sem recorrer ao autoritarismo, manter sua posição de liderança por dilatado período, o papel da oposição, ainda que legal e reconhecido, tenderá a se tornar tênue devido a suas perspectivas imediatas de compartilhar dos frutos do poder.

Pode ver-se, em qualquer das três eventualidades, que os comunistas estariam em melhor situação que qualquer outro grupo da oposição. No primeiro — o de um regime autoritário — sua tradição e sua experiência em atividades subterrâneas e o recebimento de ajuda do exterior lhe dariam maiores chances de sobrevivência política. No segundo — o de governo por mutáveis coalizões de grupos políticos — a frustração e a insatisfação populares, criadas por um tal sistema, agiriam diretamente a favor do comunismo, principalmente onde a tolerância política do governo permitisse sua existência como um partido político legal. Finalmente, na terceira eventualidade — a de uma oposição limitada — a maior disciplina e a melhor organização dos comunistas torná-los-iam mais capazes de com maior eficiência permanecerem como oposição por um período mais longo de espera, até que as garras do partido dominante se afrouxassem o suficiente para lhes permitir tentar a obtenção do poder. Deve acrescentar-se que, na África, o comunismo não se defronta com a desvantagem de ter que se opor à intervenção de exércitos profissionais, já que nenhum dos novos estados africanos os possui. O outro centro de poder que se segue em força são os serviços públicos, mas a estes falta a massa, indispensável como base.

Em contraposição, a nova estratégia de Moscou contém, inerentemente, certas desvantagens para o comunismo africano. A política soviética de apoiar e auxiliar os regimes nacionais e os movimentos nacionalistas implica necessariamente na aceitação, no que diz respeito aos comunistas africanos, da competição pacífica e da persuasão como meios da obtenção do poder. Isto é, claro, limita sua liberdade de ação tática e os obriga a confiar no apoio do vencedor, algo de-
veras difícil a um partido que é fortemente doutrinário.

Além disso, o fato de que a nova estratégia não tenha impedido que regimes nacionalistas, não só na República Árabe Unida e no Iraque bem como em alguns dos novos estados africanos, tomassem medidas fortes contra os movimentos comunistas locais, pode ter levado Moscou à nova avaliação da linha inteiramente pró-nacionalista, com a possibilidade de um retorno a um papel agressivo e independente de maior relêvo dos partidos locais. Se o comunismo deixar de fazer a cômica ao nacionalismo, a infiltração e a subversão provavelmente se tornarão, uma vez mais, a espinha dorsal da estratégia comunista na África.



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73 a 95

Telefone: 45-8185

Rua Camarino, 79/81

Telefone: 43-4990

Rua Bambino, 36

Telefone: 26-6763 - Rio



Preço do Exemplar
Cr\$ 30,00

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1960